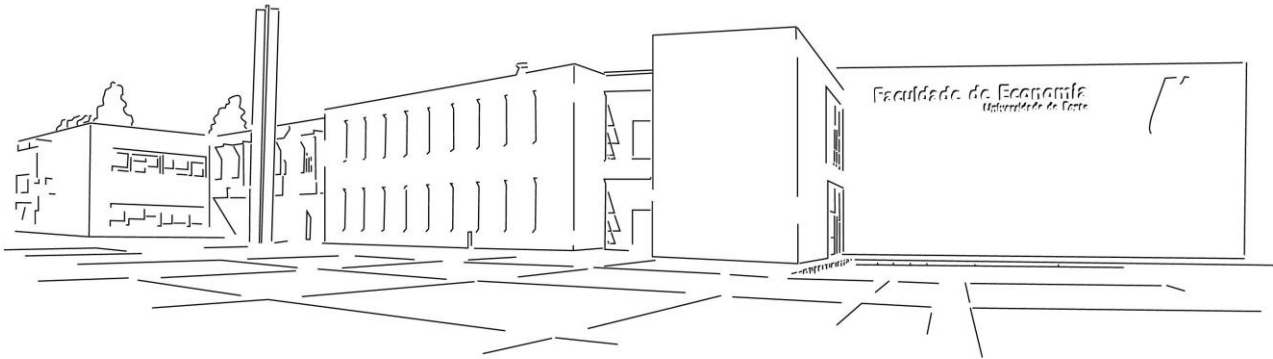


Bases de Microdados com Informação Económico-Financeira da IES (Informação Empresarial Simplificada)

Mariana Ribeiro Oliveira
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
ECONOMIA



Nota Biográfica

Mariana Ribeiro Oliveira nasceu a 27 de maio de 1993, em Vila Nova de Famalicão. Ingressou em 2011 na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo concluído a Licenciatura em Economia em 2014. Ainda em 2014, iniciou o Mestrado em Economia na mesma instituição de ensino.

Quanto à experiência profissional, destaca a Prestação de Serviços realizada na Central de Balanços do Banco de Portugal entre julho e outubro de 2015, bem como o estágio curricular realizado no Laboratório de Investigação em Microdados do Banco de Portugal (BPLim), entre outubro de 2015 e março de 2016.

Destaca ainda o trabalho de investigação desenvolvido entre 2012 e 2016 no Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) que, em janeiro de 2016, deu origem à publicação do *Working Paper* #48: “*O não observado na Contabilidade Nacional. Das origens até 2008*”.

Em 2016 apresenta a dissertação “*Bases de Microdados com Informação Económico-Financeira da IES (Informação Empresarial Simplificada)* ” para conclusão do Mestrado e obtenção do grau Mestre.

Agradecimentos

A todos os Professores da Faculdade de Economia da Universidade do Porto que me acompanharam desde a licenciatura e a quem agradeço os conhecimentos transmitidos ao longo do meu percurso académico.

Apresento um especial agradecimento ao orientador da dissertação, Professor Doutor Paulo Guimarães, pelo constante acompanhamento do trabalho desenvolvido. Todos os comentários, sugestões e ajuda concedida foram indispensáveis à realização da presente dissertação de Mestrado.

No âmbito do trabalho desenvolvido para a presente dissertação, gostaria de agradecer aos colaboradores do INE e da *Bureau van Dijk* pelos esclarecimentos prestados. Apresento ainda o meu agradecimento e enorme gratidão a todos colaboradores do Banco de Portugal (em especial, ao Departamento de Estatística e ao Laboratório de Investigação em Microdados – BPLim), não só pelo auxílio, mas também pelo acolhimento no decorrer da Prestação de Serviços na Central de Balanços e do estágio curricular no BPLim.

Presto um especial agradecimento à Doutora Ana Bárbara Pinto, Coordenadora do Núcleo de Análise de Balanços do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, pela atenção e disponibilidade para esclarecer todas as questões colocadas.

Agradeço ainda ao Doutor Miguel Portela, à Doutora Rita Sousa e à Doutora Joana Pimentel pelos ensinamentos transmitidos durante o estágio no BPLim, que tornaram esta experiência bastante enriquecedora.

Finalmente, quero agradecer à família e amigos pelo incansável apoio e motivação para que pudesse concluir esta fase do meu percurso académico. Não poderia deixar de prestar um especial agradecimento à minha mãe, por todos os sacrifícios realizados para que pudesse dar continuidade ao meu percurso enquanto estudante.

Resumo

A crescente disponibilização de bases de microdados, a par do constante desenvolvimento de tecnologias que facilitem a exploração e análise das mesmas, tem permitido que os investigadores abordem novas questões e ofereçam fundamentações mais sólidas para as decisões de política económica.

Portugal dispõe de várias bases de microdados de empresas de excelente qualidade e disponíveis para fins de investigação. No entanto, verifica-se um subaproveitamento das que são constituídas a partir da informação da IES (Informação Empresarial Simplificada), das quais se destacam a Central de Balanços (CB) do Banco de Portugal, o Sabi da *Bureau van Dijk* e o Sistema de Contas Integradas (SCIE) do Instituto Nacional de Estatística (INE). O reduzido número de trabalhos de investigação baseados nestes microdados poderá ter que ver com a dificuldade de acesso aos mesmos, mas também com o desconhecimento, por parte dos investigadores, no que concerne à informação disponível e às diferenças existentes entre as bases de microdados que têm por origem a IES.

Assim, no sentido de colmatar essa lacuna de informação, a presente dissertação descreve as bases de dados CB, Sabi e SCIE, avaliando as principais diferenças entre elas. Para além disso, confrontamos os valores apresentados por cada uma das bases de dados para um pequeno número de variáveis, investigando a origem das dissemelhanças encontradas. Este exercício permite retirar diversas conclusões que se deverão revelar úteis para todos os investigadores que pretendam utilizar estas bases de dados.

Códigos JEL: C01; C12; C55; C81; C87

Palavras-chave: bases de dados, Informação Empresarial Simplificada, microdados.

Abstract

The growing availability of micro databases, as well as the constant development of data mining and data analysis technologies, allows researchers to approach new topics and present more solid justifications for economic policy decisions.

Portugal has several micro databases with business information, characterized by an excellent quality, and available for research purposes. However, there is an underuse of micro databases with SBI (Simplified Business Information) data, such as: the Central Balance Sheet Database (CBSD) of Banco de Portugal, Sabi of Bureau van Dijk and the Integrated Business Accounts System (IBAS) of Instituto Nacional de Estatística (INE). The reduced number of research projects based on this microdata might be due to availability issues, but also with the researchers' ignorance in what concerns the type of information available and the differences between micro databases with SBI data.

Therefore, to surpass this information gap, this thesis describes the above mentioned databases (CBSD, Sabi and IBAS), assessing the main differences between them. In addition, we compare the values in the three databases for a select number of variables and explore the reasons underlying the dissimilarities that we find. This exercise allows us to draw several conclusions which may be of particular relevance for all researchers that intend to use these databases in their future research.

JEL Codes: C01; C12; C55; C81; C87

Keywords: databases, Simplified Business Information, microdata.

Índice Geral

Nota Biográfica	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas	ix
Abreviaturas e Siglas	xiii
Capítulo 1 – Introdução	1
Microdados: definição e conceitos relacionados	2
Microdados e Microeconometria	2
Acesso a microdados: limitações	3
Microdados em Portugal.....	5
Objetivos do trabalho.....	6
Capítulo 2 – A IES (Informação Empresarial Simplificada).....	7
2.1. Caracterização e Disposições Legais	7
2.2. Entidades sujeitas a reporte da IES: Anexos a acompanhar a declaração	10
2.2.1. Alterações introduzidas nos Anexos A e R da IES.....	16
2.3. Transmissão da Informação da IES	17
Capítulo 3 – Apresentação de bases de dados com informação da IES.....	22
3.1. A Central de Balanços do Banco de Portugal.....	23
3.1.1. Os Dados Anuais da Central de Balanços	24
3.2. O Sabi da <i>Bureau van Dijk</i>	28
3.2.1. Os Dados Anuais do Sabi	28

3.3. O Sistema de Contas Integradas (SCIE) do Instituto Nacional de Estatística (INE)	30
3.3.1. Os Dados Anuais do SCIE.....	31
3.4. Quebras de série.....	35
Capítulo 4 – Bases de dados em Análise	37
4.1. Processo de obtenção/extração dos microdados	38
4.2. Caracterização das bases de dados disponibilizadas.....	40
4.3 – Questões prévias à análise dos microdados	42
4.3.1. Consistência temporal dos dados	42
4.3.2. Secções da CAE.....	45
4.3.3. Forma Jurídica das entidades e Anexos da IES reportados	46
4.3.4. Critérios de Exclusão	47
4.3.5. Situações perante a atividade	48
4.4. Variáveis objeto de análise	49
Capítulo 5 – Análise dos microdados	51
5.1 – Análise dos microdados da CB, Sabi e SCIE	52
5.1.1 – Restrições impostas às bases de dados	53
5.1.2. – Distribuição do número de empresas por secção da CAE Rev.3.....	55
5.1.3. – Escalões de Volume de Negócios	57
5.1.4 – Escalões de Total do Ativo	61
5.1.5. – Escalões de Pessoal ao Serviço (NPS).....	65
5.2. – Cruzamento dos microdados da CB e do Sabi.....	69
5.2.1. – Análise do número de empresas	69
5.2.2. – Distribuição do número de empresas por secção da CAE Rev.3.....	71
5.2.3. – Situação Perante a Atividade	74
5.2.4. – Forma Jurídica das entidades	77

5.2.5. – Escalões de Volume de Negócios	81
5.2.6. – Escalões de Total do Ativo	85
5.2.7. – Escalões de NPS	89
Capítulo 6 – Conclusão.....	92
6.1 Quebras de série na informação.....	92
6.2 Características de cada base de microdados	94
Referências Bibliográficas.....	97
Legislação	104
Anexos	110
Anexo 1 – Formas Jurídicas do SCIE	110
Anexo 2 – Relação entre as secções e divisões da CAE Rev. 3	112
Anexo 3 – Formas Jurídicas das empresas da CB e do Sabi presentes nos anos 2011, 2012 e 2013.....	113
Anexo 4 – Análise dos microdados da CB, Sabi e SCIE em 2012 e 2013	115
Anexo 5 – Cruzamento dos microdados da CB e do Sabi	120

Índice de Figuras

Figura 1 – Anexos da IES	11
Figura 2 – Anexos da IES relativos à prestação de contas	11
Figura 3 – Entidades reportantes dos Anexos da IES que não respeitam a prestação de contas	13
Figura 4 – Transmissão da informação da IES às cinco entidades públicas envolvidas no projeto de reporte simplificado	19
Figura 5 – Bases de Dados públicas e privadas constituídas a partir da informação da IES	20
Figura 6 – Central de Balanços antes e após a criação da IES	24
Figura 7 – Tratamento dos dados do SCIE	34
Figura 8 – Quebras de Série.....	36
Figura 9 – Opções de consistência temporal do Sabi	44
Figura 10 – Desagregação da CAE.....	45
Figura 11 – Situações perante a atividade das empresas presentes na CB e no Sabi em 2011, 2012 e 2013.....	48
Figura 12 – Variáveis da IES objeto de análise	49
Figura 13 – Principais diferenças entre a CB, Sabi e SCIE	52

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Total de entidades na CB, Sabi e SCIE em 2011, 2012 e 2013	54
Tabela 2 – Distribuição do número de empresas por secções da CAE Rev.3, em 2011	57
Tabela 3 – Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, em 2011	58
Tabela 4 – Estatísticas descritivas do Volume de Negócios em 2011, 2012 e 2013	60
Tabela 5 – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, em 2011	61
Tabela 6 – Estatísticas descritivas do Total do Ativo, em 2011, 2012 e 2013	64
Tabela 7 – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, em 2011	65
Tabela 8 – Estatísticas descritivas do Número médio de Pessoas ao Serviço, em 2011, 2012 e 2013.....	67
Tabela 9 – Total de entidades na CB e no Sabi, sem restrições, nos anos 2011, 2012 e 2013	69
Tabela 10 – Decomposição do número total de empresas na CB e no Sabi, em 2011, 2012 e 2013.....	70
Tabela 12 – Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi, em 2011	74
Tabela 13 – Cruzamento da situação perante a atividade	76
Tabela 14 – Distribuição das empresas na CB por Forma Jurídica, em 2011	77
Tabela 15 – Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica, em 2011	78
Tabela 16 – Cruzamento das formas jurídicas para as empresas comuns, em 2011	80
Tabela 17 – Distribuição do número de empresas na CB e no Sabi por escalões de Volume de Negócios, em 2011.....	81
Tabela 18 – Cruzamento dos valores de Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2011	82
Tabela 19 – Estatísticas descritivas do Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2011	84

Tabela 20 – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011	85
Tabela 21 – Cruzamento dos valores de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011.....	87
Tabela 22 – Estatísticas descritivas do Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011, 2012 e 2013	88
Tabela 23 – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, na CB e no Sabi	89
Tabela 24 – Cruzamento dos valores de NPS	90
Tabela 25 – Estatísticas descritivas do NPS na CB e no Sabi, em 2011, 2012 e 2013 ..	91
Tabela 2.a – Distribuição do número de empresas por secções da CAE Rev.3, em 2012	115
Tabela 2.b – Distribuição do número de empresas por secções da CAE Rev.3, em 2013	116
Tabela 3.a – Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, em 2012.....	117
Tabela 3.b – Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, em 2013.....	117
Tabela 5.a – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, em 2012	118
Tabela 5.b – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, em 2013	118
Tabela 7.a – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, em 2012	119
Tabela 7.b – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, em 2013	119
Tabela 11.a – Cruzamento da CAE Rev. 3 das empresas incluídas na CB e no Sabi, em 2012	120
Tabela 11.b – Cruzamento da CAE Rev. 3 das empresas incluídas na CB e no Sabi, em 2013	121
Tabela 12.a – Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi, em 2012..	122

Tabela 12.b – Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi, em 2013 .	122
Tabela 13.a – Cruzamento da situação perante a atividade, em 2012	122
Tabela 13.b – Cruzamento da situação perante a atividade, em 2013	123
Tabela 14.a – Distribuição das empresas na CB por Forma Jurídica, em 2012	124
Tabela 14.b – Distribuição das empresas na CB por Forma Jurídica, em 2013	125
Tabela 15.a – Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica, em 2012	126
Tabela 15.b – Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica, em 2013	126
Tabela 16.a – Cruzamento das formas jurídicas para as empresas comuns, em 2012..	127
Tabela 16.b – Cruzamento das formas jurídicas para as empresas comuns, em 2013 .	128
Tabela 17.a – Distribuição do número de empresas na CB e no Sabi por escalões de Volume de Negócios, em 2012	129
Tabela 17.b – Distribuição do número de empresas na CB e no Sabi por escalões de Volume de Negócios, em 2013	129
Tabela 18.a – Cruzamento dos valores de Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2012	130
Tabela 18.b – Cruzamento dos valores de Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2013	131
Tabela 20.a – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2012.....	132
Tabela 20.b – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2013.....	132
Tabela 21.a – Cruzamento dos valores de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2012 .	133
Tabela 21.b – Cruzamento dos valores de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2013 .	134
Tabela 23.a – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, na CB e no Sabi, em 2012.....	135
Tabela 23.b – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, na CB e no Sabi, em 2013.....	135
Tabela 24.a – Cruzamento dos valores de NPS, em 2012	136

Tabela 24.b – Cruzamento dos valores de NPS, em 2013	136
--	-----

Abreviaturas e Siglas

AT – Autoridade Tributária

BDCA – Base de Dados das Contas Anuais

BdP - Banco de Portugal

BPLim – Laboratório de Investigação em Microdados

BvD – *Bureau van Dijk*

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CB – Central de Balanços

CRC – Central de Responsabilidades de Crédito

DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas

EIRL – Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada

ENI – Empresários em Nome Individual

IACB – Inquérito Anual da Central de Balanços

IEH – Inquérito Anual às Empresas

IES – Informação Empresarial Simplificada

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRN, I.P. – Instituto dos Registos e do Notariado

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IS – Imposto de Selo

ITENF – Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras

MJ – Ministério da Justiça

NCM – Normalização Contabilística para Microentidades

NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva

NPS – Número médio de Pessoas ao Serviço da empresa

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SCIE – Sistema de Contas Integradas das Empresas

SIET – Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos

SNC – Sistema de Normalização Contabilístico

Capítulo 1 – Introdução

Durante vários anos, os produtores de estatísticas oficiais direcionaram os seus esforços para o desenvolvimento de indicadores e medidas baseadas em dados agregados (Ahmad *et al.*, 2009). No entanto, a crescente complexidade de que se revestem as atividades económicas revela que o recurso exclusivo a este tipo de dados pode não ser suficiente para uma correta avaliação e monitorização da economia. A necessidade de mais e melhor informação tornou-se evidente, sobretudo desde a recente crise financeira de 2007-2009, sendo vários os autores que se referem a este evento como um ponto de viragem na análise económica em que os microdados passam a ser encarados como um complemento importante aos dados agregados (OCDE, 2015a).

Para além das repercussões ao nível da produção, divulgação e análise estatística, os microdados tiveram também impacto na produção de conhecimento científico e na condução da política económica: alargou-se o espectro de temas passíveis de investigação, tornando-se também possível delinear e avaliar políticas económicas de uma forma mais precisa e informada (Einav e Levin, 2013).

No entanto, a crescente utilização de elevados volumes de microdados exige também o desenvolvimento de capacidades técnicas e *software* que permitam uma correta exploração e análise dos mesmos. Assim, tirar o máximo proveito do recurso a microdados requer um maior investimento na aprendizagem de novos instrumentos e técnicas que, segundo Varian (2014), apresentam benefícios acrescidos para os economistas.

Dada a crescente procura e o reconhecimento da importância dos microdados, são várias as instituições internacionais que têm reunido esforços no sentido de promover o seu acesso. De entre as iniciativas promovidas destaca-se: a criação do *European Statistics Code of Practice*, por parte do Eurostat, através do qual se torna claro que os países europeus devem possibilitar e regulamentar o acesso a bases de microdados para fins de investigação (Eurostat, 2011); a realização de *peer reviews* no sentido de avaliar o progresso dos países europeus na implementação do suprarreferido código (Eurostat, 2015); e a divulgação dos relatórios do grupo NAEC¹, criado pela OCDE, nos quais se

¹ *New Approaches to Economic Challenges*.

reforça a necessidade de complementar os dados agregados com o recurso a microdados, no sentido de melhor captar a heterogeneidade dos agentes económicos (OCDE, 2015b).

Não obstante, existem ainda alguns desafios a superar para que se possa tirar o máximo proveito dos microdados. De entre esses desafios destacamos a melhoria do acesso aos dados por parte dos investigadores e a identificação de soluções que permitam lidar com as questões de confidencialidade.

Microdados: definição e conceitos relacionados

De uma forma sucinta, os microdados correspondem a características/informações relativas a determinadas unidades de observação, tais como famílias, indivíduos, empresas, entre outros. Os microdados são frequentemente associados ao conceito de “*big data*”, no entanto, importa distinguir as diferenças e os pontos comuns entre estes dois tipos de informação. De entre as várias definições disponíveis, Bholat (2015) e Taylor *et al.* (2014) propõem que a classificação de “*big data*” seja atribuída a todos os registos de dados que reúnam pelo menos uma das seguintes características: (1) elevado volume, uma vez que a recolha de informação é feita de uma forma massiva; (2) elevada velocidade, na medida em que há uma atualização frequente da informação que, no limite, pode permitir a recolha e análise de dados em tempo real; (3) variedade qualitativa, no sentido em que os dados podem assumir as mais diversas formas (inclusive dados não numéricos, tais como textos ou vídeos) e podem ser extraídos das mais diversas fontes de informação (meios de comunicação social, registos de pesquisa na Internet,...).

Dada a abrangência do conceito de “*big data*”, considera-se que os microdados são passíveis de inclusão nesta classificação. Regra geral, ambos têm em comum o facto de possibilitarem o acesso a elevados volumes de informação, característica esta que tende a ser reforçada nas próximas décadas.

Microdados e Microeconometria

A crescente oferta de microdados, aliada ao desenvolvimento de novas técnicas que permitam uma adequada exploração e análise dos mesmos, teve como corolário o reflorescimento de áreas como a microeconometria, que em muito têm contribuído para a produção de conhecimento científico. De acordo com Heckman (2001), a

microeconometria surgiu há mais de 50 anos e constitui uma área da Economia em que se procura estabelecer uma ligação entre os microdados e a teoria do comportamento individual. Para além de testar teorias económicas e de possibilitar a estimação de parâmetros, a microeconometria visa também auxiliar os economistas na delineação e avaliação de políticas públicas. De um modo mais geral, poder-se-á encarar a microeconometria como um meio para alcançar um melhor entendimento quanto à forma de funcionamento das economias, tornando-se distintiva pela capacidade que demonstra na captação da heterogeneidade associada aos agentes económicos.

Na presença de microdados em painel² os benefícios são ainda mais relevantes: a possibilidade de observar os mesmos indivíduos ao longo do tempo permite controlar para a heterogeneidade não observada, isto é, para os fatores/efeitos não observados, diferentes de indivíduo para indivíduo, mas constantes ao longo do tempo para um mesmo indivíduo (Wooldridge, 2010; Cameron, 2010). Para Einav e Levin (2013), a possibilidade de captar a heterogeneidade inerente aos indivíduos ou grupos de empresas de uma economia apresenta vantagens significativas, sobretudo no domínio político: a disponibilidade de grandes volumes de informação permite passar de uma análise de “efeitos médios” para uma análise mais completa, em que se tem em atenção o impacto das medidas nas mais diversas subpopulações.

Acesso a microdados: limitações

Não obstante os indubitáveis benefícios dos microdados, quer ao nível da política económica, quer ao nível da investigação, Einav e Levin (2013) destacam as dificuldades que os potenciais utilizadores enfrentam para poderem aceder aos mesmos. Os autores constataram que existem várias bases de microdados consideravelmente subutilizadas, não só pelas entidades que as detêm, mas também por parte dos investigadores que se defrontam com sérias limitações e restrições de acesso, sobretudo quando se tratam de bases de dados administrativas. Estas bases de dados, para além de armazenarem elevadas quantidades de informação, destacam-se pela sua excelente cobertura e qualidade. Consequentemente, o recurso a microdados administrativos para fins de investigação

² As bases de dados em painel são constituídas por vários registos observados repetidamente ao longo do tempo para um mesmo indivíduo (sejam famílias, pessoas, empresas, países, ...). Tipicamente, nos dados em painel a dimensão *cross-section* (N) é superior relativamente à dimensão temporal (T).

apresenta vantagens acrescidas, principalmente na condução de estudos associados ao mercado de trabalho, saúde, educação, patentes/ inovação, formação empresarial e crescimento (Friedman, 2015). A nível europeu, países como a Noruega, Suécia e Dinamarca têm revelado progressos notáveis no que concerne à disponibilização destas bases de microdados, tendo-se verificado que a redução das barreiras de acesso resultou na produção de conhecimento científico relevante e de qualidade (Einav e Levin, 2013)³.

Ainda que o acesso se mostre vantajoso, Dupriez e Boyko (2010) reconhecem que a disseminação de bases de microdados acarreta sérios desafios para as entidades produtoras de estatísticas. Por um lado, reconhecem a importância da divulgação dos dados mas, por outro lado, não querem perder a confiança dos reportantes da informação. A percepção de que a confidencialidade dos dados não é garantida pode repercutir-se negativamente na qualidade da informação reportada e/ou na predisposição para colaborar.

Na tentativa de harmonizar as questões de acesso com a confidencialidade, várias instituições optam por anonimizar informação, isto é, adotam um conjunto de métodos e procedimentos no sentido de minimizar o risco de identificação das unidades de observação. Assim, o objetivo da anonimização dos dados é impedir que se estabeleça a ligação entre os dados individuais apresentados e a unidade de observação a que respeitam (OCDE, 2014)⁴.

Diversas organizações internacionais têm procurado auxiliar as entidades produtoras de estatísticas na disseminação de bases de microdados, emitindo um conjunto de recomendações quanto à melhor forma de o fazer. A título de exemplo, refira-se os princípios emanados pelas Nações Unidas (*“United Nations Fundamental Principles of Official Statistics”*)⁵ e pela OCDE (*“Principles and guidelines for access to research data from public funding”*) no sentido de promover um maior e melhor acesso a bases de

³ A este propósito importa referir que, no sentido de promover uma correta utilização e interpretação dos dados, é conveniente que o acesso à informação seja acompanhado por um guia informativo que auxilie os investigadores a compreender o que se pretende mensurar, as metodologias utilizadas para a recolha e processamento da informação, de que forma são obtidos os valores apresentados, entre outras informações consideradas relevantes. Estes dados adicionais são designados por metainformação, existindo várias propostas e recomendações quanto ao conteúdo que as mesmas devem apresentar. Dupriez e Boyko (2010) debruçam-se sobre esta questão, dedicando uma secção do seu artigo à descrição das principais características inerentes ao que consideram ser metainformação de qualidade.

⁴ O artigo de Heffetz e Ligett (2013) aborda de uma forma mais aprofundada as questões de anonimização dos dados, apresentando também diversos exemplos em que os métodos utilizados falharam.

⁵ Segundo Dupriez e Boyko (2010), vários países tiveram estes princípios como referência, aquando da regulamentação do acesso a bases de microdados.

microdados. De igual modo, importa salientar as diversas iniciativas internacionais que se têm desenvolvido com o intuito de partilhar ideias e experiências na disponibilização de microdados. De entre elas destaca-se o grupo de trabalho constituído pela OCDE e coordenado pelo *Australian Bureau of Statistics* que visa precisamente essa troca de ideias entre institutos de estatística de vários países, através da realização de *Workshops*. Estas iniciativas mostram-se interessantes, não só por promoverem a entreaajuda entre países, mas também por incentivarem o progresso através da sucessiva estipulação de objetivos futuros (Ahmad *et al*, 2009).

Microdados em Portugal

Portugal dispõe de excelentes bases de microdados, cuja exploração tem possibilitado a produção de conhecimento científico relevante. Neste domínio, os Quadros do Pessoal do Ministério do Emprego e Segurança Social assumem especial destaque. Disponíveis desde há muitos anos para efeitos de investigação, têm permitido a realização de inúmeros trabalhos de investigação sobre a economia Portuguesa, sendo ainda hoje recorrentemente utilizados para esse fim. Adicionalmente, em virtude do protocolo celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) e a Direção Geral das Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)⁶, os investigadores têm atualmente ao seu dispor um conjunto de bases de microdados que possibilitam o acesso a informação relativamente ao Comércio Internacional, Mercado de Trabalho, Empresas, Demografia, Saúde, Educação e Formação, Cultura, Ciências e Tecnologia, entre outros⁷.

No entanto, existem ainda outras importantes bases de microdados cuja exploração se poderia reforçar, nomeadamente as bases de dados construídas com recurso à informação reportada através da IES (Informação Empresarial Simplificada). De entre elas destacam-se a Central de Balanços (CB) do Banco de Portugal, o Sabi da *Bureau van Dijk* e o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE.

Por armazenarem um conjunto alargado de dados económico-financeiros relativos à atividade das empresas portuguesas, a exploração destas bases de dados possibilita a

⁶ Protocolo disponível no *website* do INE (2015a).

⁷ A lista total de bases de microdados encontra-se disponível no *website* do INE, através da seguinte ligação: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=231377441&att_display=n&att_download=y

elaboração de estudos sobre os mais diversos tópicos. No entanto, até à data, existe um número reduzido de trabalhos de investigação baseados nestes microdados. Isso poderá ter que ver com a dificuldade de acesso aos mesmos, mas também com o desconhecimento, por parte dos investigadores, no que concerne à informação disponível e às diferenças existentes entre as bases de microdados que têm por origem a IES.

Objetivos do trabalho

Ainda que a CB, o Sabi e o SCIE partilhem a mesma fonte primária de informação (os dados reportados pelas empresas através da declaração da IES), existem importantes diferenças entre estas bases de microdados. Nesse sentido, a presente dissertação visa oferecer uma explicação detalhada do conteúdo das mesmas, averiguando a existência de eventuais dissemelhanças entre elas (quer ao nível das empresas que incluem, quer ao nível dos valores apresentados pelas principais variáveis), procurando também perceber as razões que poderão estar na origem das divergências encontradas.

Com este trabalho esperamos contribuir para a divulgação das bases de microdados baseadas na IES e para o esclarecimento de algumas dúvidas que permitam entender as diferenças entre as bases de dados. O objetivo é potenciar a sua utilização pelos investigadores que se dedicam ao estudo da economia Portuguesa.

Capítulo 2 – A IES (Informação Empresarial Simplificada)

2.1. Caracterização e Disposições Legais

O Programa do XVII Governo Constitucional contemplou, no Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, um conjunto de medidas que visou, por um lado, simplificar os controlos de natureza administrativa e, por outro lado, eliminar atos e práticas registrais e notariais que se revelassem desnecessárias. Entre as diversas medidas aprovadas destaca-se a criação da IES (Informação Empresarial Simplificada) que constitui um sistema de reporte eletrónico integrado de um conjunto de informações contabilísticas, fiscais e estatísticas. Os dados obtidos através desta declaração apresentam particular interesse para cinco entidades públicas: Ministério das Finanças, Ministério da Justiça, Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Portugal (BdP) e Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)⁸.

A IES mostra-se vantajosa por permitir o cumprimento de cinco obrigações legais das empresas portuguesas junto das cinco entidades anteriormente enunciadas⁹. Trata-se de uma forma de reporte integrado pelo facto das obrigações serem cumpridas de uma só vez, isto é, com recurso a uma única declaração. De acordo com o número 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, a submissão da IES visa o cumprimento das seguintes obrigações legais:

1. Entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal;
2. Registo da prestação de contas¹⁰;
3. Prestação de informação de natureza estatística ao INE;

⁸ Informação constante nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 116/2008, de 04 de julho, 292/2009, de 13 de outubro, 209/2012, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

⁹ A este respeito importa referir que, inicialmente, existiam apenas quatro entidades envolvidas na criação deste reporte simplificado. No entanto, através do Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, procedeu-se à inclusão da Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), que constitui um serviço central sob administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, e que atua no âmbito do Ministério da Economia (artigos 1.º e 2.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho).

¹⁰ Segundo o número 1 do artigo 42.º do Código do Registo Comercial, na sua redação mais recente introduzida pelo Decreto-Lei n.º 250/2012 de 23 de novembro de 2012, o registo da prestação de contas consiste no depósito da informação constante nos seguintes documentos: Ata de aprovação das contas do exercício e da aplicação dos resultados; Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao balanço e demonstração de resultados; Certificação legal das contas; e Parecer do órgão de fiscalização, quando exista.

4. Prestação de informação ao Banco de Portugal através de dados contabilísticos anuais, utilizados para fins estatísticos;
5. Prestação de informação estatística à Direção-Geral das Atividades Económicas “*para os efeitos previstos no regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro*”;

De acordo com o “*Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico*” (Banco de Portugal, 2008a), previamente à introdução da IES as empresas procediam ao reporte destas mesmas informações de uma forma desintegrada: a declaração anual era entregue eletronicamente ao Ministério das Finanças, o depósito legal de contas era efetuado em suporte de papel nas conservatórias de registo comercial do Ministério da Justiça, o Inquérito Anual às Empresas (IEH) era enviado ao INE e o Inquérito Anual da Central de Balanços (IACB) era remetido para o Banco de Portugal¹¹. Uma vez introduzido este sistema integrado, o reporte da declaração anual e da prestação de contas passaram a ser realizados eletronicamente e em simultâneo, eliminando-se a obrigatoriedade de entrega autónoma do IEH ao INE¹² e do IACB ao Banco de Portugal¹³.

Para além da redução da carga de reporte de informação por parte das empresas, assistiu-se a uma desmaterialização e automatização do processo de depósito de contas, permitindo simplificar o modo de prestação de contas por parte das entidades sujeitas a esta obrigação (sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, sociedades anónimas europeias, empresas públicas, sociedades com sede no estrangeiro e representação permanente em Portugal e os Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL))¹⁴. Assim, para os exercícios económicos posteriores a 2005, estas entidades cumprem o dever de prestação de contas uma vez por ano através do reporte da IES¹⁵, tornando-se desnecessária a entrega de documentos em suporte de

¹¹ Estes dois inquéritos eram conduzidos numa base amostral, pelo que nem todas as empresas estavam sujeitas a esta obrigatoriedade.

¹² Autoridade Tributária *et al.*, 2015 (questão 10, página 27).

¹³ Banco de Portugal, 2008a.

¹⁴ Autoridade Tributária *et al.*, 2015 (questão 13, páginas 29 e 30).

¹⁵ Importa referir que esta obrigação só é cumprida após a submissão da IES e do pagamento da respetiva taxa. Os registos referentes a exercícios económicos entre 2006 e 2011 têm associado o pagamento de €85, reduzindo-se para €80 nos exercícios subsequentes, sendo que as entidades com sede na Zona Franca da Madeira beneficiam da gratuidade do registo da prestação de contas (Autoridade Tributária *et al.*; 2015; questões 5, 17, 26 e 27, páginas 26, 32 e 37).

papel nas conservatórias de registo comercial territorialmente competentes¹⁶. O depósito de contas é realizado eletronicamente através da submissão da IES e o seu registo fica a cargo da aplicação informática¹⁷.

Adicionalmente, a IES deve ser reportada pelas entidades sujeitas à entrega da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal, ainda que estas não estejam obrigadas ao registo da prestação de contas¹⁸. Entre estas entidades encontram-se as associações, fundações, comerciantes em nome individual, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, sociedades civis e sociedades irregulares (Autoridade Tributária *et al.*; 2015; questões 13 e 14; páginas 29 a 31).

A introdução desta nova forma de reporte, para além de representar uma simplificação para os prestadores da informação, beneficia também os recetores da mesma: as empresas não financeiras portuguesas passam a cumprir várias obrigações legais com uma única declaração anual e as cinco entidades públicas que recebem os microdados da IES passam a dispor de um conjunto alargado de informação relevante e consistente sobre a atividade empresarial portuguesa. Assim, é possível identificar ganhos para ambas as partes, sobretudo em termos de eficiência e redução de custos (Banco de Portugal, 2008a).

As cinco entidades públicas associadas à IES procuraram seguir as melhores práticas para a compilação de estatísticas oficiais que defendem que os dados devem ser recolhidos apenas uma vez, evitando (e eliminando, sempre que possível) qualquer forma de “duplo-reporter” (Menezes e D’Aguiar, 2013). A nível internacional, a necessidade de promover o reporte integrado tem sido largamente enfatizada, sobretudo pelo ERICA¹⁹ *Working Group*, que constitui um grupo de trabalho associado ao Comité Europeu de

¹⁶ Esta mudança introduzida pela IES é constatável através da leitura do número 7 do artigo 42.º do Código do Registo Comercial, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 318/2007 de 26 de setembro: “O acesso por meios electrónicos, nos termos legalmente previstos, à informação constante dos documentos referidos nos n.ºs 1 e 2, substitui, para todos os efeitos legais, os correspondentes documentos em suporte de papel”.

¹⁷ O registo a ser publicado no *website* do Ministério da Justiça, em <http://publicacoes.mj.pt/> é gerado automaticamente (Autoridade Tributária *et al.*, 2015; questão 12, página 29).

¹⁸ O formulário a preencher é distinto consoante o tipo de obrigação que se pretende cumprir. Para melhor compreender esta questão recomenda-se a leitura do próximo tópico (“2.2. Entidades sujeitas a reporte da IES: Anexos a acompanhar a declaração”).

¹⁹ Sigla inglesa a que corresponde a denominação completa *European Records of IFRS Consolidated Accounts*.

Centrais de Balanços²⁰ (Banco de Portugal, 2016). Numa das suas publicações (ERICA Working Group, 2015, página 7), consta o seguinte:

“The financial crisis highlighted the need for more comprehensive information in corporate reporting, so that investors and other stakeholders can have a clear sense of the risks and opportunities that a company faces. Integrated Reporting will help to bring together data that is relevant to the performance and impact of a company in a way that will create a more profound and comprehensive picture of the risks and opportunities a company faces, specifically in the context of the drive towards a more sustainable global economy.”

A leitura da transcrição anterior sugere que a IES, enquanto reporte integrado, reveste-se de uma importância acrescida por possibilitar o acesso a um conjunto de dados económico-financeiros diversificados e reportados de uma forma consistente. Assim, torna-se possível uma análise mais completa do tecido empresarial português (bem como da dinâmica que lhe está associada), sendo que a utilização desta informação é particularmente vantajosa no domínio da investigação.

2.2. Entidades sujeitas a reporte da IES: Anexos a acompanhar a declaração

A IES é composta por 21 anexos, sendo que cada entidade deverá reportar o- (s) anexo- (s) necessário- (s) ao cumprimento das obrigações declarativas a que estão sujeitas segundo o previsto na legislação. A folha de rosto da IES (Autoridade Tributária, 2015a), no seu quadro 05, permite que as empresas identifiquem o número de anexos que acompanham a declaração. A informação deste quadro pode ser sumarizada do seguinte modo:

²⁰ De acordo com o website do Banco de Portugal, o Comité Europeu de Centrais de Balanços (ECCBSO – European Committee of Central Balance-Sheet Data Offices) “réúne peritos de bancos centrais nacionais e institutos nacionais de estatística da Comunidade Europeia”, sendo que o “Banco de Portugal é um dos 10 bancos centrais que fundaram o ECCBSO, em 1987. Atualmente, o ECCBSO integra representantes de 20 países da União Europeia, 16 bancos centrais nacionais e 4 institutos nacionais de estatística.” (Banco de Portugal, 2016).

Figura 1 – Anexos da IES

Anexos	N.º de anexos	Imposto a que respeita /Informação recolhida
A, A1, B, B1, C, C1, D, E, F, G, H	11	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)
I	1	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)
L, M, N, O, P	5	Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
Q	1	Imposto de Selo (IS)
R, S, T	3	Informação Estatística

Fonte: elaboração própria, com base na informação do quadro 05 da folha de rosto da IES (Autoridade Tributária, 2015a).

Atente-se, numa primeira fase, aos formulários que se destinam ao cumprimento do dever de prestação de contas, isto é, aos Anexos A, B, C, A1, B1, C1 e I (para a prestação das contas anuais dos EIRL²¹). A tabela seguinte visa apresentar os referidos anexos:

Figura 2 – Anexos da IES relativos à prestação de contas

Imposto a que respeita	Informação requerida	Anexo	Tipo de Entidades
IRC	Contas Anuais <u>Não Consolidadas</u>	A	Entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e entidades não residentes com estabelecimento estável
		B	Empresas do Setor Financeiro
		C	Empresas do Setor Segurador
	Contas Anuais <u>Consolidadas</u>	A1	Entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola e que tenham optado por elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilístico (SNC) ou em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade

²¹ Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada.

		B1	Empresas do Setor Financeiro que se encontram sujeitas a supervisão por parte do Banco de Portugal e que elaboram as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF)
		C1	Empresas do Setor Segurador que elaboraram as suas contas consolidadas em conformidade com o Plano de Contas das Empresas de Seguros ou de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
IRS	Contas Anuais Não Consolidadas	I	Sujeitos Passivos de IRS com contabilidade organizada ²²

Fonte: elaboração própria, com base nas instruções de preenchimento dos respetivos Anexos (Autoridade Tributária; 2015a, 2015b, 2015c, 2015j) e na resposta à questão 13 da publicação da Autoridade Tributária et al. (2015).

A análise da Figura 2 permite constatar que os Anexos A, B e C diferem dos anexos A1, B1 e C1, na medida em que os primeiros visam o reporte das contas anuais não consolidadas, enquanto os segundos estão destinados à submissão de contas consolidadas. Quer isto dizer que as entidades que constituam a casa-mãe²³ de um determinado grupo devem proceder ao reporte das suas contas anuais não consolidadas através do Anexo A, B ou C (consoante a atividade que exerce) e, cumulativamente, devem apresentar os Anexos A1, B1 ou C1 para reportar as contas anuais consolidadas, isto é, as demonstrações financeiras do grupo (empresa-mãe e todas as suas subsidiárias) apresentadas como a de uma única entidade económica²⁴.

Por sua vez, o Anexo I difere dos restantes na medida em que deve ser reportado por sujeitos passivos de IRS que disponham de contabilidade organizada: caso seja reportado por Empresários em Nome Individual (ENI), este formulário destina-se ao cumprimento da obrigação de entrega da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal; caso seja submetido por Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL), o seu preenchimento visa a prestação de contas anuais. O quadro 04 do

²² Mais concretamente, Empresários em Nome Individual (ENI) e Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL) com contabilidade organizada.

²³ Segundo as alíneas c) e d) do artigo segundo do Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, a empresa-mãe corresponde a “uma entidade que detém uma ou mais subsidiárias”, isto é, que controla uma ou mais entidades ainda não constituídas sob forma de sociedade.

²⁴ Alíneas b) e g) do artigo segundo do Decreto-Lei 159/2009, de 13 de julho.

Anexo I (Autoridade Tributária, 2015j) permite identificar se a entidade reportante constitui um ENI ou um EIRL²⁵.

Quanto a este conjunto de anexos que se destinam ao reporte das contas anuais, importa ainda destacar a seguinte informação (Autoridade Tributária, 2015a, página 2 das Instruções de Preenchimento):

“11. Os anexos A, B, C e I devem ser entregues enquanto não for declarada a cessação de atividade, ainda que, durante o ano a que os mesmos se reportam, não tenham sido realizadas operações. (...)

12. Os anexos A1, B1 e C1 (modelos não oficiais) devem ser enviados pela empresa-mãe, não devendo ser acompanhados de qualquer outro anexo. Devem ser enviados apenas para o exercício de 2006 e seguintes.”

Os restantes anexos só devem ser reportados caso os sujeitos passivos tenham realizado operações suscetíveis de serem mencionadas nesses anexos (Autoridade Tributária, 2015a). Assim, para além dos Anexos A, B, C ou I, haverá lugar ao reporte cumulativo de outros formulários sempre que, no decorrer do exercício económico, tenham sido realizadas operações suscetíveis de inclusão na declaração da IES e/ou caso se trate de um formulário que solicite informações adicionais de reporte obrigatório para determinadas entidades (como é o caso da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal). Para melhor compreender esta questão, atente-se na seguinte figura:

Figura 3 – Entidades reportantes dos Anexos da IES que não respeitam a prestação de contas

Imposto a que respeita	Anexo	Informação requerida	Entidades Reportantes
IRC	D	Declaração Anual	Entidades residentes que <u>não exerçam</u> , a título principal, atividade comercial, industrial ou

²⁵ A principal diferença entre estas duas formas jurídicas encontra-se na responsabilidade pelas dívidas contraídas no exercício da sua atividade: os ENI respondem ilimitadamente com todos os bens do seu património (IAPMEI, 2015a), enquanto os EIRL respondem apenas com os bens que se encontram afetos a essa mesma atividade (IAPMEI, 2015b).

			agrícola, <u>desde que obtenham rendimentos sujeitos a tributação e não isentos</u> ²⁶ .
	E	Elementos Contabilísticos e Fiscais	Entidades Não Residentes Sem Estabelecimento Estável
	F	Benefícios Fiscais	<p>– Entidades que exercendo, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, não tenham exclusivamente rendimentos sujeitos ao regime geral, bem como pelas que tenham benefícios fiscais que se traduzam em deduções ao rendimento ou à coleta;</p> <p>– Entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, sempre que auferam rendimentos abrangidos por isenção, bem como pelas que tenham benefícios fiscais que se traduzam em deduções ao rendimento ou à coleta</p>
	G	Informações adicionais de carácter contabilístico e fiscal	Regimes Especiais – Sociedades e outras entidades sujeitas ao regime de transparência fiscal
	H	Operações com Não Residentes	Todos os sujeitos passivos de IRC que efetuem operações com entidades não residentes no âmbito dos Preços de Transferência ²⁷ , com entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado, ou que tenham obtido rendimentos fora do território nacional
IVA	L	Elementos Contabilísticos e Fiscais	Todos os sujeitos passivos referidos na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º do CIVA ²⁸
	M	Operações realizadas em espaço diferente da sede	Sujeitos Passivos que realizem operações localizadas em mais do que um dos seguintes espaços: Continente, Açores e Madeira

²⁶ Por exemplo, associações e fundações que tenham recebido rendimentos sujeitos a tributação e não isentos.

²⁷ O número 1 do artigo 63.º do CIRC refere-se a este conceito como o preço praticado nas operações comerciais e financeiras entre um sujeito passivo “e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais”. De acordo com este mesmo número, “devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis”.

²⁸ Segundo esta alínea, são sujeitos passivos do imposto “As pessoas singulares ou coletivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as atividades extrativas, agrícolas e as das profissões livres, e, bem assim, as que, do mesmo modo independente, pratiquem uma só operação tributável, desde que essa operação seja conexa com o exercício das referidas atividades, onde quer que este ocorra, ou quando, independentemente dessa conexão, tal operação preencha os pressupostos de incidência real do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) ou do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) ”.

	N	Informações adicionais de carácter contabilístico e fiscal	Regimes Especiais – Sujeitos Passivos que realizem operações sujeitas a regimes particulares ou legislação especial
	O	Mapa Recapitulativo de Clientes	Todos os sujeitos passivos referidos na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º do CIVA
	P	Mapa Recapitulativo de Fornecedores	Todos os sujeitos passivos referidos na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º do CIVA
Imposto do Selo	Q	Elementos Contabilísticos e Fiscais	Todos os sujeitos passivos de IRS ou IRC (ainda que entidades públicas) que no exercício da sua atividade tenham liquidado imposto do selo e sujeitos passivos de IRC ou IRS, obrigados a possuir contabilidade organizada, sempre que disponham de elementos para o preenchimento do quadro 06 (Número e Valor Líquido Contabilístico dos Imóveis) e/ou quadro 07 (Participações Financeiras).
Informação Estatística – IES	R	Estabelecimentos da Empresa	Entidades sujeitas à entrega do Anexo A e EIRL que entregam o Anexo I
	S		Entidades sujeitas à entrega do Anexo B.
	T		Entidades sujeitas à entrega do Anexo C.

Fonte: elaboração própria, com base nas instruções de preenchimento dos respetivos Anexos (Autoridade Tributária; 2015e até 2015s).

De entre as entidades sujeitas ao reporte da IES, o foco da presente dissertação são as empresas não financeiras. Regra geral, estas entidades estão sujeitas à entrega dos Anexos A e R²⁹: no Anexo A são incluídas as principais informações contabilísticas e demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa e Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados) juntamente com alguns dados adicionais considerados relevantes para fins estatísticos e fiscais³⁰, enquanto

²⁹ Tal como referido anteriormente, as empresas podem também estar sujeitas à entrega de outros formulários da IES se, no decorrer do exercício económico, forem realizadas operações suscetíveis de reporte nos anexos destinados a esse efeito (Autoridade Tributária, 2015a).

³⁰ A este propósito, a publicação “*Estudos da Central de Balanços/19*” (Banco de Portugal, 2014, página 98) refere que o Banco de Portugal “*requereu a inclusão de algumas variáveis adicionais com relevância para a balança de pagamentos, posição de investimento internacional e contas financeiras*”.

no Anexo R é solicitada informação relativa aos estabelecimentos destas entidades. Cada empresa deverá reportar um Anexo R por cada um dos estabelecimentos que detenha³¹.

2.2.1. Alterações introduzidas nos Anexos A e R da IES

Os Anexos A e R da IES sofreram alterações relevantes com a introdução do novo normativo contabilístico: a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e da Normalização Contabilística para Microentidades (NCM) que, em 2010, substituíram o Plano Oficial de Contabilidade (POC), exigiu que os anexos da IES fossem reformulados no sentido de atualizar a informação contabilística solicitada³². No caso do Anexo A, destaca-se ainda a introdução da nomenclatura “N”, “S” e “M” com o objetivo de identificar o normativo contabilístico a que cada variável respeita³³:

“N – NIC’s (Normas internacionais de contabilidade);

S – NCRF’s (Normas contabilísticas e de relato financeiro) e NCRF-PE (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);

M – NC-ME (Norma contabilística para microentidades) ”³⁴

Deste modo, cada entidade deverá preencher apenas as rubricas que respeitem ao normativo contabilístico que lhe está associado. A título de exemplo, a rubrica “A5001 – Vendas e Prestações de Serviços” do quadro 03-A da IES (Demonstração de Resultados) apresenta a nomenclatura (N,S,M), pelo que deve ser declarada por todas as entidades sujeitas ao reporte do Anexo A. No entanto, as variáveis “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” do Balanço (quadro 04-A, campos A5124 e A5158, respetivamente) apresentam apenas a nomenclatura (M), pelo que estas duas variáveis

³¹ A sede da empresa é considerada como um estabelecimento. Deste modo, se a empresa declarar que detém apenas um estabelecimento, este será coincidente com a sede e, no Anexo R reportado, apenas constará a informação dos Campos 1.1 e 2.1 a 2.15 do Quadro 04-A, no sentido de evitar o reporte da mesma informação apresentada no Anexo A (Autoridade Tributária *et al.*, 2015, questão 344 e 345 da página 132).

³² Estas alterações resultantes da introdução do novo contabilístico são extensíveis a outros formulários da IES, para além dos Anexos A e R.

³³ O Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho apresenta as condições que determinam o normativo contabilístico a adotar por cada entidade.

³⁴ (Autoridade Tributária *et al.*, 2015; questão 92, páginas 59 e 60).

destinam-se apenas às entidades que seguem as Normas contabilísticas para microentidades.

Para além destas alterações, o Anexo A para o ano de 2014 e seguintes inclui um novo quadro relativo ao investimento direto: o quadro “0506-B – Partes Relacionadas e Outras Participações”. Este quadro substitui o anterior “0506-A – Partes Relacionadas”, que vigorou entre 2010 e 2013 (Autoridade Tributária, 2015b).

No que respeita ao Anexo R, destacam-se as alterações a efetuar para que este possa incluir informações úteis à DGAE³⁵. De acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro:

“Artigo 5.º

Modelo R da Informação Empresarial Simplificada

O modelo R (...) deve ser alterado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia, para inserção de campos de informação que contenham a insígnia e a área de venda do estabelecimento, a data de início da exploração e o tipo de localização necessários para o cadastro comercial da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) regulado pelo RJACSR³⁶.”

2.3. Transmissão da Informação da IES

De acordo com a versão mais recente do Decreto-Lei n.º 8/2007 de 17 de janeiro, o cumprimento das obrigações legais integradas na IES “*é efetuado através do envio da respetiva informação ao Ministério das Finanças, por transmissão eletrónica de dados*” (número 1 do artigo 4.º), sendo que esse reporte deverá ser feito “*até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do exercício económico, independentemente de esse dia ser útil ou não útil*” (número 1 do artigo 5.º). O sistema informático utilizado para o efeito encontra-se programado de modo a impedir a submissão da declaração caso não sejam

³⁵ O Anexo R da IES atualmente em vigor não contém esta informação, pelo que se pode concluir que estas alterações ainda não foram introduzidas. Além disso, segundo email recebido a 25 de janeiro de 2016 do Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC), “*ainda não começou a ser enviada informação à DGAE através da IES/DA*”, pelo que os dados do Anexo R ainda não estão na posse da DGAE.

³⁶ Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.

cumpridas as regras de validação, pelo que este é o primeiro momento em que há lugar a uma validação dos microdados da IES.

A transmissão da informação reportada é efetuada nos termos definidos pela Portaria n.º 370/2015, de 20 de outubro³⁷ que visa “*regulamentar e atualizar a forma através da qual o Ministério das Finanças disponibilizará a informação respeitante à IES, que tenha de ser enviada ao Ministério da Justiça e, bem assim, a forma de envio da correspondente informação ao INE, ao BdP e à DGAE*”. De acordo com o artigo 6.º da referida portaria, após a transmissão eletrónica dos dados da IES cabe à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) enviar ao Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN) os dados relativos à prestação de contas, bem como a informação solicitada pelo INE, Banco de Portugal e DGAE³⁸. Por sua vez, e de acordo com o artigo 7.º, fica a cargo do IRN a transmissão da informação às restantes entidades: os dados de natureza estatística são enviados para o INE³⁹; a informação relativa a dados contabilísticos anuais é entregue ao Banco de Portugal⁴⁰; e, a partir de 2016, a DGAE passa a aceder à informação estatística do Anexo R⁴¹. Esquemáticamente, a transmissão da informação pode ser representada da seguinte forma:

³⁷ Esta portaria, nos termos do seu artigo 8.º, revoga a Portaria n.º 499/2007, de 30 de abril. A recente introdução da DGAE no grupo das entidades perante as quais existe uma obrigação que apenas será cumprida através da IES, fez com que a referida portaria se tornasse desatualizada.

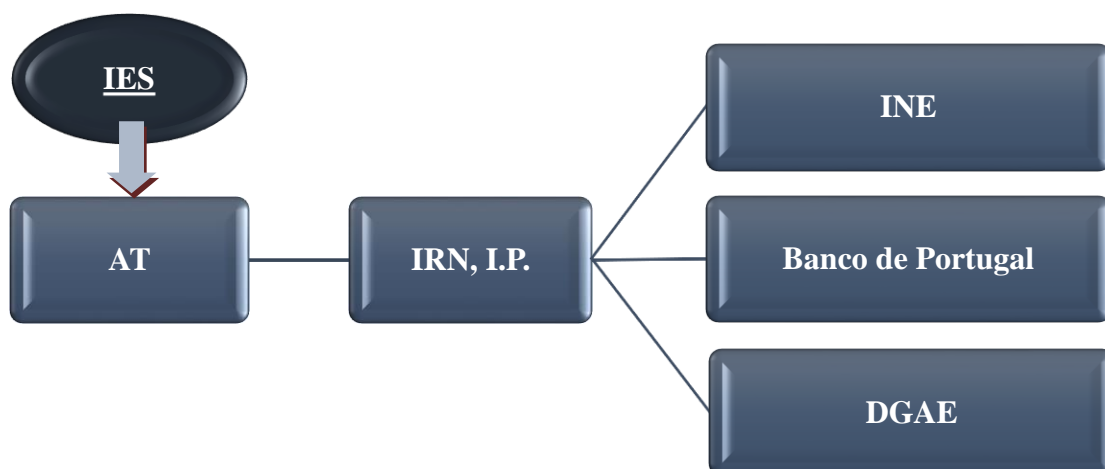
³⁸ Mais concretamente, a AT deve proceder ao envio dos dados da IES a que se referem as alíneas c) a f) do número 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, indiciando, portanto, que existem dados que ficam na sua posse e que não são remetidos para as restantes quatro entidades públicas.

³⁹ Os dados a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, serão entregues ao INE de acordo com o estipulado nos números 1 e 2 do artigo 7.º da portaria em análise

⁴⁰ Os dados respeitantes ao cumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro são transmitidos em concordância com o disposto nos números 3 e 4 do artigo 7.º da portaria em análise.

⁴¹ Informação referida na alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, transmitida segundo o disposto no número 5 do artigo 7.º da portaria em análise.

Figura 4 – Transmissão da informação da IES às cinco entidades públicas envolvidas no projeto de reporte simplificado



Fonte: elaboração própria.

A informação transmitida nos termos acima expostos será armazenada em várias bases de dados, sendo que o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 8/2007 de 17 de janeiro faz menção a uma delas: a Base de Dados das Contas Anuais (BDCA). De acordo com este artigo, a BDCA encontra-se sob a titularidade do IRN, I.P. e armazena a informação respeitante ao registo de prestação de contas, que consta nos seguintes documentos: ata de aprovação das contas do exercício e da aplicação dos resultados, balanço, demonstração de resultados e anexo ao balanço e demonstração de resultados, certificação legal de contas e parecer do órgão de fiscalização, quando exista.

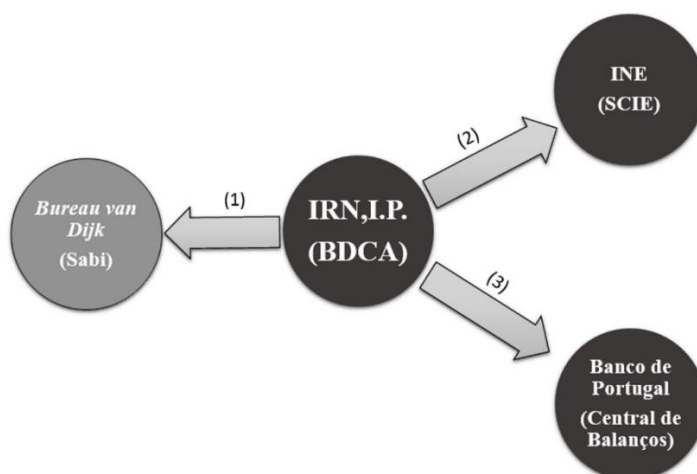
A este respeito, importa referir que a informação da BDCA não se destina a uso exclusivo do IRN, I.P. Trata-se de uma base de dados de acesso público⁴² cuja informação poderá ser disponibilizada através de duas vias: “*emissão de certidão de contas anuais relativa a entidades individualizadas;*” ou “*acesso através de formatos especiais*” (alíneas a) e b) do artigo 13.º-F da Portaria n.º1416-A de 19 de dezembro⁴³). Os pedidos de acesso, bem como os respetivos emolumentos a pagar, encontram-se regulados pelos artigos 13.º - G até ao 13.º - J da supramencionada portaria.

⁴² Número 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 8/2007.

⁴³ Com as alterações introduzidas pelas portarias n.º562/2007 de 30 de abril, n.º1256/2009 de 14 de outubro e n.º286/2012 de 20 de setembro.

Esta informação torna-se relevante, na medida em que será ao abrigo destes artigos que as bases de dados comerciais obtêm os dados de que necessitam. O Sabi, pertencente à *Bureau van Dijk*, será um desses casos, que analisaremos adiante.

Figura 5 – Bases de Dados públicas e privadas constituídas a partir da informação da IES



Legenda:

- (1) Acesso público à informação da IES regulamentado pelos artigos 13.º - F até ao 13.º - J da Portaria n.º 1416-A de 19 de dezembro⁴⁴.
- (2) Obrigatoriedade legal do IRN, I.P. transmitir os dados da IES ao INE⁴⁵. Esta informação servirá de base ao Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).
- (3) Receção dos dados da IES por parte do Banco de Portugal⁴⁶. A informação será armazenada na base de dados da Central de Balanços.

Fonte: elaboração própria, com base na informação da Portaria n.º 1416-A de 19 de dezembro.

É através destas entidades que os microdados da IES se tornam disponíveis para fins de investigação. A legislação não apresenta qualquer referência quanto aos anexos da IES que são recebidos por cada uma das entidades, contudo, tendo em conta a informação exposta neste capítulo, parece verosímil admitir que a AT recebe os dados de

⁴⁴ Com as alterações introduzidas pelas portarias n.º 562/2007 de 30 de abril, n.º 1256/2009 de 14 de outubro e n.º 286/2012 de 20 de setembro.

⁴⁵ Disponibilização da informação regulada pelos nos números 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 370/2015 de 20 de outubro.

⁴⁶ A transmissão da informação é regulada pelos números 3 e 4 do artigo 7.º da Portaria n.º 370/2015 de 20 de outubro.

todos os anexos reportados por cada uma das empresas, transmitindo para o IRN apenas os dados referentes às contas anuais (Anexos A, A1, B, B1, C, C1 e I) e à localização dos estabelecimentos (Anexos R, S e T). Posteriormente, o IRN procede ao envio destes anexos ao INE e BdP, sendo que a DGAE recebe apenas a informação do Anexo R⁴⁷.

⁴⁷ Após contacto por email com a Autoridade Tributária (AT) e o Ministério da Justiça (MJ), não foi possível confirmar quais os formulários da IES recebidos por cada entidade. A AT referiu que se encontra “vinculada ao dever de sigilo fiscal, não podendo facultar informação de natureza confidencial”, no entanto, através do email recebido do MJ pôde-se confirmar que “A informação constante da BDCA diz respeito à informação condensada em formulários únicos aprovados por Portaria, respeitantes aos documentos de prestação de contas”, existindo “informações disponibilizadas ao Banco de Portugal e INE [que] não constam do Anexo A, pelo que não são disponibilizadas através da BDCA. Existem Anexos próprios que são exclusivamente enviados a esses serviços”.

Capítulo 3 – Apresentação de bases de dados com informação da IES

Este capítulo visa apresentar as principais bases de microdados que têm sido utilizadas para fins de investigação e que dispõem de dados contabilísticos e financeiros relativos às empresas não financeiras portuguesas, designadamente: a Central de Balanços (CB) do Banco de Portugal, o Sabi da *Bureau van Dijk* e o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE. Desde a sua criação, cada uma destas bases de microdados recolhia informação através de diferentes fontes, contudo, após 2006, a fonte de informação primária passou a ser comum: os microdados da IES. Existem, no entanto, particularidades associadas a cada base de dados que se tornam úteis conhecer, sobretudo por parte dos investigadores que manifestem interesse em recorrer às mesmas.

A base de dados da Central de Balanços do Banco de Portugal ainda não se encontra disponível para todos os investigadores, contudo, tem sido utilizada internamente (sobretudo pelo Departamento de Estudo Económicos – DEE) para estudos relacionados com a economia Portuguesa. Com a recente criação do Laboratório de Investigação em Microdados (BPLim)⁴⁸ espera-se que os dados da CB possam ser disponibilizados a investigadores externos.

Por outro lado, o Sabi constitui uma base de microdados disponível para consulta que, de acordo com a brochura informativa (Bureau van Dijk, 2015), poderá também ser utilizada para fins de investigação. Contrariamente à CB e ao SCIE, o Sabi não publica documentos metodológicos que permitam uma caracterização mais pormenorizada desta base de dados, pelo que, em termos comparativos, a informação disponível é escassa.

Finalmente, quanto ao SCIE, importa fazer referência ao protocolo celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) e a Direção Geral das Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Este protocolo foi criado com o intuito de facilitar o acesso a informação estatística para fins de investigação, pelo que os microdados do SCIE estão disponíveis para investigadores externos que solicitem o seu acesso.

⁴⁸ O BPLim pertence ao Departamento de Estudo Económicos (DEE) e tem como principal objetivo disponibilizar bases de microdados do Banco de Portugal a todos os investigadores.

3.1. A Central de Balanços do Banco de Portugal

A Central de Balanços (CB) constitui uma base de dados do Banco de Portugal que incorpora informação de natureza económica e financeira relativa às empresas não financeiras portuguesas (Banco de Portugal, 2008a). A informação que inclui é útil para o Banco de Portugal, na medida em que este passa a dispor de dados que o auxiliam no “cumprimento das suas funções, designadamente no âmbito das estatísticas, da supervisão e da análise estrutural e conjuntural da economia portuguesa” (Banco de Portugal, 2010, página 4). No entanto, nem todas as empresas portuguesas são passíveis de inclusão na CB. A este respeito, a publicação “*Estudos da Central de Balanços/I*” do Banco de Portugal (2010, página 5) dispõe o seguinte:

“Independentemente da fonte subjacente, as empresas da Central de Balanços são empresas não financeiras (não incluem empresários em nome individual) provenientes de todos os setores de atividade económica da CAE-Rev.3 com exceção das secções K – “Atividades financeiras e de seguros”, O – “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória”, T – “Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio” e U – “Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais”. ”

Para as empresas participantes na Central de Balanços, isto é, para as entidades que cumprem os requisitos acima descritos, é possível aceder a informações de carácter anual e trimestral⁴⁹, existindo, para cada um destes períodos temporais, um inquérito específico a que as empresas têm de responder. Considera-se, portanto, que a CB gere duas bases de dados: a Central de Balanços Trimestral (CBT) e a Central de Balanços Anual (CBA)⁵⁰, sendo esta última o principal foco da presente dissertação.

⁴⁹ De notar que o inquérito trimestral (ITENF – Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras) apenas é reportado por cerca de 4 mil entidades, pelo que não abrange a totalidade das empresas participantes na Central de Balanços (Banco de Portugal, 2013).

⁵⁰ Banco de Portugal (2008a).

3.1.1. Os Dados Anuais da Central de Balanços

Desde a criação da Central de Balanços⁵¹, é possível identificar dois períodos distintos no que concerne à recolha de informação anual: a primeira fase decorre até 2005, enquanto a segunda fase tem início no ano de 2006, vigorando até aos dias de hoje.

Na primeira fase identificada, o Inquérito Anual da Central de Balanços (IACB) representava a fonte primordial de informação. Tratava-se de um inquérito voluntário da responsabilidade do Banco de Portugal, que vigorou até 2007 e que permitia a recolha de informação anual relativa a cerca de 17500 empresas (valor médio). A taxa de cobertura do total do universo das sociedades não financeiras rondava os 5% (Banco de Portugal, 2014).

Esta situação contrasta largamente com o panorama verificado para o ano de 2006⁵² e seguintes: a análise da Figura 6 revela que a entrada em vigor da IES permitiu atingir uma taxa de cobertura próxima dos 100%, uma vez que este novo sistema de reporte eletrónico é obrigatório para todas as empresas não financeiras. Para além das vantagens em termos de cobertura, a IES permitiu alcançar um maior nível de detalhe, uma vez que o número de rubricas a responder triplicou⁵³. Assim, nesta fase mais recente, a IES representa o principal suporte de recolha dos microdados da CB que, posteriormente, serão sujeitos aos processos de validação e tratamento abordados na alínea b) do presente tópico.

Figura 6 – Central de Balanços antes e após a criação da IES

Banco de Portugal – Central de Balanços	Antes	Depois
Empresas (taxa de cobertura)	5%	100%
Suporte	Maioritariamente eletrónico	Integralmente eletrónico
Prazo de disponibilização	10/12 meses	6 meses
Nível de detalhe	Mais de 600 variáveis	Mais de 1.800 variáveis

⁵¹ A Central de Balanços encontra-se sob gestão do Banco de Portugal desde 1983, no entanto, considera-se que só a partir de 1987 adquiriu especial relevância por se tornar possível obter informação relativa a todo o setor da indústria transformadora portuguesa (Banco de Portugal, 2008a).

⁵² A IES tornou-se obrigatória em 2007, no entanto, 2006 é o primeiro ano com dados da IES disponíveis, uma vez que, em cada ano, são reportados os dados referentes ao exercício económico do ano anterior.

⁵³ De notar que este corresponde ao número aproximado de variáveis aquando do surgimento da IES. Este valor tornou-se significativamente superior a partir de 2010 em virtude da introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da Normalização Contabilística para Microentidades (NCM).

Fonte: Banco de Portugal (2008a), página 10 (apenas é exibida uma parte do quadro).

Importa, contudo, ter em atenção que uma mudança tão significativa teve impactos na base de dados da CB. Quer isto dizer que a substituição do IACB pela informação da IES introduziu uma quebra de série na informação da CB.

a. A Produção Estatística do Banco de Portugal com base nos dados da Central de Balanços

As estatísticas relativas às sociedades não financeiras são publicadas mensalmente nos capítulos A (secção A.19) e G do Boletim Estatístico do Banco de Portugal⁵⁴. Para além desta publicação, os dados anuais da CB contribuem para a produção das estatísticas divulgadas nos Quadros do Setor (QS), nos Quadros da Empresa e do Setor (QES) e na Série Longa dos Quadros do Setor (Série Longa QS)⁵⁵.

As estatísticas têm por base os dados reportados através dos Anexos A e R da IES (Banco de Portugal, 2009)⁵⁶. A informação do Anexo A é utilizada no cômputo dos principais indicadores económico-financeiros, enquanto a informação do Anexo R é utilizada *“apenas para a compilação de estatísticas sobre a localização dos estabelecimentos das empresas.”* (Banco de Portugal, 2014, página 98).

A este respeito importa ainda notar que a CB tem em atenção um conjunto de critérios a cumprir para que as contas reportadas pelas empresas sejam utilizadas para fins estatísticos. Mais concretamente, as empresas selecionadas deverão pertencer ao universo das sociedades não financeiras⁵⁷, cumprir os critérios de qualidade estipulados pela CB e apresentar sinais de atividade relevante (se uma dada empresa não tem pessoas ao serviço

⁵⁴ Banco de Portugal (2013).

⁵⁵ Banco de Portugal (2014).

⁵⁶ Relembre-se que o anexo A é utilizado para o reporte das contas anuais por parte das “Entidades Residentes que exercem, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola e Entidades Não Residentes com estabelecimento estável” (Autoridade Tributária, 2015b), enquanto o Anexo R visa a recolha de informação estatística relativa a cada um dos estabelecimentos pertencentes às entidades que reportam o Anexo A ou aos EIRL que reportam o Anexo I (Autoridade Tributária, 2015q).

⁵⁷ Segundo a publicação do Banco de Portugal (2014, página 99), *“O universo de referência do setor das sociedades não financeiras é estimado pelo Departamento de Estatística do Banco de Portugal, a partir da informação proveniente do Ficheiro Central de Pessoas Coletivas, da responsabilidade do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), do Ficheiro de Unidades Estatísticas, da responsabilidade do INE, e dos microdados disponíveis no âmbito dos sistemas de informação geridos pelo Banco de Portugal para efeitos de compilação das estatísticas sob a sua responsabilidade”.*

e apresenta um Volume de Negócios⁵⁸ e Total do Ativo com valores inferiores a mil euros, considera-se que a empresa apresenta sinais de ausência de atividade, pelo que a informação anual reportada pela mesma não deverá ser utilizada).⁵⁹

b. Validação, Análise e Tratamento dos dados da CB

O documento metodológico da CB (Banco de Portugal, 2009) refere que os dados anuais recolhidos através da IES estão sujeitos a três tipos de validação: temporal, interna e externa.

A validação temporal é caracterizada por duas vertentes: uma associada à evolução do valor das principais variáveis⁶⁰, por empresa, ao longo dos últimos três anos, e outra relativa ao controlo de *outliers* (isto é, à análise e validação de valores reportados que se mostrem relativamente altos/baixos).

Por outro lado, a validação interna visa assegurar a coerência dos dados com a terminologia contabilística (no que respeita a conceitos, definições e classificações), mas também com as regras de validação do exercício contabilístico.

Finalmente, a validação externa passa por três fases: em primeiro lugar, confrontam-se os valores apresentados na IES com os valores do ITENF⁶¹ referentes ao quarto trimestre, procedendo-se à análise de eventuais diferenças; em segundo lugar, comparam-se dados individuais reportados com os dados disponíveis noutras bases de dados do Departamento de Estatística (DDE), nomeadamente, a balança de pagamentos, a Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) e o Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET); e, finalmente, recorrem-se a fontes de informação adicionais que se mostrem relevantes para a análise da atividade da empresa (*websites*, publicações especializadas, ou até mesmo a imprensa nacional e internacional). Caso persistam dúvidas quanto à validade da informação reportada, prevê-se ainda a possibilidade de contactar as empresas para a prestação de eventuais esclarecimentos que se mostrem necessários.

⁵⁸ As referências feitas ao Volume de Negócios devem ser entendidas como equivalentes à consideração da variável “Vendas e Serviços Prestados”, existente do quadro 03-A da IES (Demonstração de Resultados).

⁵⁹ Banco de Portugal, 2014.

⁶⁰ Por “principais variáveis” entenda-se as variáveis mais relevantes para a produção estatística da Central de Balanços.

⁶¹ Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras.

Assim, sumariamente, o controlo de qualidade da CB inclui um conjunto de validações aos dados da IES que visam aferir a razoabilidade da informação reportada, quer através de uma análise da evolução temporal dos valores declarados por cada empresa, quer através do confronto dessa informação com outras fontes alternativas (sejam bases de dados do Banco de Portugal ou informações divulgadas nos meios de comunicação social). Este processo poderá conduzir à realização de alguns ajustamentos aos dados reportados, sobretudo nos casos de “*não-resposta parcial, erros de classificação e desajustamentos a conceitos e critérios estatísticos*” (Banco de Portugal, 2014, página 98).

Neste contexto, o “*Suplemento 2/2013 ao Boletim Estatístico*” (Banco de Portugal, 2013) destaca que, contrariamente aos dados trimestrais reportados através do ITENF, os resultados anuais apresentam uma componente estimada muito reduzida, uma vez que a IES assegura uma elevada cobertura do tecido empresarial português (o que se traduz numa componente observada bastante significativa).

Regra geral, a componente estimada visa cobrir a não resposta associada ao “*não cumprimento da obrigação de reporte*” e/ou ao “*atraso/desfasamento temporal na entrega da IES*” (Banco de Portugal, 2013, página 5). Segundo esta fonte de informação, o processo de estimação poderá ser dividido em dois passos: imputação do total do ativo e estimação da não-resposta.

Numa primeira fase, estima-se o total do ativo das empresas que não efetuaram o reporte da IES. Na falta de dados para o ano em causa, recorrem-se aos dados de anos anteriores ou possíveis informações que possam ser recolhidas junto de outras bases de dados do Banco de Portugal (mais concretamente, a CRC e o SIET). A imputação do total do ativo surgirá da combinação dos métodos *cold-deck* e de *imputação pela média*⁶².

Numa segunda fase, procede-se à estimação da não resposta das informações mais relevantes, recorrendo a um conjunto de informação auxiliar como sejam a CAE, o Volume de Negócios do universo de referência, dados do SIET e da CRC, bem como o Total do Ativo estimado no passo anterior. Neste caso, utilizar-se-á o método da imputação pela média, contudo, poder-se-ão realizar ajustamentos às estimativas

⁶² O “*Suplemento 2/2013 ao Boletim Estatístico*” (Banco de Portugal, 2013) apresenta estes métodos de uma forma mais detalhada, pelo que é aconselhável a leitura deste documento para a obtenção de informações adicionais quanto aos procedimentos adotados para a imputação de dados.

produzidas caso estas conduzam a uma mudança do estrato inicial da empresa (em termos de Volume de Negócios e Total do Ativo).

3.2. O Sabi da *Bureau van Dijk*

De acordo com a informação disponível no *website* da *Bureau van Dijk* (2016a), a *Bureau van Dijk Electronic Publishing* (mais comumente conhecida como *Bureau van Dijk* ou BvD) foi criada em 1991 e constitui uma entidade privada que se dedica à comercialização de bases de dados. Os microdados disponibilizados providenciam informações de carácter económico-financeiro relativas ao meio empresarial, sendo frequentemente utilizadas para consulta.

De um modo geral, a *Bureau van Dijk* (2016b) possibilita o acesso a várias bases de dados que diferem entre si no que respeita à cobertura geográfica (bases de dados globais, regionais ou com informação de um determinado país), entidades abrangidas (empresas não financeiras, bancos e/ou seguradoras) e tipo de informação disponibilizada (dados económicos, dados financeiros, informação relativa a fusões e aquisições, entre outros).

3.2.1. Os Dados Anuais do Sabi

Segundo a brochura publicada pela *Bureau van Dijk* (2015), o Sabi constitui uma base de microdados de empresas portuguesas e espanholas que permite a consulta de dados contabilísticos e financeiros detalhados com histórico até 25 anos. Para as empresas portuguesas com contas disponíveis em 2006 e nos períodos subsequentes, a principal fonte de informação do Sabi são os dados reportados anualmente através da IES, no entanto, não foi possível apurar a fonte utilizada para a disponibilização de dados relativos a exercícios económicos anteriores ao surgimento da IES.

Os utilizadores com acesso ao Sabi têm ao seu dispor um guia de utilizador para auxiliar a consulta de informação, contudo, contrariamente à CB e ao SCIE, não se encontra disponível um documento metodológico que permita conhecer eventuais processos de validação, análise e tratamento dos microdados do Sabi.

a. Microdados do Sabi disponíveis para consulta

De acordo com a brochura publicada pela Bureau van Dijk (2015), o Sabi permite consultar as variáveis provenientes da IES e presentes nas principais demonstrações financeiras das empresas (como o Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxos de Caixa), mas também informações adicionais que identificam a entidade reportante, nomeadamente, o número de identificação (NIPC) e o nome. Para além dos dados provenientes da IES (para os quais não foi possível apurar se estão ou não sujeitos a controlo de qualidade por parte da BvD), é possível consultar dados adicionais, tais como: contactos (morada, telefone, *website*, email e filiais); estrutura corporativa detalhada⁶³; informação sobre os diretores, gerentes e acionistas; rácios financeiros e de rentabilidade; notícias⁶⁴; informação relativa a fusões/aquisições e eventuais incidentes judiciais; história da empresa; linhas de negócio; e códigos de atividade. Quanto a estes dados disponíveis no Sabi e que não provêm da IES não é identificada a fonte de informação. Através da plataforma do Sabi sabe-se apenas que a Informa D&B e a Coface MOPE constituem atualmente “*Information Providers*” do Sabi (Bureau van Dijk, 2016c), mas não se conhece o seu contributo efetivo para esta base de dados.

A brochura do Sabi (Bureau van Dijk, 2015) realça que os utilizadores desta base de microdados podem realizar uma consulta flexível, isto é, o utilizador pode personalizar a informação, criar as suas próprias variáveis, editar os dados apresentados e as contas existentes e até mesmo adicionar relatórios e dados próprios. Além disso, as pesquisas podem ser efetuadas segundo vários critérios estipulados pelo utilizador (permitindo identificar grupos de empresas com características específicas), prevendo-se ainda a possibilidade de exportar os relatórios, gráficos e análises efetuadas que se mostrem relevantes. Esta fonte de informação refere ainda que o Sabi pode ser utilizado pela comunidade académica que se dedica a investigação, uma vez que a *Bureau van Dijk* mantém na sua base de dados mais de 600.000 entidades inativas. Não obstante, entre os grupos de clientes com maior representatividade destacam-se os auditores, consultores, banca de investimento, conselheiros de fusões e aquisições e capital de risco, que recorrem ao Sabi sobretudo para consulta.

⁶³ Esta informação é recolhida pela *Bureau van Dijk* e sujeita internamente a controlo de qualidade.

⁶⁴ A cada empresa está associado um histórico de imprensa ao qual é possível aceder através do motor de busca disponibilizado.

b. Validação, Análise e Tratamento dos dados do Sabi

Tal como referido anteriormente, a inexistência de um documento metodológico referente ao Sabi não permite que esta base de dados seja apresentada tão pormenorizadamente quanto a CB e o SCIE. Sabe-se que há informações do Sabi sujeitas a controlo de qualidade interno (como, por exemplo, a estrutura corporativa das empresas), contudo, desconhecem-se eventuais processos de validação, análise e tratamento dos microdados provenientes da IES.

3.3. O Sistema de Contas Integradas (SCIE) do Instituto Nacional de Estatística (INE)

De acordo com a Nota Metodológica do INE (2014), o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) constitui uma base de microdados que permite uma caracterização mais profunda do setor empresarial português. Anualmente, o SCIE recolhe informação económico-financeira relativa às empresas produtoras de bens e serviços que se encontram economicamente ativas no período de referência⁶⁵. Segundo a publicação do INE (2016, página 10):

*“A população do SCIE no ano n é constituída por todas as empresas (sociedades, empresários em nome individual e trabalhadores independentes) que exercem uma atividade de produção de bens e/ou serviços durante esse período no total do país. Excluem-se do âmbito, as empresas financeiras e de seguros, e as entidades que não estão orientadas para o mercado, nomeadamente as unidades da administração pública central e local e as atividades associativas diversas (...).O âmbito de atividade económica considerado compreende as empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, exceto as secções K e O.”*⁶⁶

Esta mesma fonte de informação refere ainda que, no âmbito do SCIE, os Empresários em Nome Individual e os Trabalhadores Independentes são designados

⁶⁵ O conceito de empresa economicamente ativa será definido mais à frente.

⁶⁶ A secção K está associada a atividades financeiras e de seguros e a secção O respeita à Administração Pública e Defesa, bem como a Segurança Social Obrigatória (INE, 2007).

como “Empresas Individuais”, pelo que às restantes atividades é atribuída a designação de “Sociedades”.

3.3.1. Os Dados Anuais do SCIE

O documento metodológico do INE (2008) identifica dois períodos distintos no que respeita à fonte de informação utilizada pelo SCIE. A primeira fase compreende as contas anuais desde 1994/1995 (anos iniciais do SCIE) até 2005; a segunda fase inclui as contas anuais de 2006 até ao período atual.

Na primeira fase indicada, o Inquérito Anual à Empresa (IEH) e os dados administrativos do Ministério das Finanças e Administração Pública (recebidos ao abrigo do protocolo estabelecido entre esta entidade e o INE) permitiam a recolha dos dados anuais a integrar no SCIE. Na segunda fase, a IES passou a constituir a principal fonte de dados anuais, permitindo a eliminação do IEH que representava *“uma das maiores operações estatísticas realizadas pelo INE, e que era a base para a produção das estatísticas das empresas”*.⁶⁷

Segundo a versão mais recente do documento metodológico do SCIE (INE, 2016), os microdados da IES são atualmente complementados com duas outras fontes de informação: os dados administrativos recebidos através do protocolo estabelecido entre o INE e a Autoridade Tributária (AT); e a informação do Ficheiro das Unidades Estatísticas (FUE) do INE, que abrange a totalidade das Sociedades e das Empresas Individuais do país. O cruzamento destas fontes de informação mostra-se essencial para a construção do universo de empresas ativas cobertas pelo SCIE (sociedades, empresários em nome individual e trabalhadores independentes), permitindo o acesso a dados de tal forma exaustivos que se tornou desnecessária a extrapolação da informação, contrariamente ao que se verificava até 2005 (INE, 2008).

a. A Produção Estatística do INE com base nos dados do SCIE

Os microdados apresentados no SCIE (isto é, os microdados disponibilizados para fins de investigação após o controlo de qualidade efetuado aos valores reportados na

⁶⁷ INE (2008), página 3.

IES⁶⁸) são divulgados anualmente através da publicação “Empresas em Portugal”, no sentido de atualizar regularmente “*os principais indicadores estatísticos caracterizadores da estrutura e evolução do setor empresarial português*” (INE, 2015)⁶⁹.

Os Anexos da IES que servem de base à produção estatística do INE diferem relativamente à CB do Banco de Portugal: as entidades do SCIE classificadas como “Sociedades” incluem não só as empresas que reportam os Anexos A e R da IES (formulários considerados no âmbito da CB), mas também as entidades que procedem ao reporte do Anexo D e os EIRL⁷⁰ que reportam o Anexo I⁷¹ (INE, 2016). Conclui-se, portanto, que o conjunto de dados da IES sujeitos a controlo de qualidade por parte do INE difere do conjunto de dados da IES sujeitos a tratamento por parte do Banco de Portugal, uma vez que esta última entidade recorre a um menor número de formulários como fonte de informação.

No entanto, nem todas as entidades que reportam os Anexos A, D, I e R contribuem para a produção estatística do SCIE. Quer isto dizer que apenas serão utilizadas para fins estatísticos as contas anuais que satisfaçam as condições estipuladas pelo INE. Mais concretamente, apenas se tem em consideração as empresas economicamente ativas que, no caso das Sociedades, são constituídas por todas as entidades que apresentam Volume de Negócios ou Principais Gastos com valor diferente de zero. Neste contexto, a variável Principais Gastos é definida como o somatório das seguintes variáveis: Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, Fornecimentos e serviços externos, Gastos com pessoal, Outros gastos e perdas, Juros e gastos similares suportados e Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos. Assim, uma sociedade com Volume de Negócios e Principais Gastos com valor nulo não é considerada como economicamente ativa no período de referência, pelo que é excluída do âmbito da produção estatística do SCIE.

⁶⁸ O controlo de qualidade efetuado pelo INE aos dados da IES é discutido na alínea b) do presente tópico.

⁶⁹ Note-se que a base de dados disponibilizada pelo INE permite replicar com exatidão os valores divulgados anualmente na publicação “Empresas em Portugal”.

⁷⁰ Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada.

⁷¹ Relembre-se que, tal como referido no tópico “2.2. Entidades sujeitas a reporte da IES: Anexos a acompanhar a declaração”, o Anexo I inclui informação relativa a todos os sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada. Contudo, apenas se incluem no âmbito das “Sociedades” do SCIE o subconjunto dessas entidades que constituam Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL). As restantes entidades que procedem ao reporte do Anexo I são incluídas no SCIE na categoria “Empresas Individuais”.

b. Validação, Análise e Tratamento dos dados do SCIE

Segundo o mais recente documento metodológico do SCIE (INE, 2016),⁷² a validação dos dados recebidos através da IES (incluídos no SCIE após o controlo de qualidade) incide principalmente sobre as empresas de maior dimensão, uma vez que estas têm impactos mais relevantes na qualidade dos dados finais. Numa primeira fase, no sentido de assegurar a consistência temporal da informação, é efetuada uma comparação dos dados reportados no ano em análise com a informação reportada no exercício anterior. Além disso, é prestada especial atenção a variáveis que possam ter sofrido alterações, tais como a forma jurídica, o volume de negócios, o escalão de pessoal ao serviço, as atividades desempenhadas, entre outros. Caso seja necessário obter esclarecimentos adicionais, prevê-se ainda a possibilidade de contactar as empresas o que, em certos casos, poderá originar correções pontuais na informação.

No que concerne à estimação das variáveis em falta, os procedimentos adotados são diferentes consoante haja ou não contas anuais disponíveis para o exercício em análise. Quer isto dizer que importa distinguir os casos em que há reporte da IES mas existem variáveis em falta, dos casos em que a empresa não procedeu a qualquer reporte.

Caso a empresa tenha procedido ao reporte da IES, o método aplicado para a estimação das variáveis em falta varia consoante o anexo considerado, isto é: se a empresa respondeu ao Anexo A, a sua resposta é diretamente utilizada no SCIE após validação da mesma; se a empresa respondeu a outros modelos fiscais (D ou I para os EIRL), então a sua resposta para as variáveis comuns com o Anexo A é diretamente utilizada após validação, enquanto as restantes variáveis são consideradas como variáveis em falta e, por esse motivo, serão objeto de estimação. Note-se que este procedimento é viável pelo facto das variáveis dos Anexos D e I constituírem um subconjunto das variáveis do Anexo A. Assim, como as variáveis consideradas em falta são caracterizadas por um maior nível de agregação, o método de estimação das mesmas consiste na obtenção do desdobramento dessas variáveis de modo a obter uma equivalência com as variáveis do Anexo A⁷³. De

⁷² Este documento servirá de base a todas as informações disponibilizadas neste tópico.

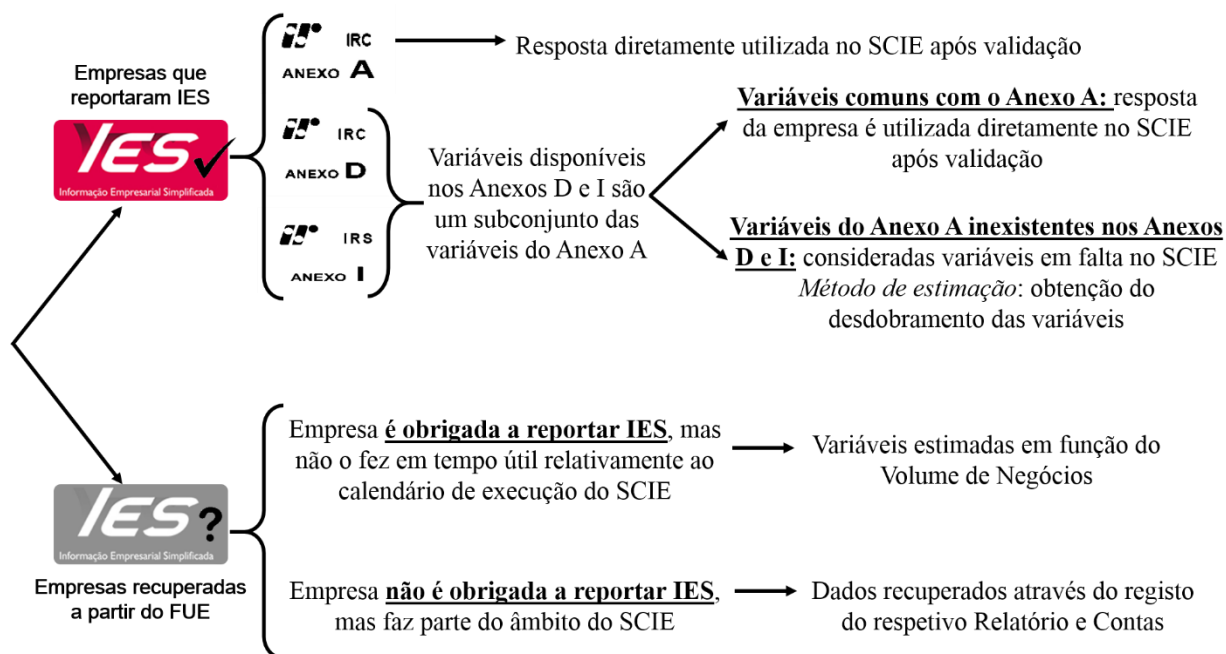
⁷³ Para melhor se compreender a ideia exposta, atente-se no seguinte exemplo: considere-se que o Anexo A dispõe de duas variáveis (X_1 e X_2). Essas variáveis não existem nos Anexos D e I, contudo, estes modelos fiscais apresentam uma variável, X_3 , que poderá ser definida como soma das duas rubricas anteriores ($X_3 = X_1 + X_2$). Como X_3 é considerada uma variável em falta no SCIE (pelo facto de não coincidir diretamente com nenhuma variável do Anexo A), então a sua estimação será realizada em função das variáveis X_1 e X_2 observadas no Anexo A.

notar que o método de estimação utilizado poderá assumir algumas especificidades de acordo com a natureza jurídica da entidade e o anexo reportado.

Por outro lado, poderão existir empresas para as quais não se encontra disponível a IES do exercício económico em análise, mas cujos dados deveriam ser incluídos no SCIE por fazerem parte do seu âmbito. Quer isto dizer que o universo das sociedades ativas consideradas nesta base de dados compreende não só as entidades que procederam ao reporte da IES, mas também as empresas que foram recuperadas a partir do FUE (Ficheiro das Unidades Estatísticas) e para as quais não se dispõe de resposta à IES. Neste caso, poderão surgir duas situações: a empresa é obrigada a reportar as suas contas anuais, contudo, não o fez em tempo útil relativamente ao calendário de execução do SCIE (pelo que as suas variáveis serão estimadas em função do Volume de Negócios); ou a empresa não é obrigada a reportar IES, mas pertence ao âmbito do SCIE (como é o caso, por exemplo, dos Serviços Municipalizados), pelo que “os seus dados são recuperados através do registo dos respetivos relatórios e contas” (INE, 2016, página 13).

Esquemáticamente, poder-se-á representar da seguinte forma:

Figura 7 – Tratamento dos dados do SCIE



Fonte: elaboração própria, com base nas informações publicadas no documento metodológico do SCIE (INE, 2016).

3.4. Quebras de série

Tendo em conta o exposto no presente capítulo, torna-se claro que a introdução da IES constituiu um ponto de viragem na recolha de dados em todas as bases de dados, possibilitando eliminar fontes de informação que poderiam ser inconsistentes entre si e que apenas asseguravam a cobertura de uma pequena parte das empresas não financeiras portuguesas. A IES mostra-se vantajosa por permitir obter informação consistente sobre a totalidade do tecido empresarial português, contudo, há alguns cuidados a ter na análise da informação. Mais concretamente, para além da quebra de série na informação anual como consequência da introdução da IES, o presente tópico pretende alertar para as quebras de série que surgiram nos períodos subsequentes: a revisão da Classificação das Atividades Económicas (CAE) em 2008, a alteração do normativo contabilístico em 2010 e os acontecimentos marcantes na atividade das empresas.

Por um lado, a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2008 da CAE Rev.3 (Classificação das Atividades Económicas – Revisão 3) introduziu alterações significativas na organização das atividades económicas, impedindo a comparação das análises setoriais apresentadas a partir de 2008 com as análises de anos anteriores⁷⁴ e, por outro lado, a alteração do normativo contabilístico exigiu uma adaptação das variáveis de modo a garantir a concordância com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que, em 2010, veio substituir o Plano Oficial de Contabilidade (POC). Estes dois eventos podem gerar quebras de série na informação, com impactos na comparabilidade inter-anual dos dados para a generalidade das empresas.

Adicionalmente, existem ainda quebras de série que surgem como resultado de “acontecimentos marcantes”, isto é, “acontecimentos na vida das empresas suscetíveis de afetar a comparabilidade dos dados entre exercícios contabilísticos” (Banco de Portugal, 2009, página 16). A título de exemplo, constituem acontecimentos marcantes das empresas situações como: fusões, cisões, alienação/aquisição/transferência de parte significativa do património produtivo sem cisão, paragem prolongada em empresas sem atividade sazonal (por períodos superiores a três meses, consecutivos ou não), adoção de exercício económico diferente do ano civil, entre outros (Banco de Portugal, 2009).

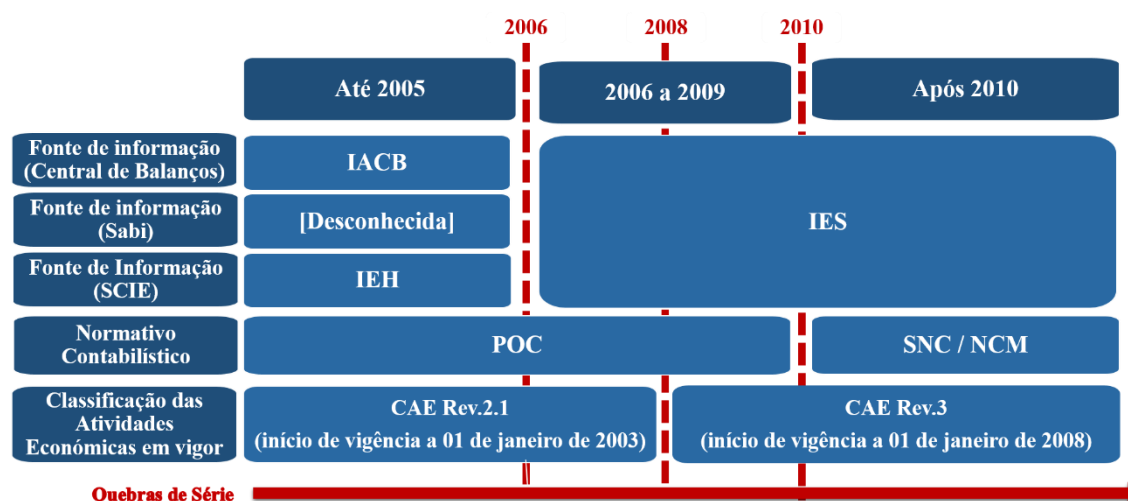
⁷⁴ Uma das principais alterações introduzidas por esta nova nomenclatura, e destacada pelo documento metodológico do INE (2016), refere-se à exclusão das sociedades gestoras de participações sociais do universo das empresas não financeiras. Estas passaram a ser consideradas como entidades financeiras.

Nestas situações, os impactos na comparabilidade dos dados verificam-se entre esse exercício e o anterior (se o acontecimento produziu efeitos desde o início do exercício económico) ou entre esse exercício, o anterior e o seguinte (se os efeitos surgiram no decorrer do exercício económico).

Contrariamente à revisão da CAE e à alteração do normativo contabilístico, os acontecimentos marcantes não afetam a generalidade das empresas num ano em específico. Trata-se de situações pontuais que afetam apenas determinadas empresas e que estão sujeitas a reporte no período em que ocorrem: o quadro 10 da folha de rosto da IES destina-se precisamente ao registo desses eventos por parte da entidade declarante.

Em suma, este tópico alerta para os acontecimentos que afetam bases de microdados em análise e que devem ser tidas em consideração pelos investigadores. Esquemáticamente, é possível sumarizar a informação da seguinte forma:

Figura 8 – Quebras de Série



Fonte: elaboração própria, baseada na Figura 1 da publicação do Banco de Portugal (2014), página 11.

Capítulo 4 – Bases de dados em Análise

Para melhor compreender a questão de investigação a que se pretende dar resposta, relembrem-se algumas das ideias expostas até este capítulo. O surgimento da IES, em 2007, permitiu que as empresas portuguesas pudessem cumprir várias obrigações legais com o reporte anual de uma única declaração. Os procedimentos administrativos necessários ao cumprimento dessas obrigações foram significativamente simplificados, sobretudo no que respeita ao registo de prestação de contas que, para os exercícios económicos posteriores a 2005, passou a ser efetuado de uma forma eletrónica, evitando a entrega de documentos em suporte de papel nas conservatórias de registo comercial.

A informação obtida através da IES é armazenada na Base de Dados das Contas Anuais (BDCA) que constitui uma base de dados de acesso público da responsabilidade do IRN, I.P.⁷⁵. Esta é a fonte de informação que contém os dados da prestação de contas tal como reportados pelas empresas e cujo acesso é autorizado a entidades como o Banco de Portugal e o INE⁷⁶, mas também a particulares que manifestem esse interesse e que cumpram os requisitos e procedimentos previstos na legislação⁷⁷.

Após uma pesquisa de bases de dados constituídas a partir da informação da IES e que se encontrem disponíveis para fins de investigação, foi possível apurar a existência de três bases de microdados: a Central de Balanços (CB) do Banco de Portugal, o Sabi da *Bureau van Dijk* e o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE. Ainda que, desde a criação da IES, a BDCA constitua a fonte de informação primária destas bases de dados, não é garantido que escolha das mesmas, para efeitos de análise, seja indiferente. Assim, o objetivo da presente dissertação é apresentar e caracterizar a CB, o Sabi e o SCIE (por constituírem bases de dados com microdados da IES disponíveis para investigação), verificar se existem dissemelhanças entre estas bases de microdados e, em caso afirmativo, apresentar os motivos que poderão justificar as diferenças encontradas. Pretende-se assim auxiliar os investigadores que pretendam recorrer a estas bases de

⁷⁵ Número 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º8/2007.

⁷⁶ Tanto o Banco de Portugal como o INE recebem informações adicionais que não constam na BDCA. A transmissão da informação é regulada pelos números 1, 2, 3 e 4 do artigo 7.º da Portaria n.º370/2015 de 20 de outubro.

⁷⁷ Mais especificamente, os artigos 13.º - F até ao 13.º - J da Portaria n.º1416-A de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas portarias n.º562/2007 de 30 de abril, n.º1256/2009 de 14 de outubro e n.º286/2012 de 20 de setembro.

dados, facultando informação que lhes possa ser útil para melhor compreenderem os microdados que utilizam.

Tendo em atenção que desde o surgimento da IES ocorreram dois eventos marcantes passíveis de afetar a comparabilidade temporal dos dados (a revisão da Classificação das Atividades Económicas, em 2008⁷⁸, e a introdução do novo normativo contabilístico, em 2010⁷⁹), a análise dos microdados será efetuada para os anos 2011, 2012 e 2013.⁸⁰ Estes são os anos mais recentes para os quais é expectável que haja uma maior estabilidade dos dados, pelo que se considera o período temporal mais adequado.

O presente capítulo encontra-se dividido em quatro partes: numa primeira parte detalha-se o processo de obtenção/extração dos microdados em análise; na segunda parte, caracterizam-se as bases de dados a que foi possível aceder, principalmente no que concerne ao tipo de informação disponibilizada; na terceira parte apresentam-se algumas questões a ter em conta previamente à análise dos microdados; e, finalmente, delimitam-se as variáveis da IES objeto de análise.

4.1. Processo de obtenção/extração dos microdados

4.1.1. No âmbito do estágio curricular realizado no Laboratório de Investigação em Microdados (BPLim) do Banco de Portugal⁸¹, tornou-se possível aceder aos microdados da CB que constam nas tabelas de exploração. Estas tabelas constituem a base para a publicação anual dos Quadros do Setor (QS) do Banco de Portugal e são utilizadas internamente para fins de investigação. Neste momento ainda não se encontram disponíveis para o público em geral, contudo, o BPLim irá disponibilizar os microdados da CB a investigadores externos que manifestem interesse em recorrer a esta base de dados.

A extração dos microdados ocorreu em março de 2016. Ainda que não me tenha sido facultado o acesso direto à base de dados (que contém informação não

⁷⁸ Entrada em vigor da CAE Rev. 3.

⁷⁹ Introdução do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que veio substituir o anterior Plano Oficial de Contabilidade (POC).

⁸⁰ Ainda que existam dados publicados para 2014 nas bases de dados Sabi e Central de Balanços, o INE apenas disponibilizou dados anuais do SCIE até 2013.

⁸¹ O estágio teve a duração de 6 meses, com início a 1 de outubro de 2015 e término a 31 de março de 2016.

anonimizada), pude solicitar a informação necessária e apresentar os *outputs* que me permitem dar resposta aos objetivos da presente dissertação.

4.1.2. O acesso ao Sabi foi obtido através da Faculdade de Economia do Porto e os microdados foram extraídos via ligação VPN nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2016⁸². De forma a garantir que a extração seria corretamente efetuada, enviei email no dia 19 de janeiro de 2016 para o endereço eletrónico disponível na brochura do Sabi, explicando o tipo de informação que pretendia obter. A resposta recebida a 21 de janeiro de 2016 permitiu-me assegurar que a forma de extração dos dados estava correta.

Assim, foi efetuada uma extração por cada ano objeto de análise, aplicando simultaneamente os seguintes filtros: “**1. País/Região: Portugal**” e “**2. Anos com contas disponíveis: t**”, sendo t o ano a que se refere a prestação de contas da IES. Importa ainda referir que defini 30 de junho como data limite para o fecho de contas, uma vez que esta é a data considerada na CB e no SCIE (por omissão, o Sabi considera 31 de março como a data limite para o término do ano fiscal, contudo, o utilizador pode estipular uma outra data através das “*Opções de consistência temporal*” disponíveis nesta base de microdados).⁸³

4.1.3. O acesso aos microdados do SCIE tornou-se possível em virtude do protocolo celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) e a Direção Geral das Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), criado com o intuito de facilitar o acesso a informação estatística para fins de investigação. Através do preenchimento do formulário disponível no *website* do INE⁸⁴,

⁸² Uma vez que solicitei a notificação por correio eletrónico de todas as atualizações da base de dados (opção disponível no Sabi através do separador “Alertas”, presente no canto superior direito da página inicial) pude constatar que a última atualização efetuada antes da extração dos dados teve lugar a 10 de fevereiro de 2016. Como a atualização seguinte ocorreu apenas a 16 de fevereiro de 2016, conclui-se que não houve nenhuma alteração da informação entre os dias 13 e 14 de fevereiro.

⁸³ Para melhor compreender esta questão mostra-se pertinente a leitura do tópico “4.3.1. *Consistência temporal dos dados*”.

⁸⁴ O formulário preenchido para aceder aos dados do SCIE poderá ser acedido através da seguinte ligação: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/46/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=46&fileName=Pedido_Creden_P_rotocoloINEFCTGPEARL.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/46/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=46&fileName=Pedido_Creden_P_rotocoloINEFCTGPEARL.pdf).

foi solicitado o acesso a todas as variáveis da nova série do SCIE disponível a partir de janeiro de 2014⁸⁵ para os anos de 2004 até 2013⁸⁶.

A base de dados recebida inclui as contas reportadas pelas Sociedades e pelas Empresas em Nome Individual, contudo, estas últimas foram excluídas da análise uma vez que o foco da presente dissertação são as empresas não financeiras que constituam sujeitos passivos de IRC⁸⁷. Como anteriormente referido, os microdados disponibilizados pelo INE para fins de investigação permitem replicar com exatidão as estatísticas da publicação anual “Empresas em Portugal” (INE, 2015b).

4.2. Caracterização das bases de dados disponibilizadas

4.2.1. Os dados das tabelas de exploração cedidas ao BPLim não se encontram anonimizados, pelo que é possível aceder aos identificadores diretos das empresas (como o NIPC e o nome), bem como à forma jurídica das entidades com maior grau de detalhe comparativamente ao SCIE. Do conjunto de microdados extraídos, nem todos contribuem para as estatísticas do Banco de Portugal uma vez que, tal como referido no capítulo anterior, há critérios estipulados pela CB que determinam a inclusão/exclusão das contas anuais de uma empresa das estatísticas oficiais⁸⁸. Por esse motivo, as tabelas de exploração apresentam um indicador que permite destriçar o subconjunto de empresas que contribuíram para a produção estatística, das que foram excluídas por não satisfazerem as condições necessárias. Relembre-se que não me foi cedida a utilização direta desta base de dados, mas sim os *outputs* apresentados nesta dissertação.

4.2.2. O Sabi, tal como a CB, não apresenta qualquer tipo de restrição em termos de informação, o que significa que é possível aceder a identificadores diretos como o NIPC, nome e morada da empresa, bem como outras informações caracterizadoras da

⁸⁵ A este respeito importa referir que, em maio de 2016, tornou-se possível aceder a uma nova série do SCIE, disponível para os anos 2010 a 2014 (“*Série (SEC2010) – 2010 em diante*”) e que tem em conta as alterações produzidas pela introdução do Sistema Europeu de Contas de 2010 (SEC 2010). Esta nova série não foi utilizada na presente dissertação, uma vez que o seu acesso apenas se tornou possível no período final de redação da dissertação.

⁸⁶ O pedido de acreditação para o acesso aos dados estatísticos foi enviado a 30 de outubro de 2015 e recebido pelo INE a 01 de dezembro de 2015. Esta última entidade procedeu ao envio dos dados a 02 de dezembro de 2015.

⁸⁷ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

⁸⁸ Rever a alínea a) do tópico “3.1.1. Os Dados Anuais da Central de Balanços”.

entidade em causa (por exemplo, a estrutura corporativa). No entanto, as informações publicadas relativamente a esta base de dados são escassas: é possível aceder a um guia de utilizador que se destina, principalmente, a fornecer as informações necessárias a uma correta utilização da base de dados, contudo, contrariamente ao SCIE e à CB, não existe um documento metodológico disponível que permita conhecer melhor o âmbito do Sabi e o eventual tratamento a que os dados estão sujeitos.

4.2.3. A base de dados SCIE disponibilizada para fins de investigação, contrariamente à CB e ao Sabi, apresenta algumas restrições de informação⁸⁹. Em primeiro lugar, são anonimizadas as variáveis que constituam identificadores diretos das empresas nomeadamente, o Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)⁹⁰. A CAE das empresas é também anonimizada por representar um identificador indireto das empresas. Quer isto dizer que, perante situações em que existem poucas entidades a exercer uma determinada atividade, a revelação da CAE com o máximo nível de desagregação (5 dígitos) poderá permitir que o utilizador identifique a empresa a que se referem as contas, pondo em causa a confidencialidade dos dados. Para evitar que tal aconteça, em alguns casos o INE procede à agregação da CAE, pelo que em vez de apresentar a CAE a 5 dígitos poderá revelar a CAE com 4 ou 3 dígitos⁹¹.

Em segundo lugar, a forma jurídica das entidades é apresentada com um reduzido nível de detalhe. Mais concretamente, as entidades presentes no SCIE são classificadas em dois grupos: “Sociedades” ou “Empresários em Nome Individual”: o grupo “Sociedades” inclui as formas jurídicas apresentadas no Anexo 1⁹² e abrange as entidades que reportam os Anexos A, D ou I (no caso de serem EIRL) da IES, enquanto os “Empresários em Nome Individual” incluem a informação do Anexo I da IES que não respeite a EIRL⁹³.

⁸⁹ Note-se que as variáveis disponibilizadas constituem um subconjunto do total de variáveis da IES, o que se traduz em cerca de 300 rubricas disponíveis anualmente.

⁹⁰ É apresentado um NIPC fictício.

⁹¹ A este respeito, torna-se interessante a leitura do artigo de Dupriez e Boyko (2010) para aprofundar o conhecimento sobre questões de anonimização de informação.

⁹² Estas formas jurídicas são apresentadas no documento metodológico do INE (2014), contudo, a base de microdados disponibilizada não permite identificar as formas jurídicas com o grau de detalhe apresentado (sabe-se apenas que constituem “Sociedades”). O SCIE inclui todas as formas jurídicas que constam na tabela do Anexo 1, desde que sejam entidades mercantis.

⁹³ Tal como referido anteriormente, este último grupo foi excluído da análise.

No que concerne à situação perante a atividade, importa destacar que o SCIE inclui no seu âmbito apenas as empresas economicamente ativas. Relembre-se que, segundo o documento metodológico da base de dados em causa (INE, 2016, p.10):

“ (...) consideram-se empresas economicamente ativas, no período de referência, todas as unidades que apresentam Volume de negócios ou Principais gastos (esta variável corresponde ao somatório das seguintes variáveis: Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, Fornecimentos e serviços externos, Gastos com pessoal, Outros gastos e perdas, Juros e gastos similares suportados e Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) com valor diferente de zero para as Sociedades (...)”

Finalmente, importa notar que em cada um dos anos disponíveis no SCIE é possível identificar os nascimentos e mortes de empresas, contudo, não é possível apurar o número de dias de tributação a que respeita o reporte de contas. Esta questão será abordada no tópico seguinte (*“4.3.1. Consistência temporal dos dados”*).

4.3 – Questões prévias à análise dos microdados

4.3.1. Consistência temporal dos dados

A folha de rosto da IES, no quadro 01 (Autoridade Tributária, 2015a), permite que cada empresa identifique o período temporal a que se referem as contas apresentadas, isto é, a data de início e a data de fim do período económico. Para a generalidade das empresas o ano económico coincide com o ano civil, pelo que contas reportadas em cada ano têm como referência a atividade desenvolvida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro. Contudo, a identificação do ano a que se referem as contas nem sempre é imediata, nomeadamente, para as empresas em que o ano económico difere do ano civil e/ou para as empresas em que o número de dias de tributação é inferior a 365 (situações em que a IES reportada constitui a primeira ou a última declaração de atividade, ou caso a empresa tenha permanecido temporariamente inativa durante o ano económico). Não obstante, a regra a aplicar em cada um dos casos anteriores é sempre a mesma: as contas reportadas respeitam ao ano que conta com um maior número de dias de tributação.

Para melhor compreender esta regra, atente-se nas três situações possíveis: a empresa adota um ano económico coincidente com o ano civil; o ano económico difere do civil, mas as contas da empresa referem-se a um ano completo (período de tributação corresponde a 365 dias); ou o ano económico difere do civil e a empresa não desenvolveu a sua atividade durante todo o ano (período de tributação inferior a 365 dias).

No primeiro caso (empresas cujo ano económico coincide com o ano civil), a totalidade dos dias de tributação encontram-se num único ano, pelo que as contas do ano t respeitam sempre à atividade desenvolvida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano t , independentemente das contas respeitarem ao ano completo. Por outras palavras, mesmo que a empresa tenha interrompido a atividade temporariamente, o maior número de dias de tributação ocorre sempre no ano t , pelo que as contas reportadas respeitarão sempre a esse ano.

Nos casos em que as contas reportadas se referem à atividade desenvolvida durante 365 dias, mas o ano económico difere do civil, então, as contas do ano t respeitam a períodos económicos cuja data de término se situa entre 01 de julho do ano t e 30 de junho do ano $t+1$. Se o exercício económico terminar a 01 de julho do ano t significa que esse ano conta com 183 dias de tributação (os restantes 182 referem-se ao ano $t-1$); se terminar a 30 de junho de $t+1$, então significa que existem 182 dias de atividade em $t+1$ e 183 em t . Em qualquer uma destas situações, o ano t apresenta sempre um maior número de dias de tributação.

Finalmente, para as empresas cujo ano económico difere do civil e as contas reportadas não respeitam a um ano completo (pelo facto da empresa ter iniciado/findado atividade no período em causa, ou por se ter encontrado temporariamente inativa), torna-se necessário contabilizar o número de dias de atividade em cada um dos anos e identificar aquele que conta com um maior número de dias. Para melhor distinguir este último caso da situação apresentada no parágrafo anterior, atente-se no seguinte exemplo: considere-se que o ano económico da empresa XYZ” inicia a 1 de julho e termina a 30 de junho do ano seguinte. Se as contas anuais reportadas por esta empresa respeitarem a 365 dias de atividade, então as contas referentes ao período decorrido entre 1 de julho do ano t e 30 de junho do ano $t+1$ respeita às contas anuais do ano t (segunda situação abordada). Contudo, se a empresa interrompeu temporariamente a atividade durante o ano t , então o período de tributação será inferior a 365 dias. Neste caso, a empresa conta com um maior

número de dias de tributação no ano $t+1$ do que no ano t , pelo que as contas declaradas respeitam ao ano $t+1$.

Ao que foi possível apurar, tanto a CB como o SCIE aplicam a regra do maior número de dias de tributação, contudo, tal não acontece no Sabi. Não obstante, é possível estipular uma data limite para o término do exercício económico que determina o ano a que se referem as contas. Por omissão, a data limite considerada é 31 de março, o que significa que, caso o utilizador não defina uma outra data, as contas anuais do ano t incluirão empresas cujo término do ano económico se situa entre 01 de abril do ano t e 31 de março do ano $t+1$. Assim, defini 30 de junho como data limite de fecho de contas no Sabi através das “*Opções de consistência temporal*”, estando, portanto, em concordância com a CB e SCIE para as duas primeiras situações abordadas.

Figura 9 – Opções de consistência temporal do Sabi

The image shows two parts of the Sabi system interface. The top part is a menu with options: Conta, Opções gerais, Exportações, Pesquisas, Listas, Relatórios, and Propriedade. The bottom part is the 'OPÇÕES GERAIS' (General Options) page, specifically the 'OPÇÕES CONSISTÊNCIA TEMPORAL' (Temporal Consistency Options) section. It contains a text box explaining that research and presentations with annual data for year t include companies with a fiscal year ending on 31 March of year $t+1$. It also states that if the user wants to modify the conventional time limit, they should enter the appropriate day and month. Below this, there is a form for 'Data de fecho das contas' (Closing date of accounts) with dropdown menus for 'Dia' (Day) set to 31 and 'Mês' (Month) set to 3. At the bottom right, there are buttons for 'Opções padrão' (Default options), 'Cancelar alterações' (Cancel changes), and 'Terminar' (End).

Para o terceiro caso (empresas com ano económico diferente do civil e menos de 365 dias de atividade) nem sempre é garantido que a regra da maioria dos dias de tributação seja sempre respeitada. O exemplo da empresa “XYZ” constitui um desses casos. No entanto, facilmente se compreende que o número de casos em que tal acontece é bastante reduzido⁹⁴, pelo que não é expectável que a imposição de 30 de junho como

⁹⁴ Segundo foi possível apurar, existem anualmente cerca de 300 a 400 empresas com ano económico diferente do civil e menos de 365 dias de atividade.

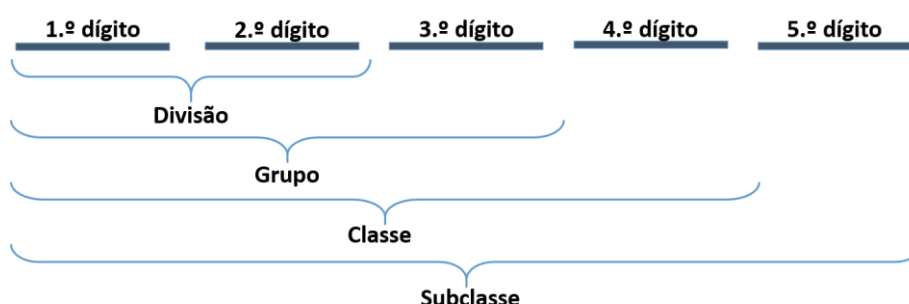
data limite para o fecho de contas no Sabi tenha um impacto significativo na comparação com os dados da CB e do SCIE.

4.3.2. Secções da CAE

As atividades desenvolvidas pelas unidades produtoras de bens e serviços têm associada uma classificação que é distinta consoante as instituições que as propõem e as versões consideradas. Em Portugal vigora a nomenclatura proposta pelo INE – a CAE-Rev.3 (Classificação das Atividades Económicas Portuguesa – Revisão 3) – que se encontra harmonizada com a Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE Rev.2)⁹⁵. Esta constitui a versão mais recente da CAE, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tendo entrado em vigor a partir de 1 de janeiro de 2008 (INE, 2007).

Neste contexto, e para melhor se compreender os procedimentos adotados na presente dissertação, importa reter que esta classificação se consubstancia na atribuição de um código a cada atividade económica. Este código é composto por cinco dígitos e poderá ser dividido em duas partes: a componente alfabética, representada por uma letra, a qual se designa por “Secção”; e a componente numérica, com quatro algarismos, denominada por “Divisão”, “Grupo”, “Classe” ou “Subclasse”, consoante o nível considerado. Esquemáticamente, poder-se-á representar a componente numérica da seguinte forma:

Figura 10 – Desagregação da CAE



⁹⁵ Segundo a publicação do INE (2007), a CAE-Rev.3 substituiu a anterior CAE-Rev.2.1 (Classificação das Atividades Económicas Portuguesa – Revisão 2.1) e visou não só adequar a nomenclatura europeia ao Sistema Estatístico Nacional (SEN), mas também garantir que a classificação portuguesa se encontrava ajustada ao contexto nacional, em constante mudança, no qual se desenvolvem as principais atividades económicas.

Fonte: elaboração própria com base na publicação do INE (2007), página 14.

As 21 Secções, codificadas com uma letra de A a U, são obtidas por intermédio da Divisão. Quer isto dizer que com a CAE a dois dígitos é possível associar a cada atividade a respetiva secção da CAE, recorrendo, para tal, à tabela no Anexo 2.

A análise dos microdados da CB e do SCIE permitiram confirmar a informação constante na publicação “*Estudos da Central de Balanços/I*” (Banco de Portugal, 2010) e no documento metodológico do SCIE (INE, 2014): ambas as bases de dados disponibilizam dados de empresas de todas as secções da CAE, exceto a K, O, T, e U.

No entanto, na ausência de um documento metodológico referente ao Sabi, tornou-se necessário proceder à análise da distribuição do número de empresas por CAE, de modo a averiguar a eventual exclusão de secções. Após uma análise realizada para os anos 2011, 2012 e 2013 pôde-se concluir que o Sabi contém contas de empresas provenientes de todas as secções da CAE, contudo, nos anos considerados, a secção T não apresentou qualquer registo. Uma vez que a informação publicada não faz qualquer referência a esta questão, não se pode concluir se há lugar a uma exclusão propositada de todas as empresas da secção T ou se, eventualmente, as empresas da secção T consideradas nestes anos não cumpriam as condições de inclusão no Sabi (condições essas que, até ao momento, são desconhecidas). Assim, alerta-se para o facto do Sabi incluir dados das contas anuais de entidades das secções K, O e U, enquanto a CB e o SCIE não disponibilizam esta informação.

4.3.3. Forma Jurídica das entidades e Anexos da IES reportados

Tal como referido na secção “4.2. *Caracterização das bases de dados disponibilizadas*”, o SCIE apenas procede à desagregação das formas jurídicas em dois grupos: “Sociedades” e “Empresas em Nome Individual”. Ainda que se tenha procedido à exclusão deste último grupo, é necessário notar que os microdados das Sociedades incluem não só informação do Anexo A da IES, mas também dos Anexos D e I (para os EIRL), não sendo possível identificar qual o anexo reportado por cada entidade⁹⁶.

⁹⁶ Segundo email enviado pelo INE, as bases de microdados disponibilizadas para fins de investigação não podem discriminar o anexo reportado por cada entidade, uma vez que se trata de informação confidencial.

Se se tiver em atenção que a CB apenas considera os dados do Anexo A (Banco de Portugal, 2014), facilmente se conclui que o âmbito da CB difere do SCIE no que respeita aos Anexos da IES incluídos. Consequentemente, formas jurídicas como os EIRL surgirão no SCIE (por preencherem o Anexo I), mas não na CB por se encontrarem fora do âmbito da base de dados. De igual modo, fundações ou associações que recebam rendimentos sujeitos a tributação e que dela não estejam isentos estão obrigadas ao reporte do Anexo D da IES, pelo que a informação enviada por estas entidades constará no SCIE e não na CB.⁹⁷

No que respeita ao Sabi, é possível aceder à forma jurídica das entidades com algum grau de detalhe, ainda que as classificações adotadas sejam diferentes da CB. Quer isto dizer que uma mesma entidade pode ter uma denominação da forma jurídica diferente na CB e no Sabi. O Anexo 3 apresenta as formas jurídicas que se encontram nestas duas bases de dados para os anos de 2011, 2012 e 2013.

Em suma, importa reter a ideia de que não é possível efetuar uma comparação direta das formas jurídicas abrangidas em cada base de dados por existirem diferenças na classificação que lhes é atribuída.

4.3.4. Critérios de Exclusão

Nem toda a informação recolhida através das empresas é disponibilizada nas bases de microdados para fins de investigação. Cada entidade responsável pela gestão das bases de dados define os critérios de qualidade necessários para que as contas anuais das empresas possam ser disponibilizadas para consulta/investigação. Estes critérios são frequentemente denominados por “critérios de exclusão”, precisamente por determinarem a exclusão das entidades que não cumpram as condições definidas.

No que respeita à CB, tal como explicado na alínea a) da secção “3.1.1. *Os Dados Anuais da Central de Balanços*”, as empresas que não pertençam ao universo das sociedades não financeiras, que não cumpram os critérios de qualidade estipulados pela CB e/ou que apresentem sinais de ausência de atividade (total do ativo e volume de negócios inferiores a mil euros e zero pessoas ao serviço da empresa), são excluídas da

⁹⁷ Este é apenas um exemplo de uma situação em que uma dada entidade está sujeita ao reporte do Anexo D da IES.

produção estatística⁹⁸ (Banco de Portugal, 2014). Este critério difere do SCIE, uma vez que esta base de dados inclui apenas as empresas economicamente ativas, isto é, as que apresentam volume de negócios ou principais gastos com valores diferentes de zero.⁹⁹ Quanto ao Sabi, não se encontra disponível qualquer tipo de informação a este respeito, pelo que se desconhecem eventuais critérios de exclusão que possam estar a ser aplicados a esta base de microdados.

4.3.5. Situações perante a atividade

Tal como referido anteriormente, o SCIE apenas disponibiliza as contas anuais das empresas economicamente ativas. Contudo, este facto não implica que todas as entidades tenham dado continuidade à sua atividade, nem significa que estiveram ativas durante todo o ano. Quer isto dizer que, em certos casos, é possível que existam empresas que cessaram atividade num determinado ano ou que permaneceram temporariamente inativas, mas que cumprem as condições para serem consideradas economicamente ativas. Esta questão é relevante na medida em que a CB e o Sabi disponibilizam algumas informações adicionais quanto à situação da empresa, pelo que não é possível estabelecer uma comparação direta com o SCIE. A Figura 11 apresenta as diversas situações perante a atividade contempladas na CB e no Sabi, para os anos 2011, 2012 e 2013.

Figura 11 – Situações perante a atividade das empresas presentes na CB e no Sabi em 2011, 2012 e 2013

Situações Perante a Atividade	
CB	Sabi
Cessou definitivamente atividade	Ativa
Dissolvida	Aquisição
Em Constituição	Dissolução
Extinta	Encerramento Legal
Incorporada por Fusão	Extinção
Inscrita	Insolvência/Trâmites de Composição

⁹⁸ A base de dados da CB ainda não se encontra disponível para fins de investigação, pelo que se está a assumir que a base de microdados a disponibilizar para investigadores externos será a base de dados que permite replicar a informação estatística publicada pelo Banco de Portugal (tal como acontece com o SCIE).

⁹⁹ Recorde-se a definição de empresas economicamente ativas presente na transcrição do documento metodológico do INE (tópico “4.2. Caracterização das bases de dados disponibilizadas”).

Por definir	Liquidação
[Desconhecido]	Temporariamente inativa
[Não Especificado]	n.d.

Assim, o presente tópico visa alertar para o facto das situações perante a atividade assumirem classificações distintas em cada uma das bases de microdados em análise, não sendo possível estabelecer uma relação entre elas. Deste modo, admite-se a possibilidade de existirem empresas consideradas economicamente ativas no SCIE e que são consideradas, por exemplo, como extintas na CB e no Sabi.

4.4. Variáveis objeto de análise

A IES é composta por um elevado número de variáveis, o que significa que a análise dos microdados deve ser restringida às rubricas consideradas mais relevantes. No que respeita às variáveis quantitativas, selecionaram-se três cujo reporte é obrigatório para todas as entidades, independentemente do normativo contabilístico¹⁰⁰, e que são frequentemente referidas nos critérios de exclusão das bases de dados. A Figura 12 revela as variáveis selecionadas, bem como os respetivos códigos no SCIE e no Sabi.

Figura 12 – Variáveis da IES objeto de análise

Variável	Quadro da IES	Campo da IES	SCIE (Cód. Variável)	Sabi (Cód. Variável)
Demonstração de Resultados				
Vendas e Serviços Prestados <u>(N,S,M)</u>	03-A	A5001	SV500101	39145
Balanço				
Total do Ativo <u>(N,S,M)</u>	04-A	A5127	SV512701	39077
Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas				
Pessoal ao Serviço (N.º médio de pessoas) <u>(N,S,M)</u>	05291-A	A6012 (1)	SV601201	EMPL_TOT_NUM

¹⁰⁰ Isto é, variáveis com a nomenclatura (N, S, M), a que se fez referência no Capítulo 2.

Previamente à análise destas variáveis, convém lembrar que os microdados considerados na presente dissertação não são os dados originais da IES. Quer isto dizer que cada base de dados adota os seus próprios processos de validação e tratamento dos dados, pelo que uma parte das diferenças encontradas em termos de valores podem ser justificadas pelo controlo de qualidade a que os dados foram sujeitos.

Capítulo 5 – Análise dos microdados

Tendo em atenção os capítulos 2, 3 e 4, torna-se claro que as três bases de microdados em análise não são diretamente comparáveis. Cada uma delas difere em vários aspetos, nomeadamente no que respeita ao tipo de entidades cobertas, bem como ao tratamento dado à informação proveniente da IES. Assim, os investigadores que pretendam recorrer à CB, ao Sabi ou ao SCIE, devem ter em conta as especificidades das mesmas e avaliar qual a base de dados que melhor servirá os propósitos da sua investigação.

O presente capítulo visa comparar os microdados da CB, do Sabi e do SCIE (para os anos de 2011, 2012 e 2013) e analisar as diferentes dimensões de cada uma das bases de dados. A análise efetuada abrange variáveis qualitativas como a classificação da atividade económica das empresas, a forma jurídica e a situação perante a atividade, mas também as variáveis quantitativas discriminadas no tópico “4.4. *Variáveis objeto de análise*” (Vendas e Serviços Prestados¹⁰¹, Total do Ativo e Número de Pessoas ao Serviço), para as quais se definiram escalões com diferentes intervalos de valores, tendo por base o documento metodológico do SCIE (INE, 2014)¹⁰².

Relembre-se que, tal como discutido no Capítulo 3, só tivemos acesso aos dados não anonimizados para a CB e o Sabi. Assim, não foi possível efetuar um cruzamento das três bases de dados em virtude da anonimização dos dados do SCIE. Os resultados apresentados na primeira parte da análise (tópico 5.1) resumem-se às principais estatísticas descritivas, bem como à distribuição do número de empresas por CAE e por escalões das variáveis quantitativas consideradas. Todavia, na segunda parte, a análise dos microdados focar-se-á apenas na CB e no Sabi, para as quais se efetuou um cruzamento da informação por NIPC, permitindo aprofundar a análise.

Neste capítulo, nos casos em que apenas se apresentam os resultados relativos ao ano 2011, é possível encontrar em anexo os dados relativos a 2012 e 2013: os resultados da primeira parte (análise dos microdados da CB, Sabi e SCIE) encontram-se no Anexo

¹⁰¹ A referência ao Volume de Negócios deverá ser considerada como equivalente à variável “Vendas e Serviços Prestados” da IES.

¹⁰² Neste documento metodológico são identificados escalões para o NPS e Volume de Negócios, mas não para o Total do Ativo. Para esta última variável optou-se por considerar os mesmos intervalos de valores apresentados para o Volume de Negócios.

4 e os da segunda parte (cruzamento dos microdados da CB e do Sabi) são apresentados no Anexo 5¹⁰³.

5.1 – Análise dos microdados da CB, Sabi e SCIE

Tal como referido anteriormente, o facto do SCIE anonimizar os identificadores diretos das empresas (como o NIPC) impede o cruzamento da informação das três bases de dados. Esta situação conduz a algumas limitações à análise efetuada, uma vez que, tal como discutido no Capítulo 3, as bases de microdados consideradas apresentam características distintas sobretudo no que concerne às empresas incluídas no seu âmbito. Consequentemente, os microdados da CB, do Sabi e do SCIE não são diretamente comparáveis. A Figura apresentada de seguida visa sumarizar as principais diferenças entre as três bases de microdados, tendo em conta as informações expostas até ao presente capítulo:

Figura 13 – Principais diferenças entre a CB, Sabi e SCIE

	Consistência temporal: data limite para o fecho de contas do ano N	Secções da CAE	Anexos da IES	Imputação de dados	CrITÉrios de Inclusão	Revisão/Atualização dos dados
CB	Até 30/06/N+1	Exclui as secções K, O, T e U.	Anexo A	Sim	Volume de Negócios ou Total do Ativo superiores a 1.000€ ou pelo menos uma pessoa ao serviço.	Semestral
Sabi	[a definir pelo utilizador] Por omissão: até 31/03/N+1	Omite a secção T*.	n.d.	n.d.	n.d.	Mensal
SCIE	Até 30/06/N+1	Exclui as secções K, O, T e U.	Anexos A, D e I (EIRL)	Sim	Empresas economicamente Ativas: Volume de Negócios ou Principais Gastos com valor diferente de zero.	Anual

Legenda: n.d. – Informação não disponível.

* - Nos anos 2011, 2012 e 2013 nenhuma empresa do Sabi pertencia à secção T da CAE Rev.3. No entanto, não se sabe se há lugar a uma exclusão propositada desta secção ou se, eventualmente, existam critérios aplicados no Sabi que resultem na exclusão destas entidades.

¹⁰³ As tabelas dos Anexos 4 e 5 seguem a mesma numeração apresentada neste capítulo, acrescentando-se a letra *a* caso respeite aos dados de 2012 e *b* caso represente a informação de 2013.

Fonte: elaboração própria com base nas informações apresentadas no Capítulo 3¹⁰⁴.

No entanto, ainda que não seja possível comparar diretamente os microdados da CB, do Sabi e do SCIE, pode-se sempre impor algumas condições no sentido de aproximar o universo de empresas considerado em cada uma. Após a imposição dessas mesmas condições, procede-se à análise da distribuição do número de empresas por CAE e do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, Total do Ativo e NPS (Número médio de Pessoas ao Serviço da empresa), bem como à análise das principais estatísticas descritivas das três variáveis quantitativas enunciadas.

5.1.1 – Restrições impostas às bases de dados

No sentido de aproximar o universo de empresas considerado em cada uma das bases de dados, impuseram-se algumas restrições aos microdados considerados na análise. Note-se que, ainda assim, não é possível estabelecer uma comparação direta pelo facto de subsistirem diferenças a que é necessário atender.

No que respeita à CB, foram consideradas apenas as contas anuais das empresas que são a base para a publicação das estatísticas dos Quadros do Setor (QS). Quer isto dizer que só se consideraram as sociedades não financeiras que reportaram o Anexo A da IES (cujos dados foram incluídos na CB após o controlo de qualidade descrito no Capítulo 3) e que satisfizeram as condições necessárias para contribuir para a produção estatística (volume de negócios ou total do ativo iguais ou superiores a mil euros, ou pelo menos uma pessoa ao serviço da empresa).

Por outro lado, os microdados do Sabi foram sujeitos a duas restrições: uma referente às formas jurídicas e outra às secções da CAE consideradas. No que respeita às formas jurídicas, procedeu-se à exclusão dos ENI e dos EIRL para que o tipo de entidades cobertas se tornasse mais próximo do considerado na CB¹⁰⁵. O facto destas entidades não

¹⁰⁴ Relativamente a este quadro importa ter em atenção dois aspetos: não é feita referência ao Anexo R da IES (cujas informações são utilizadas na CB e no SCIE) uma vez que este formulário se destina simplesmente à produção de estatísticas relativas aos estabelecimentos das empresas (Banco de Portugal, 2014; INE, 2016); e a informação quanto à periodicidade de atualização dos dados do Sabi foi obtida por correio eletrónico no dia 25 de janeiro de 2016.

¹⁰⁵ Relembre-se que os ENI e os EIRL com contabilidade organizada procedem ao reporte do Anexo I da IES, anexo este que não é considerado na CB. Ainda que os EIRL estejam incluídos nas “Sociedades” do SCIE, não é possível proceder à sua exclusão uma vez que não se sabe qual o anexo reportado por cada entidade incluída nesta base de dados.

serem exaustivamente cobertas pelo Sabi constituiu um motivo adicional para proceder à sua exclusão¹⁰⁶. Quanto às secções da CAE-Rev.3, procedeu-se à exclusão das empresas pertencentes às secções K, O e U para que o Sabi, a CB e o SCIE incluam os dados referentes a todas as secções da CAE exceto a K, O, T e U.

Finalmente, no SCIE foram excluídos da análise as “Empresas Individuais” (que incluem os ENI e os Trabalhadores Independentes), contudo, é necessário ter em conta que os restantes microdados (referentes à forma jurídica “Sociedades”) incluem a informação dos Anexos A, D e I (para os EIRL) da IES. Não sendo possível identificar qual o anexo reportado por cada entidade, conclui-se, desde logo, que o âmbito do SCIE será diferente da CB, uma vez que esta última apenas considera os dados do Anexo A.

Importa ainda referir que não se impôs nenhuma restrição às bases de microdados no que concerne à situação perante a atividade, uma vez que, tal como referido no tópico “4.3.5 – *Situações perante a atividade*”, não é possível estabelecer uma relação direta entre as classificações adotadas na CB, Sabi e SCIE. Assim, o SCIE inclui apenas as empresas economicamente ativas, enquanto a CB e o Sabi consideram várias situações perante a atividade. A tabela seguinte apresenta o número de entidades considerado em cada base de dados após a imposição das restrições acima descritas.

Tabela 1 – Total de entidades na CB, Sabi e SCIE em 2011, 2012 e 2013

	CB * (dados publicados nos QS)	Sabi * (dados com restrições)	SCIE * (dados publicados referentes às Sociedades)
2011	371.961	315.196	360.994
2012	369.877	318.026	354.895
2013	371.074	319.619	355.660

* - Cálculos próprios

¹⁰⁶ Segundo cálculos próprios, em 2011, 2012 e 2013 o número de ENI era de 24, 21 e 23, respetivamente, enquanto o número de EIRL era de apenas 30, 28 e 24, respetivamente.

5.1.2. – Distribuição do número de empresas por secção da CAE

Rev.3

A tabela 2 apresenta a distribuição das empresas por secção da CAE Rev.3 na CB, Sabi e SCIE para o ano de 2011. Para cada base de microdados são apresentadas duas colunas: uma referente ao número de empresas por secção da CAE, isto é, à distribuição em termos absolutos (“*N.º Empresas*”) e, à esquerda, apresentam-se os valores relativos (“%”) que resultam da divisão dos valores absolutos pelo respetivo “*Total*” apresentado na última linha da tabela.

Quanto aos valores absolutos, é possível verificar que a CB conta com um maior número de observações em todas as secções da CAE (a única exceção verifica-se na secção S, em que o SCIE apresenta um maior número de entidades). Contrariamente, o Sabi é a base de dados que apresenta um menor número de entidades em cada secção.

No que respeita à CB e ao Sabi, ainda não é possível apresentar os motivos subjacentes às discrepâncias entre o número de entidades¹⁰⁷, contudo, as diferenças entre a CB e o SCIE poderão ser justificadas (ainda que parcialmente) pela inclusão de empresas com diversas situações perante a atividade e não apenas as economicamente ativas. Por outras palavras, é possível admitir a existência de empresas que não reúnam as condições necessárias para serem consideradas como economicamente ativas (sendo, por isso, excluídas do SCIE), mas que constem na CB, por exemplo, como dissolvidas, extintas, em constituição, entre outras classificações possíveis.

Tal como referido anteriormente, esta justificação não é válida quando se procede à comparação do número de entidades pertencentes à secção S (“*Outras atividades de serviços*”), para a qual o SCIE dispõe de um maior número de observações. Neste caso, a justificação poderá residir nos formulários da IES considerados em cada base de microdados. Relembre-se que, para além dos dados recolhidos através do Anexo A, o SCIE inclui no seu âmbito os dados reportados no Anexo D¹⁰⁸ e os EIRL que reportam o Anexo I. Assim, a existência de EIRL e de entidades que se encontram sujeitas ao preenchimento do Anexo D poderá justificar a exceção encontrada caso estas entidades

¹⁰⁷ Só através do cruzamento das bases de microdados é que se tornou possível retirar algumas conclusões. Os resultados são apresentados no tópico 5.2.

¹⁰⁸ Tal como referido no Capítulo 2, e tendo por base as instruções de preenchimento deste formulário, “(...) o Anexo D deve ser apresentado pelas entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, desde que obtenham rendimentos sujeitos a tributação e não isentos.” (Autoridade Tributária, 2015e, página 1).

pertençam mais do que proporcionalmente à secção S da CAE e reúnam as condições necessárias para serem consideradas como economicamente ativas.

Por outro lado, em termos relativos, não se registam diferenças relevantes entre as três bases de dados, pelo que se pode concluir que a proporção de empresas apresenta uma distribuição semelhante na CB, no Sabi e no SCIE (registam-se apenas ligeiras diferenças na comparação das secções C, F, G, L e M que, simultaneamente, são as secções com maior número de entidades). As conclusões apresentadas são válidas para os anos 2012 e 2013, cujos resultados são apresentados em anexo.

Tabela 2 – Distribuição do número de empresas por secções da CAE Rev.3, em 2011

2011 - Distribuição do número de empresas por CAE Rev. 3 *						
Secção da CAE	CB (dados publicados)		Sabi (dados com restrições)		SCIE (dados publicados)	
	%	N.º Empresas	%	N.º Empresas	%	N.º Empresas
A	2,9%	10 648	2,9%	9 238	3,0%	10 675
B	0,2%	926	0,2%	770	0,2%	872
C	10,8%	40 170	10,9%	34 229	10,7%	38 717
D	0,2%	758	0,2%	683	0,2%	746
E	0,3%	988	0,3%	846	0,3%	980
F	12,6%	47 005	11,9%	37 381	12,4%	44 700
G	26,9%	99 956	27,1%	85 471	26,8%	96 743
H	5,2%	19 181	5,3%	16 552	5,2%	18 689
I	9,0%	33 411	8,8%	27 803	9,1%	32 853
J	2,3%	8 577	2,3%	7 234	2,3%	8 236
K						
L	6,9%	25 671	7,0%	22 136	6,7%	24 186
M	9,5%	35 193	9,6%	30 380	9,5%	34 303
N	3,3%	12 273	3,2%	10 233	3,3%	11 858
O						
P	1,3%	4 971	1,3%	4 246	1,4%	4 914
Q	5,1%	18 793	5,5%	17 196	5,1%	18 581
R	1,3%	4 679	1,2%	3 823	1,2%	4 443
S	2,4%	8 761	2,2%	6 975	2,6%	9 498
T						
U						
[CAE Missing /Desconhecida]	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0
Total		371 961		315 196		360 994

* - Cálculos próprios

5.1.3. – Escalões de Volume de Negócios

A tabela 3 apresenta a distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios (ou, de um modo equivalente, Vendas e Serviços Prestados), referente ao ano 2011.

Tabela 3 – Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, em 2011

Distribuição das empresas por escalões de Volume de Negócios *							
2011	Missing values	CB		Sabi		SCIE	
	0 €	0,0%	0	13,9%	43 774	0,0%	0
]0€, 1M€[17,2%	63 822	0,0%	42	12,0%	43 256
	[1M€, 2M€[74,6%	277 320	76,7%	241 851	79,3%	286 293
	[2M€, 5M€[3,8%	13 989	4,2%	13 325	4,0%	14 307
	[5M€, 10M€[2,5%	9 451	2,9%	9 046	2,7%	9 648
	[10M€, 20M€[1,0%	3 598	1,1%	3 448	1,0%	3 678
	[20M€, 50M€[0,5%	1 898	0,6%	1 817	0,5%	1 918
	[50M€, 200M€[0,3%	1 188	0,4%	1 167	0,3%	1 192
	[200M€, +∞[0,2%	560	0,2%	576	0,2%	571
		0,0%	135	0,0%	150	0,0%	131
	Total		371 961		315 196		360 994

* - Cálculos próprios

Em primeiro lugar, a análise da tabela permite-nos verificar que a CB e o SCIE não apresentam valores em falta para esta variável (isto é, não há “*Missing values*”), contrariamente ao Sabi. No entanto, se se atender à distribuição dos valores nulos, a situação inverte-se: a CB e o SCIE apresentam um elevado número entidades com Volume de Negócios igual a zero euros quando comparado com o Sabi.

Se se tiver em atenção o número total de empresas com Volume de Negócios em falta ou com valor nulo, é possível concluir que o Sabi e o SCIE apresentam totais muito próximos (entre 43.000 e 44.000 empresas nestas situações); no entanto, a CB apresenta um total excedente em cerca de 20.000 empresas (que mais do que justifica a diferença no total de entidades em 2011 entre a CB e o SCIE). Os critérios de exclusão adotados em cada base de dados justificam, pelo menos em parte, a situação exposta: a CB inclui empresas com Volume de Negócios nulo e que conseguem satisfazer os restantes critérios para inclusão nos QS, enquanto essas mesmas empresas podem ser excluídas do Sabi e do SCIE.

Esta situação continua a ser válida para os anos 2012 e 2013, observando-se ainda dois aspetos relevantes: no Sabi a proporção de Volumes de Negócios em falta aumenta cerca de 2 pontos percentuais entre 2011 e 2013 (de 13,9% para 15,8%) e, quanto à CB e ao SCIE, verifica-se um aumento da proporção de valores nulos (variação de 1,9 e 1,1 pontos percentuais, respetivamente). Assim, parece existir uma relação entre os valores

em falta no Sabi com os valores nulos na CB e no SCIE, relação essa que poderá ser justificada pelos diferentes tratamentos a que os dados da IES estão sujeitos em cada base de dados.

Quanto aos restantes escalões, verifica-se que as maiores discrepâncias estão situadas nos escalões de volume de negócios mais reduzidos. A partir de 5 milhões de euros as diferenças relativas entre cada base de dados são iguais ou inferiores a 0.1 pontos percentuais. No entanto, importa ainda destacar uma particularidade que se verifica igualmente em 2012 e 2013: nos dois escalões com valores mais elevados (isto é, para volumes de negócios iguais ou superiores a 50 milhões de euros), o Sabi apresenta um maior número de observações comparativamente à CB e ao SCIE. Mais uma vez, a justificação parece residir no tratamento a que os dados estão sujeitos: o controlo de qualidade realizado pela CB e SCIE pode levar a que determinadas empresas transitem para um escalão inferior de Volume de Negócios, enquanto o Sabi poderá considerar os dados tal como reportados pelas empresas ou sujeitos a um eventual controlo de qualidade que resulte num menor número de casos em que ocorre mudança de escalão.

A tabela 4 apresenta algumas estatísticas descritivas (mais concretamente, percentis, média, desvio-padrão, mínimo e máximo) referentes ao Volume de Negócios na CB, Sabi e SCIE, para os anos de 2011, 2012 e 2013.

A análise dos dados apresentados permite concluir que os valores máximos são mais próximos entre a CB e o SCIE, sendo que o Sabi apresenta em todos os anos os valores máximos mais elevados. Quanto à média e ao desvio-padrão, a CB apresenta os valores mais reduzidos (e mais próximos do SCIE) e o Sabi os mais elevados.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas do Volume de Negócios em 2011, 2012 e 2013

Estatísticas descritivas do Volume de Negócios *									
Percentil	2011			2012			2013		
	CB	Sabi	SCIE	CB	Sabi	SCIE	CB	Sabi	SCIE
1%	0,00 €	1 221,00 €	0,00 €	0,00 €	990,00 €	0,00 €	0,00 €	992,00 €	0,00 €
5%	0,00 €	7 160,00 €	0,00 €	0,00 €	6 054,00 €	0,00 €	0,00 €	6 000,00 €	0,00 €
10%	0,00 €	14 699,00 €	0,00 €	0,00 €	12 885,00 €	0,00 €	0,00 €	12 753,00 €	0,00 €
25%	11 719,11 €	39 886,00 €	18 700,00 €	8 582,52 €	35 251,00 €	15 565,00 €	7 625,60 €	34 577,00 €	15 081,00 €
50%	67 487,84 €	111 055,50 €	77 191,00 €	58 092,70 €	98 817,00 €	67 396,00 €	56 145,18 €	97 133,00 €	65 556,50 €
75%	227 937,32 €	328 587,00 €	246 826,00 €	202 162,84 €	296 922,00 €	221 010,00 €	199 156,69 €	295 269,00 €	218 130,50 €
90%	787 866,49 €	1 107 160,00 €	843 243,00 €	711 311,64 €	1 009 798,00 €	765 814,00 €	705 655,83 €	1 013 103,00 €	760 037,00 €
95%	1 789 164,46 €	2 448 749,00 €	1 891 772,00 €	1 643 373,52 €	2 273 004,00 €	1 755 470,00 €	1 637 354,66 €	2 283 365,00 €	1 743 754,50 €
99%	10 114 039,36 €	13 719 133,00 €	10 489 649,00 €	9 551 370,99 €	12 955 984,00 €	10 031 205,00 €	9 665 149,53 €	13 019 224,00 €	10 134 015,00 €
Média	861 297,70 €	1 196 789,63 €	896 745,92 €	812 098,74 €	1 128 006,56 €	858 193,65 €	805 001,18 €	1 123 668,05 €	852 009,26 €
Desvio-Padrão	21 837 246,35	28 011 500,45	22 367 857,70	23 270 650,76	29 379 478,52	23 983 491,47	23 666 267,51	29 860 478,06	24 316 989,54
Mínimo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Máximo	8 059 804 819,02 €	9 373 003 510,00 €	8 059 691 510,00 €	9 215 894 951,92 €	10 409 770 987,00 €	9 216 266 987,00 €	9 628 761 417,00 €	10 866 515 916,00 €	9 630 818 916,00 €

* - Cálculos próprios

5.1.4 – Escalões de Total do Ativo

A tabela 5 apresenta a distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, referente ao ano 2011.

Tabela 5 – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, em 2011

Distribuição das empresas por escalões de Total do Ativo *							
2011		CB		Sabi		SCIE	
	Negativo	1,1%	4 257	0,0%	0	0,0%	0
	Missing values	0,0%	0	0,4%	1 110	0,0%	0
	0 €	0,6%	2 062	0,1%	220	1,1%	3 895
]0€, 1M€[86,7%	322 316	86,5%	272 628	86,7%	312 988
	[1M€, 2M€[5,1%	19 136	5,7%	17 846	5,4%	19 509
	[2M€, 5M€[3,6%	13 576	4,1%	12 924	3,8%	13 848
	[5M€, 10M€[1,4%	5 109	1,6%	4 919	1,4%	5 207
	[10M€, 20M€[0,7%	2 695	0,8%	2 596	0,8%	2 709
	[20M€, 50M€[0,5%	1 695	0,5%	1 704	0,5%	1 690
	[50M€, 200M€[0,2%	878	0,3%	962	0,3%	903
	[200M€, +∞[0,1%	237	0,1%	287	0,1%	245
	Total	371 961		315 196		360 994	

* - Cálculos próprios

Desde logo é possível verificar que o Sabi é a única base de microdados que apresenta valores em falta e a CB é a única que apresenta valores negativos para o Total do Ativo. Estas duas situações não se verificam nas empresas incluídas no SCIE. Este será o resultado do tratamento dado à informação e dos conceitos de Total do Ativo considerados em cada base de dados. De notar que os documentos metodológicos da CB e do SCIE referem que, em determinadas situações, esta variável é imputada podendo justificar a inexistência de valores em falta nestas duas bases de dados. Por outro lado, a existência de valores negativos no Total do Ativo está associada ao conceito utilizado pela CB. De acordo com o esclarecimento prestado pelo Departamento de Estatística do Banco de Portugal, existem três definições de Total do Ativo:

1. O da IES, sem valores negativos em SNC e com montantes negativos pouco relevantes para algumas dezenas de empresas em POC (derivados da contabilização dos descobertos bancários);
2. O da IES líquido de adiantamentos de clientes (utilizado nos Quadros do Setor - QS);
3. O da IES líquido de adiantamentos de clientes e de instrumentos financeiros passivos e acrescido dos subscritores de capital (utilizado no Boletim Estatístico - BE).

Ainda que não tenha sido possível esclarecer a definição utilizada pelo Sabi e SCIE, é possível que hajam incoerências entre o conceito da CB e o das restantes bases de dados. Esta justificação parece ser confirmada pela redução das frequências absolutas na CB associadas a escalões do Total do Ativo mais elevados: os escalões que incluem empresas com Total do Ativo igual ou superior a 10 milhões de euros apresentam uma menor frequência absoluta na CB, comparativamente ao Sabi e ao SCIE. Assim, a variável considerada pode adotar definições distintas consoante a base de dados considerada, afetando a distribuição do número de empresas por escalões.

Não obstante, a distribuição das frequências relativas por escalões é semelhante nas três bases de dados, exceto nos casos em que o Total do Ativo não se encontra disponível, ou quando apresenta valores negativos ou nulos. À partida, seria expectável que os escalões com os valores mais elevados de Total do Ativo registassem um número de observações bastante próximo nas três bases de dados, uma vez que se tratam das empresas de grande dimensão, contudo, os valores de Total do Ativo iguais ou superiores a 20 milhões de euros registam um maior número de observações no Sabi do que na CB e SCIE. Nestes casos, não parece verosímil admitir que a *Bureau van Dijk* tenha acesso às contas anuais de empresas de grande dimensão e que estas não tenham qualquer registo no Banco de Portugal ou INE. Assim, o controlo de qualidade dado à informação e o conceito de Total do Ativo considerado parecem ser as justificações mais plausíveis para esta situação. Quer isto dizer que o tratamento dado à informação e a forma de cálculo da variável em análise podem fazer com que a mesma empresa esteja em escalões diferentes consoante se considerem os valores da CB, do Sabi ou do SCIE.

Na tabela 6 são apresentadas estatísticas descritivas do Total do Ativo, nas três bases de dados, para os anos 2011, 2012 e 2013. A análise deste quadro permite-nos concluir que, tal como acontece no caso do Volume de Negócios, a CB apresenta menores médias e desvio-padrão nos anos considerados, enquanto o Sabi regista os maiores valores. Os mínimos e máximos coincidem no Sabi e SCIE, enquanto a CB apresenta mínimos negativos e máximos apenas coincidentes com as restantes bases de dados em 2013. Note-se que, mais uma vez, os investigadores devem ter em atenção a definição de Total do Ativo considerada e o tratamento a que os dados estão sujeitos.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas do Total do Ativo, em 2011, 2012 e 2013

Estatísticas descritivas do Total do Ativo *									
Percentil	2011			2012			2013		
	CB	Sabi	SCIE	CB	Sabi	SCIE	CB	Sabi	SCIE
1%	-2.737,50 €	1.197,00 €	0,00 €	-1.397,14 €	780,00 €	0,00 €	0,00 €	604,00 €	0,00 €
5%	3.870,25 €	6.033,00 €	4.805,00 €	3.273,81 €	5.000,00 €	3.880,00 €	3.263,48 €	4.982,00 €	3.733,00 €
10%	8.058,65 €	13.135,00 €	11.117,00 €	7.112,39 €	11.212,00 €	9.504,00 €	6.952,26 €	10.205,00 €	9.063,00 €
25%	30.723,29 €	39.890,00 €	36.316,00 €	28.522,50 €	35.913,00 €	33.027,00 €	27.280,74 €	33.606,00 €	31.463,00 €
50%	104.839,15 €	125.898,00 €	117.360,50 €	99.829,88 €	117.905,50 €	110.782,00 €	96.367,81 €	112.335,00 €	106.675,50 €
75%	356.785,81 €	419.053,00 €	387.777,00 €	343.403,86 €	397.631,00 €	372.637,00 €	333.993,24 €	384.028,00 €	363.080,50 €
90%	1.202.254,14 €	1.397.429,00 €	1.270.926,00 €	1.161.866,48 €	1.334.574,00 €	1.234.259,00 €	1.129.215,35 €	1.294.839,00 €	1.206.840,00 €
95%	2.702.146,24 €	3.183.621,00 €	2.849.377,00 €	2.589.708,77 €	3.025.540,00 €	2.766.805,00 €	2.528.653,34 €	2.923.085,00 €	2.698.341,50 €
99%	15.051.490,31 €	18.808.920,00 €	15.720.575,00 €	14.319.779,80 €	17.675.966,00 €	15.174.671,00 €	14.058.641,66 €	17.047.495,00 €	14.886.120,00 €
Média	1.365.027,81 €	1.779.231,03 €	1.417.647,47 €	1.334.272,77 €	1.716.605,50 €	1.405.441,31 €	1.311.918,17 €	1.668.995,11 €	1.378.975,74 €
Desvio-Padrão	48.824.389,73	58.508.877,41	49.174.841,83	50.796.514,70	59.891.390,09	51.731.466,43	50.447.143,14	59.954.459,62	50772741,26
Mínimo	-3.366.515,42 €	0,00 €	0,00 €	-30.761.989,34 €	0,00 €	0,00 €	-170301866,4	0,00 €	0,00 €
Máximo	18.634.936.000,00 €	18.710.681.323,00 €	18.710.681.323,00 €	20.791.778.034,00 €	20.853.320.879,00 €	20.853.320.879,00 €	20.988.027.792,00 €	20.988.027.792,00 €	20.988.027.792,00 €

* - Cálculos próprios

5.1.5. – Escalões de Pessoal ao Serviço (NPS)

O Número médio de Pessoas ao Serviço da empresa (NPS) deve ser reportado por todas as empresas na declaração da IES. Segundo as Instruções de Preenchimento do Anexo A (Autoridade Tributária, 2015b, página 39):

“Número médio de pessoas: corresponde aos valores médios do período e devem ser obtidos dividindo o somatório do número de pessoas ao serviço, em determinada categoria, no último dia útil de cada mês de atividade no período, pelo número de meses de atividade nesse período.”

Note-se que não existe numa regra de validação automática que impeça a submissão da IES caso este valor não seja preenchido. Deste modo, os valores de NPS não reportados pelas empresas poderão justificar, pelo menos em parte, a existência de valores em falta nas bases de microdados.

A tabela 7 apresenta a distribuição do número de empresas por escalões de NPS para o ano 2011.

Tabela 7 – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, em 2011

Distribuição das empresas por escalões de Número Médio de Pessoas ao serviço (NPS) *							
		CB		Sabi		SCIE	
2011	<i>Missing values</i>	0,0%	0	17,0%	53 610	0,0%	0
	Zero	19,8%	73 548	0,0%	0	0,0%	0
	[1, 10[68,6%	255 037	70,1%	221 019	87,6%	316 344
	[10, 50[10,0%	37 076	11,0%	34 557	10,6%	38 193
	[50, 250[1,5%	5 478	1,6%	5 173	1,6%	5 615
	[250, +∞[0,2%	822	0,3%	837	0,2%	842
	Total	371 961		315 196		360 994	

* - Cálculos próprios

A análise da tabela anterior revela que apenas o Sabi apresenta *missing values* no NPS (que, em 2011, representavam cerca de 17% do total de observações¹⁰⁹). Quanto às restantes bases de dados, lembre-se que, segundo os documentos metodológicos da CB e do SCIE (Banco de Portugal, 2009; INE, 2016) o NPS constitui uma variável fortemente afetada pela não-resposta, pelo que está sujeita a estimações e imputação de dados. Assim, a inexistência de valores em falta na CB e no SCIE será maioritariamente (senão totalmente) justificada pelo tratamento dado à informação reportada pelas empresas através da IES.

Note-se ainda que o SCIE apenas apresenta valores de NPS iguais ou superiores a um, enquanto a CB admite a existência de valores nulos. Ainda assim, se se somarem os valores percentuais associados ao escalão que inclui valores de NPS entre 1 e 9 (inclusive), nulos ou em falta (*missing values*), é possível constatar que as três bases de dados apresentam percentagens semelhantes (entre 87% e 88% do total de observações). Ainda que não se disponham de dados suficientes para confirmar esta hipótese, pode-se admitir que os valores de NPS reportados na IES são incluídos no Sabi sem qualquer tratamento no caso de não-resposta¹¹⁰ e, na CB e SCIE, estes valores são estimados (podendo ou não existir valores estimados nulos, consoante o método utilizado). Conclui-se, portanto, que a distribuição do número médio de pessoas ao serviço é fortemente afetada pelo controlo de qualidade e métodos de imputação a que os dados da IES estão sujeitos por parte do INE e do Banco de Portugal.

A tabela 8 apresenta as principais estatísticas descritivas desta variável nas três bases de dados, para os anos 2011, 2012 e 2013. Para além das estatísticas descritivas apresentadas em tabelas anteriores (percentis, média, desvio-padrão, mínimo e máximo), a tabela 8 apresenta também o somatório dos valores do NPS em cada base de dados (última linha – “*Total NPS*”) e o indicador “*N.º médio por empresa*”, definido em seguida.

¹⁰⁹ O valor desta percentagem aumentou nos dois anos posteriores. Em 2013 existiam cerca de 61.000 valores em falta no Sabi, que representavam aproximadamente 19% do total de observações.

¹¹⁰ Os valores reportados podem estar sujeitos a controlo de qualidade e os valores em falta podem não ser estimados.

**Tabela 8 – Estatísticas descritivas do Número médio de Pessoas ao Serviço, em
2011, 2012 e 2013**

Estatísticas descritivas do Número Médio de Pessoas ao Serviço da empresa (NPS) *									
Percentil	2011			2012			2013		
	CB	Sabi	SCIE	CB	Sabi	SCIE	CB	Sabi	SCIE
1%	0	1	1	0	1	1	0	1	1
5%	0	1	1	0	1	1	0	1	1
10%	0	1	1	0	1	1	0	1	1
25%	1	1	1	1	1	1	1	1	1
50%	2	3	2	2	3	2	2	2	2
75%	5	6	5	4	6	5	4	5	4
90%	11	14	11	10	13	11	10	13	10
95%	20	26	21	19	25	20	18	24	19
99%	76	97	80	72	95	76	72	94	75
Média	7,11	9,76	7,63	6,73	9,39	7,28	6,55	9,12	7,14
Desvio-Padrão	82,25	102,48	82,42	79,66	101,12	80,27	80,46	99,47	81,30
Mínimo	0	1	1	0	1	1	0	1	1
Máximo	22 734	22 734	22 734	22 599	22 599	22 599	21 602	21 602	21 602
Total NPS	2 644 176	2 552 352	2 756 157	2 489 181	2 438 678	2 585 221	2 431 691	2 358 490	2 538 659
N.º médio por empresa	7,1	8,1	7,6	6,7	7,7	7,3	6,6	7,4	7,1

* - Cálculos próprios

A análise da tabela anterior revela que, nos três anos considerados, o Sabi apresenta um maior valor médio de NPS, contrariamente à CB que apresenta sempre os valores mais reduzidos. O mesmo acontece com o desvio-padrão, no entanto, neste caso, destaca-se a proximidade desta medida estatística entre o SCIE e a CB. Os valores máximos coincidem em todas as bases de dados nos três anos em análise.

No que se refere à tabela 8, destaca-se ainda que o somatório do NPS (“*Total NPS*”) de todas as empresas em cada base de dados é inferior no Sabi e superior no SCIE. Note-se que o Sabi é a base de dados que conta com menor número de empresas, pelo que esta situação já seria, de certo modo, expectável. No entanto, o facto do somatório do NPS ser superior no SCIE quando comparado com a CB carece de uma justificação, uma vez que a CB apresenta anualmente um maior número de empresas. O tratamento a que os microdados estão sujeitos parece ser o fator explicativo que mais contribui para esta situação: a CB procede à imputação do NPS com valores iguais ou superiores a zero, enquanto os métodos utilizados pelo SCIE resultam na imputação de valores iguais ou superiores a um.

A análise torna-se mais enriquecedora se se atender ao indicador apresentado na última linha da tabela (“*N.º médio por empresa*”) e que resulta da divisão do somatório do NPS (“*Total NPS*”) pelo número de empresas incluídas em cada base de dados (ver a Tabela 1). Através deste indicador é possível constatar que a média do NPS por empresa é inferior na CB comparativamente ao SCIE e ao Sabi. Uma vez mais, esta situação resulta dos procedimentos e métodos adotados para a imputação de valores: a CB parece imputar valores nulos ao NPS em falta, enquanto o SCIE procede à imputação com valores iguais ou superiores a um. Por outro lado, o Sabi apresenta um valor médio de NPS por empresa superior quando comparado com a CB e o SCIE, uma vez que nesta base de dados o NPS apresenta valores iguais ou superiores a um (não existindo, portanto, valores nulos como na CB).

5.2. – Cruzamento dos microdados da CB e do Sabi

Para a CB e o Sabi foi possível aceder ao NIPC das empresas. Assim, deixa de ser necessário impor as restrições de cobertura consideradas anteriormente, pelo que a análise nesta segunda parte será realizada com recurso às bases de dados completas. Quer isto dizer que, no caso da CB, consideram-se as empresas que reportam as contas anuais através do Anexo A, após controlo de qualidade, independentemente de pertencerem ao universo das sociedade não financeiras e de satisfazerem as condições necessárias para a inclusão nos QS; e, no caso do Sabi, não se excluíram os ENI, nem os EIRL e não se procedeu à exclusão das secções K, O e U da CAE Rev.3. A tabela seguinte apresenta o número de empresas em cada uma das bases de dados considerada, sem impor qualquer restrição:

Tabela 9 – Total de entidades na CB e no Sabi, sem restrições, nos anos 2011, 2012 e 2013

	CB*	Sabi*
2011	400.491	321.707
2012	399.761	324.870
2013	393.857	326.733

* - Cálculos próprios

Com as bases de dados da CB e Sabi completas, recorreu-se ao NIPC¹¹¹ de cada entidade para efetuar um cruzamento dos microdados, permitindo assim aprofundar a análise.

5.2.1. – Análise do número de empresas

A tabela 10 apresenta o número total de observações anuais após o cruzamento dos dados da CB e do Sabi, bem como a respetiva desagregação do total observado.

¹¹¹ Cada empresa possui um e um só Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) pelo que esta variável é adequada para estabelecer a ligação entre ambas as bases de dados.

Tabela 10 – Decomposição do número total de empresas na CB e no Sabi, em 2011, 2012 e 2013

	<u>Empresas comuns</u> (NIPC existente em ambas as bases de dados)	Empresas cujo NIPC consta <u>apenas na CB</u> (sem correspondência no Sabi)	Empresas cujo NIPC consta <u>apenas no Sabi</u> (sem correspondência na CB)	Total (n.º de observações)
2011	321.482	79.009	225	400.716
2012	324.358	75.403	512	400.273
2013	325.510	68.347	1.223	395.080

* - Cálculos próprios

Assim, após o cruzamento das bases de dados por NIPC, obteve-se um total de observações anuais (última coluna da tabela anterior) que poderá ser decomposto em três grupos: as empresas comuns, as empresas que constam apenas na CB e as empresas que surgem apenas no Sabi. As empresas comuns respeitam ao número de entidades com NIPC registado em ambas as bases de dados, isto é, tanto a CB como o Sabi dispõem das contas anuais dessas empresas. Para as restantes empresas que surgem apenas numa base de dados, torna-se necessário apurar os motivos que justificam cada situação.

A análise da tabela 10 permite verificar que o número de empresas cujo NIPC consta apenas na CB sofreu um decréscimo entre 2011 e 2013, enquanto o número de empresas que surgem apenas no Sabi aumentou de 225 para 1.223 nesse mesmo período. Ainda assim, é evidente que o número de empresas na primeira situação é significativamente superior, existindo dois fatores justificativos possíveis: a *Bureau van Dijk* pode, eventualmente, não ter acesso aos dados de todas as entidades presentes na BDCA e/ou exclui propositadamente algumas entidades que, a seu ver, não tenham particular relevância para os seus clientes. Quanto à situação inversa (empresas que não constam na CB), existe uma componente justificada e outra para a qual se pode formular uma hipótese de justificação: a inclusão dos ENI e dos EIRL no Sabi (formas jurídicas que não fazem parte do âmbito da CB) justificam a existência de contas anuais apenas presentes na base de dados da *Bureau van Dijk* ¹¹², podendo admitir-se, para os restantes

¹¹² Em 2011, 2012 e 2013 o somatório das empresas no Sabi que constituem ENI ou EIRL ascende a 54, 49 e 47, respetivamente. Assim, a inclusão destas duas formas jurídicas no Sabi justificam 24%, 9.57% e 3.84% do total de entidades cujo NIPC não apresenta qualquer registo na CB em 2011, 2012 e 2013, respetivamente.

casos, que o Sabi inclui dados de entidades sujeitas ao preenchimento de outros anexos da IES que não o Anexo A. Quer isto dizer que, se o Sabi inclui informação de ENI e EIRL (que reportam o Anexo I), parece plausível admitir que a justificação para a existência de entidades sem contas anuais registadas na CB está associada ao anexo da IES declarado: as empresas que prestam contas anuais através de outros formulários da IES, que não o Anexo A, estão fora do âmbito da base de dados do Banco de Portugal, pelo que não é expectável encontrar registos das contas anuais destas entidades.

5.2.2. – Distribuição do número de empresas por secção da CAE

Rev.3

A tabela 11 apresenta a distribuição das empresas na CB e no Sabi por secções da CAE Rev. 3, confrontando a classificação atribuída em cada base de dados no ano 2011. A cinzento (primeira linha e primeira coluna da matriz) encontra-se a distribuição por CAE das entidades que apenas surgem numa base de dados, pelo que as restantes observações da matriz respeitam às empresas comuns (cujo total em valores absolutos é apresentado na linha/coluna “*Total comuns*”). Quanto a este último subgrupo de entidades, existem células destacadas na diagonal que visam relevar o número de entidades pertencentes à mesma secção da CAE em ambas as bases de dados, isto é, destacam o número de empresas com classificação de CAE coincidente na CB e no Sabi (cujos totais são apresentados nas linhas/colunas com o símbolo “==”). As restantes células, com fundo azul claro, correspondem às situações em que as classificações da CAE diferem na CB e no Sabi (totais apresentados nas linhas/colunas com o símbolo “!=”), tendo-se destacado a vermelho as situações em que as discrepâncias na classificação atribuída têm maior incidência e que serão abordadas mais à frente.

A linha/coluna intitulada “*Total*” resulta da soma do total de empresas comuns com as empresas *missing* (isto é, que surgem só na CB ou só no Sabi) dessa mesma linha/coluna. Os valores percentuais encontram-se na linha em baixo/ coluna à direita (“%”).

Tabela 11 – Cruzamento da CAE Rev. 3 das empresas incluídas na CB e no Sabi

2011 - Cruzamento da CAE das empresas da CB e do Sabi *																											
Sabi	Emp.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	U	Total	= =	! =	Total	%	
CB	missing																					comuns					
Emp. missing	n.a.	5	0	19	0	1	11	45	10	19	3	5	19	31	10	1	2	13	10	21	0	225	n.a.	n.a.			
[CAE Desc.]	90	0	0	0	0	0	3	12	1	1	2	2	4	5	1	0	0	3	1	0	0	35	0	35	125	0,03%	
A	1 863	8 846	0	62	2	1	6	71	5	30	0	0	24	8	17	0	0	4	2	0	0	9 078	8 846	232	10 941	2,73%	
B	171	1	748	7	0	3	8	3	2	1	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	777	748	29	948	0,24%	
C	6 511	56	5	33 365	4	8	110	428	9	151	18	4	74	56	24	0	2	15	6	14	0	34 349	33 365	984	40 860	10,20%	
D	102	0	0	2	651	0	3	4	0	1	0	2	2	11	1	0	0	0	0	0	0	677	651	26	779	0,19%	
E	178	0	1	10	0	779	12	28	1	0	0	1	4	4	8	0	0	0	0	0	0	848	779	69	1 026	0,26%	
F	10 408	43	5	106	10	5	36 786	173	28	91	4	5	231	71	28	1	1	7	6	4	0	37 605	36 786	819	48 013	11,99%	
G	17 006	116	8	426	3	29	146	83 933	101	221	60	35	177	156	91	0	17	30	23	40	0	85 612	83 933	1 679	102 618	25,62%	
H	3 051	10	0	7	0	4	17	92	16 331	15	0	4	8	10	24	0	1	2	7	1	0	16 533	16 331	202	19 584	4,89%	
I	6 917	32	0	44	0	0	17	97	4	26 966	2	4	87	15	17	0	2	10	23	5	0	27 325	26 966	359	34 242	8,55%	
J	1 668	3	0	14	0	0	13	62	2	10	7 046	2	8	52	19	0	3	0	7	2	0	7 243	7 046	197	8 911	2,23%	
K	1 304	1	0	8	1	0	11	30	3	3	5	6 215	41	123	24	0	1	2	2	0	0	6 470	6 215	255	7 774	1,94%	
L	4 503	48	0	32	0	0	116	109	5	161	3	18	21 233	91	31	0	8	25	11	3	0	21 894	21 233	661	26 397	6,59%	
M	6 868	33	2	70	11	3	70	217	23	37	52	97	149	29 628	101	0	31	16	20	7	0	30 567	29 628	939	37 435	9,35%	
N	2 571	27	1	36	0	11	34	92	29	40	16	12	30	55	9 795	1	9	13	23	6	0	10 230	9 795	435	12 801	3,20%	
O	225	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	3	40	0	0	0	0	0	48	40	8	273	0,07%	
P	1 297	6	0	1	0	0	2	11	0	5	11	1	5	14	6	0	4 094	18	7	2	0	4 183	4 094	89	5 480	1,37%	
Q	3 566	4	0	11	0	0	3	20	0	17	3	5	19	20	4	0	61	17 016	3	8	0	17 194	17 016	178	20 760	5,18%	
R	3 353	5	0	2	1	1	5	20	4	37	6	0	7	17	24	0	10	2	3 664	4	0	3 809	3 664	145	7 162	1,79%	
S	7 354	4	0	12	0	0	9	47	0	2	3	1	11	15	7	0	4	20	8	6 859	0	7 002	6 859	143	14 356	3,58%	
T	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	3	0,00%	
U	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3	0,00%	
																					Total empresas comuns		321 482	313 996	7 486	400 491	100%
																					%		100%	97,67%	2,33%		
Total comuns	79 009	9 235	770	34 215	683	845	37 371	85 449	16 548	27 789	7 231	6 409	22 117	30 356	10 226	42	4 244	17 183	3 813	6 955	1	321 482	Total empresas comuns				
=	n.a.	8 846	748	33 365	651	779	36 786	83 933	16 331	26 966	7 046	6 215	21 233	29 628	9 795	40	4 094	17 016	3 664	6 859	1	313 996	=				
!=	n.a.	389	22	850	32	66	585	1 516	217	823	185	194	884	728	431	2	150	167	149	96	0	7 486	!=				
Total		9 240	770	34 234	683	846	37 382	85 494	16 558	27 808	7 234	6 414	22 136	30 387	10 236	43	4 246	17 196	3 823	6 976	1	321 707					
%		2,87%	0,24%	10,64%	0,21%	0,26%	11,62%	26,58%	5,15%	8,64%	2,25%	1,99%	6,88%	9,45%	3,18%	0,01%	1,32%	5,35%	1,19%	2,17%	0,00%	100%					

* - Cálculos próprios

Legenda: n.a. – Não Aplicável

Emp. missing – Número de empresas em falta

[CAE Desc.] – CAE Desconhecida

De um modo geral, a percentagem de classificações coincidentes (coluna com o símbolo “=”) é bastante elevada e tende a aumentar no período de análise considerado: 97.67%, 98.05% e 98.58% em 2011, 2012 e 2013, respetivamente. As situações em que a classificação difere (coluna com o símbolo “!=”), ainda que sejam pouco significativas no total em termos percentuais, são particularmente relevantes nas células destacadas a vermelho¹¹³:

- Empresas com a secção **C** na CB são classificadas como **G** no Sabi;
- Empresas com a secção **G** na CB são classificadas como **C** no Sabi;
- Empresas com a secção **F** na CB são classificadas como **L** no Sabi;
- Empresas com a secção **G** na CB são classificadas como **I** no Sabi;
- Empresas com a secção **M** na CB são classificadas como **G** no Sabi;

Estas cinco situações revelam as maiores dissemelhanças na classificação de CAE atribuída e continuam a verificar-se nos anos 2012 e 2013, ainda que com menor relevância. O período temporal a que se refere a CAE apresenta-se como um fator explicativo possível: a CAE considerada na CB corresponde à CAE do período a que se refere a IES, enquanto a CAE do Sabi corresponde à CAE mais atual e não a do período a que se referem as contas anuais.

Estas duas classificações não são necessariamente coincidentes, uma vez que a CAE de uma determinada entidade pode alterar-se. Para melhor compreender esta questão, considere-se o seguinte exemplo: a empresa “ABC” produz e comercializa o produto *x*, pelo que a sua CAE principal tanto pode pertencer à secção C – “Indústrias transformadoras”, como à secção G – “Comércio por grosso e a retalho”. Um dos critérios utilizados frequentemente para determinar a CAE principal de uma empresa é a percentagem de volume de negócios, o que significa que a atividade à qual estiver associada uma maior percentagem das vendas e serviços prestados é considerada como a CAE principal. Deste modo, a CAE da empresa “ABC” pode pertencer à secção C num determinado ano e alterar-se para a G caso o comércio por grosso e a retalho se torne responsável por uma maior percentagem do volume de negócios.

¹¹³ Em 2011, destacaram-se a vermelho as células em que o número de empresas com classificação de CAE diferente na CB e no Sabi fosse superior a 200. Nos anos seguintes, destacaram-se essas mesmas células a vermelho (independentemente de respeitarem ou não o critério estipulado para 2011) no sentido de analisar a situação em termos dinâmicos.

Assim, o período de referência da CAE principal pode justificar as diferenças encontradas na tabela em análise: a CB considera a CAE a que se referem as contas do ano t , enquanto o Sabi parece considerar a mais recente. Com recurso a uma pequena amostra foi possível constatar que a classificação atribuída no Sabi coincide com a apresentada no *website* do SICAE – Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas.¹¹⁴ Esta hipótese torna-se ainda mais plausível pelo facto do padrão destacado a vermelho atenuar entre 2011 e 2013, o que significa que, em anos mais recentes, a CAE do período de referência considerada na CB tende a igualar-se à CAE atual apresentada no Sabi.

5.2.3. – Situação Perante a Atividade

A tabela 12 apresenta as várias situações perante a atividade consideradas em cada base de dados, no ano 2011, bem como a distribuição do número de empresas pelas diversas situações possíveis.

Tabela 12 – Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi, em 2011

2011 - Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi *			
CB		Sabi	
Cessou definitivamente atividade	19	Ativa	234 476
Dissolvida	1 949	Aquisição	1 448
Em constituição	4 176	Dissolução	38 964
Extinta	11 468	Encerramento Legal	212
Incorporada por fusão	28	Extinção	270
Inscrita	382 351	Falência	0
Por definir	40	Insolvência/Trâmites de Composição	6 817
[Desconhecido]	2	Liquidação	2 742
[Não Especificado]	458	Temporariamente Inativa	36 777
		n.d.	1
(1) Total	400 491	(1) Total	321 707
(2) Emp. existentes apenas no Sabi	225	(2) Emp. existentes apenas na CB	79 009
(1)+(2)	400 716	(1)+(2)	400 716

* - Cálculos próprios

Em primeiro lugar, relembre-se que as classificações adotadas na CB¹¹⁵ e no Sabi não são diretamente comparáveis, uma vez que se desconhecem as definições associadas

¹¹⁴ Através da ligação www.sicae.pt é possível consultar a atual CAE Rev.3 de uma determinada entidade, bastando, para tal, a denominação e/ou o NIPC da empresa.

¹¹⁵ Note-se que, na CB, a situação “Inscrita” é adotada por defeito, isto é, todas as empresas são consideradas como inscritas, a não ser que haja lugar a um qualquer acontecimento que faça alterar a sua situação para as restantes tipologias (ou seja, caso haja dissolução, extinção, incorporação por fusão, ...).

a cada um dos conceitos. Ainda assim, existem duas classificações que apresentam a mesma denominação em ambas as bases de dados (empresas dissolvidas e empresas extintas), contudo, o número de entidades com essas classificações é significativamente diferente. Em 2011, por exemplo, existiam 1.949 empresas dissolvidas e 11.468 extintas na CB contra 38.964 e 270, respetivamente, no Sabi. Para além das diferenças concetuais que possam existir (isto é, a definição de empresa dissolvida ou extinta na CB pode não coincidir com a definição do Sabi) é necessário ter em conta que o período temporal de referência é diferente. Quer isto dizer que, tal como a CAE, a situação perante a atividade da CB corresponde à situação da empresa no período a que se referem as contas anuais, enquanto a situação apresentada no Sabi corresponde à mais recente (razão pela qual esta variável surge no Sabi com a denominação “*Situação Atual*”).

A tabela 13 revela as diferenças nas classificações atribuídas em cada base de dados, para o ano 2011. A primeira linha e a primeira coluna da matriz revelam a distribuição do número de empresas que apenas surgem numa base de dados pelas diferentes situações perante a atividade. As restantes células respeitam às empresas comuns, permitindo confrontar a classificação atribuída na CB com a do Sabi.

Tabela 13 – Cruzamento da situação perante a atividade

2011 - Cruzamento da situação perante a atividade *												
CB	Sabi	Empresas missing	Ativa	Aquisição	Dissolução	Encerramento Legal	Extinção	Insolvência/ Trâm.Comp.	Liquidação	Temp. Inativa	n.d.	Total
Empresas missing		n.a.	169	0	18	0	0	3	1	34	0	225
Cessou definitivamente atividade		19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dissolvida		1 174	69	2	339	0	0	108	223	34	0	775
Em constituição		1 202	2 165	8	316	1	0	44	21	419	0	2 974
Extinta		9 581	32	29	1 794	6	13	0	8	5	0	1 887
Incorporada por fusão		6	15	2	1	0	0	3	0	1	0	22
Inscrita		66 551	232 012	1 406	36 493	205	257	6 659	2 489	36 278	1	315 800
Por definir		30	6	1	1	0	0	0	0	2	0	10
[Desconhecido]		1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
[Não Especificado]		445	7	0	2	0	0	0	0	4	0	13
Total		79 009	234 307	1 448	38 946	212	270	6 814	2 741	36 743	1	321 482

* - Cálculos próprios

A análise da tabela anterior permite concluir que, apesar das diferenças de classificação estarem associadas ao período de referência considerado, existem ainda algumas inconsistências para as quais não foi possível encontrar justificação, nomeadamente: as empresas extintas e dissolvida na CB que surgem como ativas ou temporariamente inativas no Sabi. No entanto, o total de empresas nestas situações é bastante reduzido face ao total de empresas comuns.

5.2.4. – Forma Jurídica das entidades

As tabelas 14 e 15 apresentam a distribuição do número de empresas, por forma jurídica, na CB e no Sabi para o ano 2011.

Tabela 14 – Distribuição das empresas na CB por Forma Jurídica, em 2011

2011 - Distribuição das empresas da CB por Forma Jurídica (FJ) *			
	FJ apenas na CB	CB	Empresas só na CB
1 Agrup. Complem. Empresas e Agrup. Europeu	✓	6	6
2 Agrupamento Complementar de Empresas		566	561
3 Agrupamento Europeu de Interesse Económico	✓	9	9
4 Associação de direito privado	✓	614	614
5 Associação de direito público	✓	5	5
6 Associação ou Fundação	✓	83	83
7 Cooperativa		2 087	2 046
8 Cooperativa de 2º grau		56	53
9 Empresa Municipal		1	0
10 Entidade Equiparada Estrangeira - Identificação		57	56
11 Entidade Equiparada a Pessoa Colectiva	✓	312	312
12 Entidade Pública Empresarial		102	19
13 Entidade Pública Municipal, Intermunicipal		220	16
14 Fundação de direito privado		22	21
15 Fundação de direito público		0	0
16 Não residentes, sem estabelecimento estável	✓	1	1
17 Organismo da Administração Pública	✓	41	41
18 Outras Sociedades		5	1
19 Outras Sociedades (IES)	✓	72	72
20 Outros	✓	1	1
21 Pessoa Colectiva Internacional	✓	2	2
22 Pessoa Colectiva Religiosa		590	588
23 Pessoa Colectiva Religiosa Não Católica	✓	56	56
24 Pessoa Colectiva de Direito Público		94	91
25 Pessoa Colectiva de Utilidade Pública		8 577	8 524
26 Representação Permanente Não Sujeita a Registo	✓	37	37
27 Representação permanente		1 481	427
28 Sociedade Anónima		25 626	2 882
29 Sociedade Civil	✓	26	26
30 Sociedade Irregular	✓	1 200	1 200
31 Sociedade civil com personalidade jurídica		1 247	1 212
32 Sociedade em Comandita		24	1
33 Sociedade em nome colectivo		133	37
34 Sociedade por Quotas		341 830	56 057
35 Sucursal Financeira Exterior	✓	1	1
36 [Desconhecido / Em atribuição]		15 307	3 951
Total de entidades cuja FJ existe apenas na CB		2 466	
(1) Total		400 491	79 009
(2) N.º de empresas só no SABI		225	
(1)+(2)		400 716	

* - Cálculos próprios

Tabela 15 – Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica, em 2011

2011 - Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica (FJ) *			
	FJ apenas no Sabi	Sabi	Empresas só no Sabi
a Agrupamento Complementar de Empresas		5	0
b Associação		71	24
c Cooperativa		47	3
d Empresário em Nome Individual (ENI)	✓	24	24
e Entidade Estrangeira		1 057	4
f Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL)	✓	30	30
g Fundação		15	5
h Instituição Particular de Interesse Público		1	0
i Organismo de Administração Pública		2	1
j Sociedade Anônima		23 782	24
k Sociedade Anônima Desportiva		22	2
l Sociedade Civil		1	0
m Sociedade Unipessoal por Quotas		68 814	39
n Sociedade de Advogados		1	0
o Sociedade em Comandita		29	0
p Sociedade por Quotas		227 456	68
q n.d.		350	1
Total de entidades cuja FJ apenas existe no SABI		54	
(1) Total		321 707	225
(2) N.º de empresas apenas na CB		79 009	
(1)+(2)		400 716	

* - Cálculos próprios

Tal como o caso da situação perante a atividade, as formas jurídicas da CB e do Sabi não são diretamente comparáveis. Aparentemente, a CB apresenta as formas jurídicas com um maior grau de detalhe, contudo, não é possível estabelecer uma relação clara e inequívoca entre as denominações.

Ainda assim, as tabelas anteriores tornam-se importantes por permitirem detetar a existência de formas jurídicas que apenas surgem numa base de dados (assinaladas com o símbolo “✓”). Em cada um dos quadros, as colunas intituladas “CB” e “Sabi” apresentam a distribuição do total de entidades, por forma jurídica, em cada base de dados, enquanto as colunas à direita (“Empresas só na CB” e “Empresas só no Sabi”) revelam a distribuição das entidades que surgem apenas numa base de dados. Assim, se para uma determinada forma jurídica o número total de entidades na coluna “CB” ou “Sabi” igualar o valor apresentado na coluna à direita (“Empresas só na CB” e “Empresas só no Sabi”), então tratam-se de formas jurídicas que surgem apenas numa das bases de dados. Note-se que as formas jurídicas assinaladas com o símbolo “✓” são as mesmas nos três anos considerados.

Para melhor compreender esta questão, atente-se no seguinte exemplo: no primeiro quadro apresentado é possível constatar que, em 2011, existiam 614 associações de direito privado na CB, sendo que essas mesmas 614 entidades surgiam na coluna “*Empresas só na CB*”. Quer isto dizer que nenhuma destas entidades era comum com o Sabi, pelo que se conclui que não existia nenhuma empresa com esta forma jurídica na base de dados da Bureau van Dijk. Assim sendo, o somatório das observações assinaladas com o símbolo “✓” em cada um dos quadros respeitam ao total de entidades que não são comuns por se encontrarem associadas a formas jurídicas abrangidas por apenas uma base de dados.

O quadro referente à CB revela que existem diversas formas jurídicas que não são cobertas pelo Sabi, justificando uma pequena parte das entidades cujo NIPC não é comum. Dito de outro modo, sabe-se que, em 2011, das 79.009 empresas que existiam apenas na CB, 2.466 estavam associadas a formas jurídicas que não são cobertas pelo Sabi. Trata-se de uma componente que, apesar de não ser significativa, encontra-se justificada. No caso do Sabi, assinalaram-se as formas jurídicas “*Empresários em Nome Individual*” e “*Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada*” o que significa que, tal como esperado, estas formas jurídicas não são abrangidas pela CB.

A tabela 16 apresenta o confronto entre a classificação da forma jurídica atribuída na CB e no Sabi para as empresas cujo NIPC surge em ambas as bases de dados (isto é, excluíram-se as empresas que apenas surgem numa base de dados). Note-se que existem algumas inconsistências nas formas jurídicas atribuídas, contudo, para as formas jurídicas com a mesma denominação na CB e no Sabi (nomeadamente, as cooperativas, sociedades anónimas, sociedades em comandita e sociedades por quotas), a proporção de classificações coincidentes é bastante significativa.

Tabela 16 – Cruzamento das formas jurídicas para as empresas comuns, em 2011

2011 - Cruzamento da classificação da Forma Jurídica para as empresas comuns *																	
CB	Sabi	a - Agrupamento Complementar de Empresas	b - Associação	c - Cooperativa	e - Entidade Estrangeira	g - Fundação	h - Inst. Particular Interesse Púb	i - Organismo Admin Púb	j - Soc. Anónima	k - Soc. Anónima Desportiva	l - Soc. Civil	m - Soc. Unipessoal por Quotas	n - Soc. Advogados	o - Soc. em Comandita	p - Soc. por Quotas	q - n.d.	Total
2	Agrupamento Complementar de Empresas	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
7	Cooperativa	0	0	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41
8	Cooperativa de 2º grau	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
9	Empresa Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
10	Entidade Equiparada Estrangeira - Identificação	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
12	Entidade Pública Empresarial	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	82	83
13	Entidade Pública Municipal, Intermunicipal	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	2	0	0	2	192	204
14	Fundação de direito privado	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
18	Outras Sociedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
22	Pessoa Colectiva Religiosa	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
24	Pessoa Colectiva Direito Público	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
25	Pessoa Colectiva Utilidade Pública	0	45	0	0	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53
27	Representação permanente	0	1	0	1 052	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1 054
28	Sociedade Anónima	0	0	0	0	0	0	0	21 847	20	0	186	0	0	679	12	22 744
31	Sociedade civil com personalidade jurídica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	11	1	0	21	0	35
32	Sociedade em Comandita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	0	0	23
33	Sociedade em nome colectivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	58	96
34	Sociedade por Quotas	0	0	0	0	0	0	0	1 573	0	0	63 237	0	2	220 957	4	285 773
36	[Desconhecido / Em atribuição]	0	0	0	0	0	0	0	327	0	0	5 339	0	0	5 690	0	11 356
Total		5	47	44	1 053	10	1	1	23 758	20	1	68 775	1	29	227 388	349	321 482

* - Cálculos próprios

5.2.5. – Escalões de Volume de Negócios

A tabela 17 respeita ao ano 2011 e apresenta a distribuição do número de empresas na CB e no Sabi pelos diferentes escalões de Volume de Negócios.

Tabela 17 – Distribuição do número de empresas na CB e no Sabi por escalões de Volume de Negócios, em 2011

Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios *					
2011	Missing values	CB		Sabi	
	0 €	0,00%	19	14,44%	46 448
]0€, 1M€[20,01%	80 142	0,01%	43
	[1M€, 2M€[72,05%	288 546	76,31%	245 500
	[2M€, 5M€[3,58%	14 329	4,17%	13 403
	[5M€, 10M€[2,43%	9 728	2,83%	9 100
	[10M€, 20M€[0,92%	3 697	1,08%	3 472
	[20M€, 50M€[0,49%	1 974	0,57%	1 836
	[50M€, 200M€[0,31%	1 251	0,37%	1 177
	[200M€, +∞[0,16%	635	0,18%	577
		0,04%	170	0,05%	151
	Total	400 491		321 707	

* - Cálculos próprios

Desde logo é possível constatar que existem diferenças relevantes no que concerne aos valores em falta (*missing values*) e aos valores nulos: na CB o número de entidades com valores em falta é bastante reduzido (em 2011, existiam 19 entidades nessa situação, diminuindo para apenas 1 em 2013) e, por outro lado, cerca de 20% das observações totais da CB correspondem a valores nulos; contrariamente, os valores em falta no Sabi têm uma maior representatividade (em 2011, constituíam cerca de 14% do total das observações, percentagem esta que aumentou para aproximadamente 17% em 2013) enquanto os valores nulos são bastante reduzidos. Relembre-se que, tal como referido no tópico “5.1.3 Escalões de Volume de Negócios”, a CB procede à imputação de dados, pelo que os valores em falta existentes na base de dados completa são diminutos e estão associados a empresas que são excluídas das estatísticas dos QS (por não satisfazerem as condições necessárias para tal).

Para os restantes escalões, a CB apresenta sempre um maior número de entidades comparativamente ao Sabi, contudo, em termos percentuais, as diferenças são reduzidas. Note-se ainda que, ao considerar a base de dados da CB completa, o número de empresas com Volumes de Negócios iguais ou superiores a duzentos milhões de euros sofreu um acréscimo de 35 empresas, em 2011. Tenha-se em atenção que se consideraram também as empresas da secção K da CAE Rev.3, justificando o aumento do número de entidades presentes no maior escalão de Volume de Negócios: esta secção inclui as atividades financeiras e de seguros, frequentemente associadas a valores elevados de vendas e prestação de serviços.

A tabela 18 confronta os escalões de Volume de Negócios associados a cada entidade da CB e do Sabi para o ano de 2011. A cinzento encontra-se a distribuição por escalões do número de entidades presentes apenas numa base de dados, pelo que as restantes células respeitam às empresas comuns. Na diagonal, destaca-se o número de empresas que surgem no mesmo escalão de Volume de Negócios em ambas as bases de dados.

Tabela 18 – Cruzamento dos valores de Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2011

2011 - Cruzamento dos valores de Volume de Negócios *														
Sabi	Emp. Missing	VN Missing	0€]0€, 1M€]	[1M€, 2M€]	[2M€, 5M€]	[5M€, 10M€]	[10M€, 20M€]	[20M€, 50M€]	[50M€, 200M€]	[200M€, +∞]	Total	=	!=
CB														
Emp. Missing	n.a.	77	0	127	5	8	3	3	2	0	0	225		
VN Missing	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0€	33 788	46 339	0	15	0	0	0	0	0	0	0	46 354	0	46 354
]0, 1M€]	43 114	24	43	245 357	5	2	1	0	0	0	0	245 432	245 357	75
[1M€, 2M€]	930	4	0	0	13 392	3	0	0	0	0	0	13 399	13 392	7
[2M€, 5M€]	634	3	0	1	1	9 086	2	1	0	0	0	9 094	9 086	8
[5M€, 10M€]	230	1	0	0	0	0	3 466	0	0	0	0	3 467	3 466	1
[10M€, 20M€]	141	0	0	0	0	1	0	1 832	0	0	0	1 833	1 832	1
[20M€, 50M€]	75	0	0	0	0	0	0	0	1 174	2	0	1 176	1 174	2
[50M€, 200M€]	60	0	0	0	0	0	0	0	0	575	0	575	575	0
[200M€, +∞]	18	0	0	0	0	0	0	0	1	0	151	152	151	1
Total	79 009	46 371	43	245 373	13 398	9 092	3 469	1 833	1 175	577	151	321 482	275 033	46 449
=		0	0	245 357	13 392	9 086	3 466	1 832	1 174	575	151	100%	85,55%	14,45%
!=		46 371	43	16	6	6	3	1	1	2	0			

* - Cálculos próprios

Note-se que as empresas cujo NIPC surge apenas numa base de dados está associado a entidades com menor Volume de Negócios: as empresas em falta na CB têm maioritariamente vendas e serviços prestados com valores compreendidos entre zero e

um milhão de euros, ou valores *missing*; e as empresas em falta no Sabi apresentam Volumes de Negócios nulos ou inferiores a um milhão de euros.

A percentagem de classificações coincidentes (coluna destacada com o símbolo “=”) é bastante elevada, ainda que tenha sofrido uma ligeira redução entre 2011 e 2013 (de 85.55% para 83.72%). No entanto, importa referir que a maioria das discrepâncias está associada às empresas com Volume de Negócios em falta no Sabi, que surgem na CB com valores nulos. Os restantes casos de *misclassification* (coluna destacada com o símbolo “!=”) não têm uma grande representatividade no total de observações.

A tabela 19, apresentada de seguida, visa apresentar as principais estatísticas descritivas do Volume de Negócios na CB e no Sabi para os anos 2011, 2012 e 2013. Estas estatísticas tiveram por base as bases de dados completas, isto é, o total de entidades apresentado na Tabela 9¹¹⁶.

Tabela 19 – Estatísticas descritivas do Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2011

Estatísticas descritivas do Volume de Negócios*						
Percentil	2011		2012		2013	
	CB	Sabi	CB	Sabi	CB	Sabi
1%	0,00 €	1 217,00 €	0,00 €	992,00 €	0,00 €	988,00 €
5%	0,00 €	7 120,00 €	0,00 €	6 029,00 €	0,00 €	6 000,00 €
10%	0,00 €	14 615,00 €	0,00 €	12 840,00 €	0,00 €	12 678,00 €
25%	6 900,16 €	39 549,00 €	4 120,04 €	35 000,00 €	3 750,00 €	34 304,00 €
50%	60 249,37 €	109 992,00 €	51 400,27 €	97 832,00 €	50 640,38 €	95 997,00 €
75%	213 128,52 €	325 251,00 €	187 924,79 €	293 611,00 €	186 747,12 €	291 379,00 €
90%	745 264,32 €	1 096 336,00 €	670 623,60 €	999 808,00 €	669 073,06 €	1 002 506,00 €
95%	1 714 103,13 €	2 428 535,00 €	1 559 185,36 €	2 255 918,00 €	1 565 573,08 €	2 263 778,00 €
99%	10 045 723,35 €	13 597 048,00 €	9 393 827,00 €	12 865 766,00 €	9 442 382,13 €	12 901 795,00 €
Média	895 625,06 €	1 192 833,48 €	833 581,00 €	1 122 384,88 €	796 757,10 €	1 115 593,36 €
Desvio-Padrão	22 872 058,31	28 088 670,23	23 824 208,10	29 335 658,41	23 235 823,68	29 702 182,00
Mínimo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Máximo	8 059 804 819,02 €	9 373 003 510,00 €	9 215 894 951,92 €	10 409 770 987,00 €	9 628 761 417,00 €	10 866 515 916,00 €

* - Cálculos próprios

¹¹⁶ De igual modo, as Tabelas 22 e 25 consideram o total de entidades apresentado na Tabela 9.

5.2.6. – Escalões de Total do Ativo

A tabela 20, referente a 2011, apresenta a distribuição do número de empresas na CB e no Sabi pelos diferentes escalões de Total do Ativo.

Tabela 20 – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011

Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo *					
2011		CB		Sabi	
		1,1%	4 487	0,0%	0
		0,0%	19	0,4%	1 133
		3,8%	15 385	0,1%	223
		83,2%	333 075	86,0%	276 575
		5,0%	19 849	5,7%	18 219
		3,6%	14 542	4,2%	13 455
		1,5%	5 815	1,7%	5 365
		0,8%	3 262	0,9%	2 960
		0,6%	2 245	0,6%	2 087
		0,3%	1 355	0,4%	1 260
		0,1%	457	0,1%	430
		Total 400 491		321 707	

* - Cálculos próprios

A análise da tabela anterior permite-nos concluir que as discrepâncias entre a CB e o Sabi encontram-se associadas a empresas com Total do Ativo em falta ou com valores inferiores a um milhão de euros. Note-se que, em 2011, existiam 352.966 empresas na CB nesta situação (cerca de 88% do total de observações), enquanto no Sabi ascendiam a 277.931 empresas (86.5% do total de observações). A diferença entre o total de entidades nestas condições (aproximadamente 75.000 empresas) representa cerca 95% da diferença entre o número total de empresas na CB e no Sabi, apresentado na última linha da tabela 21. Nos anos 2012 e 2013 continua a verificar-se a mesma situação.

A tabela 21 confronta os escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011. Mais uma vez, destaca-se a cinzento a distribuição das entidades que surgem apenas numa das bases de dados, enquanto os restantes campos com fundo branco respeitam às empresas comuns.

No que concerne às empresas presentes apenas numa das bases de dados, é possível constatar que a maior parte pertence a escalões de Total do Ativo mais reduzidos: a moda das empresas em falta na CB e no Sabi encontra-se no escalão de valores compreendidos entre zero e um milhão de euros nos três anos considerados, pelo que constituem empresas de menor dimensão. Quanto às empresas comuns, note-se que a percentagem de classificações coincidentes (coluna com o símbolo “==”) consegue superar a verificada para o Volume de Negócios. Em 2011, cerca de 98.4% das empresas comuns pertenciam ao mesmo escalão de Total do Ativo na CB e no Sabi, percentagem esta que aumentou cerca de 1 ponto percentual em 2013. Consequentemente, a percentagem de *misclassification* (coluna com o símbolo “!=”) é bastante reduzida e deve-se, sobretudo, a dois tipos de casos: empresas que apresentam Total do Ativo nulo na CB e *missing* no Sabi; e empresas cujo Total do Ativo é negativo na CB e inferior a um milhão de euros no Sabi (] 0€, 1M€[). Tal como já havia sido referido, a justificação para este último caso poderá estar relacionada com a definição da variável considerada em cada base de dados. Isto é, a forma de cálculo do Total do Ativo na CB pode levar, em certos casos, à obtenção de valores negativos¹¹⁷ para certas empresas, enquanto o Sabi poderá considerar o Total do Ativo reportado na IES, em termos brutos. A incoerência no cômputo do Total do Ativo permite justificar as 3.069 empresas que, em 2011, constavam na CB com Total do Ativo negativo e, no Sabi, com valores compreendidos entre zero e um milhão de euros.

Face ao exposto, pode-se concluir que a imputação de dados a que o Total do Ativo está sujeito na CB¹¹⁸ (de acordo com as informações do documento metodológico apresentadas no Capítulo 3) não se traduz em diferenças relevantes, uma vez que a grande parte das empresas comuns se situa no mesmo escalão de valores na CB e no Sabi. Na presença de *misclassifications*, regra geral a mudança ocorre para o escalão imediatamente superior ou inferior.

¹¹⁷ Relembrem-se as três definições de Total do Ativo consideradas na CB e apresentadas no tópico “5.1.4 Escalões de Total do Ativo”.

¹¹⁸ Relembre-se que não foi possível apurar o tipo de tratamento dado aos microdados da *Bureau van Dijk*, pelo que não se sabe se o Total do Ativo no Sabi está ou não sujeito a imputações e/ou controlo de qualidade.

Tabela 21 – Cruzamento dos valores de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011

2011 - Cruzamento dos valores de Total do Ativo *														
Sabi CB	Emp. Missing	T. Ativo Missing	0 €]0€,1M€]	[1M€,2M€]	[2M€,5M€]	[5M€,10M€]	[10M€,20M€]	[20M€,50M€]	[50M€,200M€]	[200M€, +∞]	Total	=	!=
Emp. Missing	n.a.	12	2	162	10	17	9	6	6	1	0	225		
T. At. Missing	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 €	14 291	1 045	1	22	9	9	6	2	0	0	0	1 094	1	1 093
]0€, 1M€]	59 293	17	219	273 218	291	31	3	1	2	0	0	273 782	273 218	564
[1M€, 2M€]	1 807	2	1	100	17 843	94	2	0	0	0	0	18 042	17 843	199
[2M€, 5M€]	1 177	1	0	3	55	13 282	23	0	0	1	0	13 365	13 282	83
[5M€, 10M€]	476	2	0	1	1	17	5 310	7	0	1	0	5 339	5 310	29
[10M€, 20M€]	310	1	0	0	0	0	12	2 935	4	0	0	2 952	2 935	17
[20M€, 50M€]	156	0	0	0	0	0	0	9	2 071	9	0	2 089	2 071	18
[50M€, 200M€]	103	0	0	0	0	0	0	0	3	1 246	3	1 252	1 246	6
[200M€, +∞]	28	0	0	0	0	0	0	0	0	2	427	429	427	2
Negativo	1 349	53	0	3 069	10	5	0	0	1	0	0	3 138	0	3 138
Total	79 009	1 121	221	276 413	18 209	13 438	5 356	2 954	2 081	1 259	430	321 482	316 333	5 149
=		0	1	273 218	17 843	13 282	5 310	2 935	2 071	1 246	427	100%	98,40%	1,60%
!=		1 121	220	3 195	366	156	46	19	10	13	3			

* - Cálculos próprios

A tabela 22 apresenta as principais estatísticas descritivas associadas ao Total do Ativo nos anos 2011, 2012 e 2013 para a CB e o Sabi.

Tabela 22 – Estatísticas descritivas do Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2011, 2012 e 2013

Estatísticas descritivas do Total do Ativo *						
Percentil	2011		2012		2013	
	CB	Sabi	CB	Sabi	CB	Sabi
1%	-2 153,80 €	1 191,00 €	-974,79 €	781,00 €	0,00 €	605,00 €
5%	0,01 €	6 000,00 €	0,00 €	5 000,00 €	778,09 €	4 974,00 €
10%	4 773,77 €	13 069,00 €	3 981,99 €	11 171,00 €	5 000,00 €	10 145,00 €
25%	24 939,95 €	39 829,00 €	22 549,60 €	35 866,50 €	23 565,55 €	33 497,50 €
50%	96 154,61 €	126 867,00 €	90 390,55 €	118 712,00 €	90 654,51 €	112 992,00 €
75%	346 723,50 €	430 035,00 €	330 744,45 €	407 882,00 €	329 502,15 €	393 405,00 €
90%	1 247 473,51 €	1 491 370,00 €	1 193 903,75 €	1 427 591,00 €	1 180 467,54 €	1 383 467,00 €
95%	2 996 341,59 €	3 562 617,00 €	2 851 010,89 €	3 389 725,00 €	2 804 443,06 €	3 270 358,50 €
99%	20 271 474,00 €	24 198 311,00 €	19 231 837,72 €	23 180 658,00 €	18 828 794,42 €	22 070 107,00 €
Média	2 114 499,16 €	2 440 061,31 €	1 991 786,22 €	2 343 462,15 €	1 988 045,86 €	2 289 835,49 €
Desvio-Padrão	78 528 486,52	85 131 801,14	74 672 482,93	81 449 664,16	75 803 115,39	81 838 503,16
Mínimo	-20 620 440 €	0 €	-30 761 989 €	0 €	-170 301 866 €	0 €
Máximo	18 634 936 000 €	18 710 681 323 €	20 791 778 034 €	20 853 320 879 €	20 988 027 792 €	20 988 027 792 €

* - Cálculos próprios

5.2.7. – Escalões de NPS

A tabela 23 apresenta a distribuição do número médio de pessoas ao serviço da empresa (NPS) para o ano 2011, pelos diferentes escalões definidos para a CB e o Sabi.

Tabela 23 – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, na CB e no Sabi

Distribuição das empresas por escalões de Número Médio de Pessoas ao serviço da empresa (NPS)*				
2011	CB		Sabi	
	Missing values	0,0% 19	17,4% 56.047	
	Zero	22,6% 90.597	0,0% 0	
	[1,10[65,8% 263.490	69,9% 224.852	
	[10,50[9,8% 39.309	10,8% 34.768	
	[50,250[1,5% 6.146	1,6% 5.201	
	[250,+∞[0,2% 930	0,3% 839	
	Total	400.491	321.707	

* - Cálculos próprios

O Sabi apresenta valores em falta no NPS bastante superiores à CB. Entre 2011 e 2013, a percentagem de *missing values* no Sabi aumentou cerca de 2 pontos percentuais, enquanto o número de empresas com NPS em falta da CB diminuiu de 19 para 1. Quanto aos valores nulos, a situação inverte-se uma vez que o Sabi não apresenta NPS igual a zero nos anos em análise, enquanto na CB este valor representa 22.6% das observações em 2011 (aumentando para 24.2% em 2013). No que respeita à distribuição do NPS por escalões de pessoal ao serviço iguais ou superiores a 1 a distribuição na CB e no Sabi é semelhante em termos percentuais.

Ao comparar a distribuição das empresas da CB por escalões de NPS apresentado na tabela anterior com a distribuição da Tabela 7 é possível constatar que o número de empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço (número médio) sofreu um aumento em cerca de 100 empresas. Quer isto dizer que existem aproximadamente 100 entidades com NPS igual ou superior a 250 e que são excluídas dos QS. Nestes casos, a justificação não está associada aos critérios de exclusão aplicados, mas sim à forma jurídica das entidades: trata-se de entidades pertencentes maioritariamente às secções K (“*Atividades financeiras*

e de seguros”) e Q (“Atividades de saúde humana e apoio social”) da CAE Rev. 3 que são excluídas dos QS por não pertencerem ao universo das sociedades não financeiras.

A tabela 24 confronta os escalões de NPS na CB e no Sabi, em 2011. Em tons de cinzento encontra-se a distribuição do NPS nas empresas que apenas consta numa base de dados, enquanto as restantes células respeitam às empresas comuns. Na diagonal, com fundo azul, encontram-se destacadas as empresas que se situam no mesmo escalão de NPS na CB e no Sabi.

Tabela 24 – Cruzamento dos valores de NPS

2011 - Cruzamento dos valores de NPS *									
Sabi CB	Emp. Missing	[1, 10[[10, 50[[50, 250[[250, +∞[NPS Missing	Total	==	!=
Emp. Missing	n.a.	61	10	1	1	152	225		
[1, 10[38.669	224.744	5	1	0	71	224.821	224.744	77
[10, 50[4.485	17	34.746	11	1	49	34.824	34.746	78
[50, 250[897	0	7	5.185	12	45	5.249	5.185	64
[250, +∞[92	0	0	3	825	10	838	825	13
NPS Missing	19	0	0	0	0	0	0	0	0
Zero	34.847	30	0	0	0	55.720	55.750	0	55.750
Total	79.009	224.791	34.758	5.200	838	55.895	321.482	265.500	55.982
==		224.744	34.746	5.185	825	0	100%	82,59%	17,41%
!=		47	12	15	13	55.895			

* - Cálculos próprios

Quanto às empresas destacadas a cinzento, note-se que a maioria apresenta valores de NPS inferiores a 10, nulos ou *missing*, pelo que correspondem a empresas com dimensão reduzida. Para as empresas comuns, a percentagem de classificações coincidentes (assinalada com o símbolo “==”) é elevada, no entanto apresenta uma tendência ligeiramente decrescente (passou de cerca de 83% em 2011 para 80% em 2013). Além disso, note-se que a percentagem de *misclassifications* é superior nesta variável comparativamente ao verificado no Volume de Negócios e Total do Ativo.

De acordo com os documentos metodológicos da CB e do SCIE (Banco de Portugal, 2009; INE, 2016), o NPS é uma variável bastante intervencionada no controlo de qualidade e sujeita a estimações para os casos de não-resposta, permitindo justificar as diferenças encontradas. Note-se que as empresas com NPS em falta no Sabi surgem na CB com NPS nulo. Em 2011 existiam 55.720 empresas nesta situação, e que

representavam cerca de 99.5% do total de classificações inconsistentes (total da coluna “!=”). Ainda assim, a tabela 25 permite inferir que os restantes casos em que o controlo de qualidade leva a uma inconsistência entre o escalão da CB e do Sabi são muito reduzidos e pouco representativos no total de entidades.

A tabela 25 apresenta as principais estatísticas descritivas associadas ao NPS, em 2011, 2012 e 2013, para a CB e o Sabi.

Tabela 25 – Estatísticas descritivas do NPS na CB e no Sabi, em 2011, 2012 e 2013

Estatísticas descritivas do Número Médio de Pessoas ao serviço (NPS) *						
Percentil	2011		2012		2013	
	CB	Sabi	CB	Sabi	CB	Sabi
1%	0	1	0	1	0	1
5%	0	1	0	1	0	1
10%	0	1	0	1	0	1
25%	1	1	1	1	1	1
50%	2	3	2	3	2	2
75%	4	6	4	6	4	5
90%	11	14	10	13	9	13
95%	20	26	19	24	18	24
99%	79	97	75	94	71	93
Média	7,33	9,67	6,94	9,30	6,62	9,03
Desvio-Padrão	86,56	101,73	83,99	100,34	84,40	98,65
Mínimo	0	1	0	1	0	1
Máximo	22734	22734	22599	22599	21602	21602
Total NPS	2 934 337	2 569 501	2 774 800	2 456 229	2 607 913	2 376 134
N.º médio por empresa	7,3	8,0	6,9	7,6	6,6	7,3

* - Cálculos próprios

Capítulo 6 – Conclusão

Tendo em conta as ideias expostas na presente dissertação, existem algumas conclusões a salientar. Os investigadores que pretendam recorrer à informação da IES para fins de investigação devem atender a dois aspetos: as quebras de série na informação que afetam a generalidade das bases de microdados e as características de cada base de dados em particular.

6.1 Quebras de série na informação

As quebras de série na informação surgem na sequência de três eventos: a revisão da CAE, a alteração do normativo contabilístico e os acontecimentos marcantes registados ao nível da empresa. Estas quebras na série temporal verificam-se na generalidade das bases de microdados com informação da IES, afetando a comparabilidade dos dados.

- Em 2008, a CAE Rev. 3 substituiu a CAE Rev. 2.1 que vigorava desde 1 de janeiro de 2003. A revisão da classificação das atividades económicas introduziu algumas mudanças, tornando-se útil a consulta da publicação do INE (2007) no sentido de identificar as entidades afetadas pelas alterações¹¹⁹. As três bases de microdados em análise (CB, Sabi e SCIE) disponibilizam ambas as nomenclaturas (CAE Rev. 2.1 e CAE Rev.3), pelo que os investigadores devem ter em atenção o período temporal em que cada uma delas vigora e o impacto da alteração na comparabilidade dos dados anteriores e posteriores a 2008.
- A entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e da Normalização Contabilística para Microentidades (NCM) substituiu, em 2010, o Plano Oficial de Contabilidade (POC). A alteração do normativo contabilístico teve como principais consequências o aumento do número de variáveis da IES a reportar pelas empresas (produzindo impactos, portanto, no número de variáveis disponíveis em cada base de microdados para os períodos de 2010 e seguintes) e

¹¹⁹ As páginas 275 e seguintes da referida publicação apresentam as tabelas de equivalência entre a CAE Rev. 2.1 e a CAE Rev. 3.

o surgimento de uma nova nomenclatura que visa identificar as entidades sujeitas ao reporte de cada variável do Anexo A, de acordo com o normativo contabilístico adotado (N, S, M)¹²⁰. Em suma, este evento introduziu alterações quer ao nível da denominação e cômputo de algumas variáveis contabilísticas, quer no que respeita ao número de variáveis a reportar por cada entidade. Assim, os investigadores devem ter em atenção que a alteração do normativo contabilístico gerou uma quebra de série no ano 2010 e que, nos períodos posteriores, cada variável da IES não tem de ser obrigatoriamente reportada por todas as entidades (tal só acontece nos casos em que a variável tem associada a nomenclatura N, S, M). Note-se, no entanto, que os investigadores podem reconstruir a série temporal se recorrerem a tabelas de equivalência entre o POC e o SNC.

- Para além das quebras de série que afetam todas as bases de dados e a generalidade das entidades incluídas nas mesmas, existem ainda quebras de série que se verificam ao nível da empresa: os acontecimentos marcantes. Tal como descrito no tópico 3.4 (*“Quebras de série”*), os acontecimentos marcantes afetam a comparabilidade dos dados de uma determinada empresa, isto é, impedem a comparabilidade da informação entre exercícios contabilísticos. Nestes casos, torna-se importante dispor de uma variável que identifique, para cada empresa, o número de dias de tributação a que se referem as contas anuais¹²¹, bem como o tipo de acontecimento marcante. O SCIE não disponibiliza qualquer tipo de informação a este respeito¹²², contudo o Sabi apresenta duas variáveis que poderão auxiliar a identificação destes eventos, nomeadamente, a “Data de fecho” (que apresenta a data de fim do período de tributação) e o “Número de meses” (que revela o número de meses de tributação a que respeitam as contas anuais). Ainda que não tenha sido possível aceder diretamente às tabelas de exploração da CB, sabe-se que esta base de dados identifica os acontecimentos marcantes associados a cada empresa e o número de dias de tributação a que se referem as contas anuais.

¹²⁰ Para relembrar o significado desta nomenclatura, atente-se à informação apresentada no tópico 2.2.1 da presente dissertação (*“Alterações introduzidas nos Anexos A e R da IES”*).

¹²¹ Caso seja inferior a 365 dias, os investigadores podem identificar, desde logo, a ocorrência de uma descontinuidade na série temporal da empresa.

¹²² Apresenta, no entanto, um indicador que revela as mortes e nascimentos de empresas.

6.2 Características de cada base de microdados

A informação publicada pelas entidades responsáveis por cada uma das bases de microdados em análise (CB, Sabi e SCIE), aliada aos resultados da comparação efetuada no capítulo anterior, permitem concluir que existem três aspetos a considerar na escolha da base de dados a utilizar para fins de investigação e na interpretação dos valores apresentados pelas mesmas: as diferentes coberturas, o critério de consistência temporal considerado e o tratamento a que os dados estão sujeitos.

- A CB, o Sabi e o SCIE adotam diferentes coberturas no que se refere aos anexos da IES considerados, aos critérios de exclusão aplicados, às secções da CAE abrangidas, às formas jurídicas das entidades incluídas e à situação perante a atividade.

Os microdados da CB utilizados como base para a publicação dos QS referem-se apenas à informação reportada através do Anexo A da IES e exclui as contas anuais que apresentem volume de negócios e total do ativo inferiores a mil euros e zero pessoas ao serviço da empresa. Adicionalmente, são excluídas as empresas pertencentes às secções K, O, T e U da CAE. São consideradas diversas situações perante a atividade e formas jurídicas, desde que respeitem a sociedades não financeiras que reportem o Anexo A.

Quanto ao Sabi, a informação publicada é escassa, impedindo uma caracterização tão detalhada comparativamente às restantes bases de dados. Sabe-se apenas que, para os anos 2011, 2012 e 2013, a secção T não apresentou qualquer registo, desconhecendo-se os critérios de exclusão aplicados e os anexos da IES considerados. No entanto, o cruzamento dos dados da CB e do Sabi permitiu concluir que esta última base de dados apresenta a CAE, forma jurídica e situações perante a atividade mais atuais e não as do período a que se referem as contas anuais reportadas. Quer isto dizer que os investigadores que recorram ao Sabi perdem o histórico desta informação, uma vez que apenas são apresentados os valores mais recentes.

No que respeita ao SCIE, sabe-se que abrange duas formas jurídicas (“Empresas em Nome Individual” e “Sociedades”), sendo que o grupo das “Sociedades” inclui a informação reportada através dos Anexos A, D e I (caso constituam EIRL). São

incluídas na base de microdados apenas as empresas consideradas como economicamente ativas (isto é, com Volume de Negócios ou Principais Gastos com valor diferente de zero) que pertençam a todas as secções da CAE exceto a K, O, T e U.

As características apresentadas anteriormente conduzem a diferenças elevadas no número total de entidades incluídas, por defeito, em cada base de microdados. Face à informação exposta, seria expectável que o SCIE apresentasse um maior número de entidades comparativamente à CB, uma vez que considera um maior número de Anexos da IES como fonte de informação. No entanto, tal não se verifica e os critérios de exclusão parecem estar na génese desta situação: o SCIE apenas apresenta as contas anuais das empresas consideradas como economicamente ativas.

- Tal como referido no tópico 4.3.1. (“*Consistência temporal dos dados*”), as contas reportadas pelas empresas respeitam ao ano que conta com um maior número de dias de tributação. Para a grande maioria das empresas, esta regra equivale a considerar que as contas reportadas no ano t incluem empresas com término do exercício económico até ao dia 30 de junho de $t+1$. Esta regra vigora na CB e no SCIE, contudo, no Sabi, torna-se necessário definir 30 de junho como data limite para o término do exercício económico uma vez que, por omissão, esta base de dados considera 31 de março.
- No que concerne ao tratamento da informação recebida através da IES, tanto o Banco de Portugal como o INE disponibilizam documentos metodológicos referentes à CB e ao SCIE, respetivamente. Relembre-se que, tal como referido no Capítulo 3, ambas as bases de dados procedem ao tratamento da não-resposta e à imputação de valores para algumas variáveis em falta, bem como ao controlo de qualidade dos dados reportados. Contudo, quanto ao Sabi desconhece-se o eventual tratamento dado à informação, uma vez que não existem documentos publicados a este respeito.

Tendo por base a análise efetuada no Capítulo 5, importa reter que os métodos de imputação e tratamento dos dados conduzem a duas situações: os

valores em falta no Sabi (associados ao Volume de Negócios, Total do Ativo e/ou NPS), surgem como valores nulos na CB; e, no caso específico do NPS, a imputação de dados no SCIE faz com que esta variável apresente valores iguais ou superiores a um, enquanto na CB se procede à imputação com valores nulos.

Importa ainda alertar os investigadores que as variáveis apresentadas em cada base de microdados nem sempre têm definições e modos de cômputo coerentes: no Total do Ativo detetaram-se diferenças conceituais a que se deve atender não só para a escolha da base de dados, mas também para uma melhor interpretação dos mesmos. Na presente dissertação apenas se procedeu à análise de três variáveis da IES, contudo, podem surgir situações semelhantes às descritas nos parágrafos anteriores para outras variáveis da IES.

Referências Bibliográficas

Ahmad, N., De Backer, K. e Yoon, Y. (2009), “An OECD perspective on microdata access: Trends, opportunities and challenges”, *Statistical Journal of the IAOS*, Vol. 26 Issue 3/4, pp. 57-63, 2009/2010.

Autoridade Tributária (2015a), “IES – Declaração anual – Folha de Rosto”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/CAE6B7CE-B9A0-403A-A6C7-8A7EC8F5D25C/0/ANUAL.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015b), “IES – Declaração anual - Anexo A”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/8DA59E51-0062-4558-B663-B483D7208E93/0/ANUAL-AN-A.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015c), “IES – Declaração anual - Anexo B”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/6F15E03A-5A1C-4E75-8A6A-B3834E57B0F1/0/ANUAL-AN-B.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015d), “IES – Declaração anual - Anexo C”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/AA5E3844-038C-4CF5-AF7F-2CDE7E2B0716/0/ANUAL-AN-C.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015e), “IES – Declaração anual - Anexo D”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/6FC17F85-035C-4675-8FEF-72D617A70886/0/ANUAL-AN-D.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015f), “IES – Declaração anual - Anexo E”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/B63D8266-00C6-4651-9C02-C6A92B75B301/0/ANUAL-AN-E.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015g), “IES – Declaração anual - Anexo F”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/390982CC-EE14-4D79-A9A9-94E8E36BE6D2/0/ANUAL-AN-F.pdf>, acessido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015h), “IES – Declaração anual - Anexo G”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/84E74664-79C1-4C47-8DF7-AB68F1B68DE7/0/ANUAL-AN-G.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015i), “IES – Declaração anual - Anexo H”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/B8851E56-EFFE-4B07-B34E-FEA432E86AB8/0/ANUAL-AN-H.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015j), “IES - Declaração anual - Anexo I”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/AF2D5410-301E-4201-8F64-1292630F80E4/0/ANUAL-AN-I.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015k), “IES - Declaração anual - Anexo L”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/C48CD91B-1E60-44DE-8EC8-6ADB7E136D7F/0/ANUAL-AN-L.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015l), “IES - Declaração anual - Anexo M”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/97F32DE8-768A-43CF-BAC7-BB701AC2FEF7/0/ANUAL-AN-M.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015m), “IES - Declaração anual - Anexo N”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/F1ED8E18-9CE3-47DB-9407-EE82C78C883D/0/ANUAL-AN-N.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015n), “IES - Declaração anual - Anexo O”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/015EEA7C-7B92-41B7-AF65-39465796467D/0/ANUAL-AN-O.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015o), “IES - Declaração anual - Anexo P”,
<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/F3AEF1FE-A235-4B98-A270-43A7671E79BA/0/ANUAL-AN-P.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015p), “IES - Declaração anual - Anexo Q”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/53C879E9-41BC-4D13-B47C-C3B50A05A0D1/0/ANUAL-AN-Q.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015q), “IES - Declaração anual - Anexo R”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/3213955F-B523-43F2-948E-D1D8B153BF7F/0/ANUAL-AN-R.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015r), “IES - Declaração anual - Anexo S”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/75529C2A-5460-43EC-A35B-BC71276C533A/0/ANUAL-AN-S.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária (2015s), “IES - Declaração anual - Anexo T”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/248BD2B5-89C5-4792-860A-06F94320D7DD/0/ANUAL-AN-T.pdf>, acedido em 06 de outubro de 2016.

Autoridade Tributária, Instituto dos Registos e do Notariado I.P., Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal (2015), “Informação Empresarial Simplificada; Declaração Anual: Perguntas & Respostas”, Impressos 2015, http://www.ies.gov.pt/site_IES/site/ficheiros/IES-PF-PerguntasFrequentes.pdf, acedido em 01 de outubro de 2016.

Banco de Portugal (2005), “Estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços”, *Suplemento 5/2005 ao Boletim Estatístico*, dezembro de 2005.

Banco de Portugal (2008a), “Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços”, *Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico*, maio de 2008.

Banco de Portugal (2008b), “Estatísticas de Títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados”, *Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico*, junho de 2008.

- Banco de Portugal (2009), “Estatísticas das Sociedades Não Financeiras da Central de Balanços”, *Documento Metodológico*, versão 2, publicado em dezembro de 2009, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/MetodologiasE NomenclaturasEstatisticas/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/38/dm-soc-nfin-cb-pt.pdf> , acedido em 22 de dezembro de 2015.
- Banco de Portugal (2010), “Quadros da Empresa e do Sector”, *Estudos da Central de Balanços/1*, novembro de 2010.
- Banco de Portugal (2011a), “Central de Responsabilidades de Crédito”, *Cadernos do Banco de Portugal*, N.º 5, maio de 2011.
- Banco de Portugal (2011b), “Novos Quadros da Empresa e do Setor – Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística”, *Estudos da Central de Balanços/6*, dezembro de 2011.
- Banco de Portugal (2012), “A Gestão da Qualidade das Estatísticas nas Estatísticas do Banco de Portugal”, *Suplemento 1/2012 ao Boletim Estatístico*, janeiro de 2012.
- Banco de Portugal (2013), “Estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços – Notas Metodológicas”, *Suplemento 2/2013 ao Boletim Estatístico*, outubro de 2013.
- Banco de Portugal (2014), “Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas (Série Longa 1995-2013) ”, *Estudos da Central de Balanços/19*, novembro de 2014.
- Banco de Portugal (2016a), “Comité Europeu das Centrais de Balanços”, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/ComiteEuropeudasCentraisdeBalanços/Paginas/ComiteEuropeudasCentraisdeBalanços.aspx>, acedido em 20 de janeiro de 2016.

- Banco de Portugal (2016b), “Boletim Estatístico”, janeiro de 2016, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Publicacoes/BEJan16.pdf>,
acedido em 22 de janeiro de 2016.
- Bholat, D. (2015), “Big Data and central banks”, *Big Data & Society (SAGE)*, January–June 2015, pp. 1–6.
- Bureau van Dijk (2015), “Sabi”, <http://www.bvdinfo.com/en-gb/about-us/brochure-library/brochures/sabi-portuguese>,
acedido em 12 de outubro de 2015.
- Bureau van Dijk (2016a), “Company History”, <http://www.bvdinfo.com/en-gb/about-us/company-history>,
acedido em 31 de janeiro de 2016.
- Bureau van Dijk (2016b), “Overview”, <http://www.bvdinfo.com/en-gb/about-us/overview>,
acedido em 31 de janeiro de 2016.
- Bureau van Dijk (2016c), “Information Providers”, https://help.bvdinfo.com/mergedProjects/WHDOTNETOWNERSHIP_EN/Home.htm,
acedido em 01 de fevereiro de 2016.
- Cameron, A. C. e Trivedi, P. K. (2010), *Microeconometrics using Stata*, Revised Edition, College Station, Texas, Stata Press.
- Dupriez, O. e Boyko, E. (2010), “Dissemination of Microdata Files – Principles, Procedures and Practices”, *International Household Survey Network*, IHSN Working Paper N.º 005, August 2010,
<http://www.surveynetwork.org/home/sites/default/files/resources/IHSN-WP005.pdf>,
acedido em 10 de janeiro de 2016.
- Einav, L. e Levin, J. (2013), “The Data Revolution and Economic Analysis”, *NBER Innovation Policy & the Economy*, University of Chicago Press, Vol. 14 Issue 1, pp. 1-24.

- ERICA Working Group (2015), “Integrated Reporting”, Document N. °4.2, October 2015, https://www.eccbso.org/wba/pubblica/pubblicazioni/file/Doc4_2-ERICA WG_integratedReporting_2015_F.pdf, acessado em 03 de dezembro de 2015.
- Eurostat (2011), “European Statistics Code of Practice”, Revised Edition 2011, <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5921861/KS-32-11-955-EN.PDF/5fa1ebc6-90bb-43fa-888f-dde032471e15> , acessado em 13 de janeiro de 2016.
- Eurostat (2015), “Peer reviews in the European Statistical System”, <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/64157/4372828/Peer+reviews+in+the+ESS/3bb3ad9d-466d-484c-a018-4548bb5866fc> , acessado em 13 de janeiro de 2016.
- Friedman, John N. (2015), “The Transformative Role of Administrative Data in Evaluating Economic Policies”, *Brown University and NBER*, January 2015, https://www.aeaweb.org/committees/Govt_Relations/PDFs/Friedman_Admin_Data_Slides.pdf, acessado em 01 de outubro de 2015.
- Heckman, James J. (2001), “Micro Data, Heterogeneity, and the Evaluation of Public Policy: Nobel Lecture”, *Journal of Political Economy*, Vol. 109, N. ° 4, pp. 673-748.
- Heffetz, O. e Ligett, K. (2014), “Privacy and Data-Based Research”, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 28, N.° 2, pp.75-98.
- IAPMEI (2015a), “Empresa Individual - Empresário em Nome Individual”, <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=470>, acessado em 28 de outubro de 2015.
- IAPMEI (2015b), “Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (E.I.R.L.)”, <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=471>, acessado em 28 de outubro de 2015.

- INE (2007), “Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Rev.3”, https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf, acedido em 12 de outubro de 2015.
- INE (2008), “Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)”, *Documento Metodológico 2005*, versão 2.0, publicado em janeiro de 2008, <http://smi.ine.pt/UploadFile/Download/1661> , acedido em 22 de dezembro de 2015.
- INE (2011), “Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras”, *Documento Metodológico 2011*, versão 2.2, publicado em março de 2011, <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1276>, acedido em 22 de dezembro de 2015.
- INE (2014), “Sistema de Contas Integradas das Empresas – Nova Série”, *Nota Metodológica*, publicado em janeiro de 2014.
- INE (2015a), “Protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística(INE, I.P.), Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) e Direção Geral das Estatística da Educação e Ciência (DGEEC)”, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=387114, acedido em 26 de outubro de 2015.
- INE (2015b), “Empresas em Portugal 2013”, Edição 2015, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=224784102&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2, acedido em 22 de novembro de 2015.
- INE (2016), “Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)”, *Documento Metodológico 2012*, versão 3.0, publicado em março de 2016, <http://smi.ine.pt/UploadFile/Download/1978>, acedido em 16 de março de 2016.

- Menezes, P. e D'Aguiar, L. (2013), “Impact and benefits of micro-databases’ integration on the statistics of the Banco de Portugal”, in Banco de Portugal, *Supplement 4/2013 to the Statistical Bulletin*, Lisboa, pp. 13-19.
- OCDE (2014), “OECD Expert Group for International Collaboration on Microdata Access – Final Report”, Paris, July 2014, <http://www.oecd.org/std/microdata-access-final-report-OECD-2014.pdf> , acedido em 10 de janeiro de 2016.
- OCDE (2015a), “New Approaches to Economic Challenges: Main Messages”, May 2015, http://www.oecd.org/naec/OECD-New-Approaches-To-Economic-Challenges_Main-Messages.pdf , acedido em 13 de janeiro de 2015.
- OCDE (2015b), “Meeting of the OECD Council at Ministerial Level”, Paris, 3-4 June 2015, <http://www.oecd.org/mcm/documents/Final-NAEC-Synthesis-Report-CMIN2015-2.pdf> , acedido em 13 de janeiro de 2015.
- Taylor, L., Schroeder, R. e Meyer, E. (2014), “Emerging practices and perspectives on Big Data analysis in economics: Bigger and better or more of the same?”, *Big Data & Society (SAGE)*, July–December 2014, pp.1–10.
- Varian, Hal R. (2014), “Big Data: New Tricks for Econometrics”, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 28, N. ° 2, pp. 3-28.
- Wooldridge, J. M. (2010), *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*, Cambridge, MIT Press.

Legislação

- Decreto Regulamentar n.º 5/2015. (2015), “Aprova a orgânica da Direção-Geral das Atividades Económicas”, *Diário da República I Série*. N.º 139 (2015.07.20), pp. 4912 – 4914, Ministério da Economia.
- Decreto-Lei n.º 10/2015. (2015), “No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas

atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo”, Diário da República I Série. N.º 11 (2015.01.16), pp. 454-499, Ministério da Economia.

Decreto-Lei n.º 116/2008. (2008), “Adopta medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de actos e procedimentos no âmbito do registo predial e actos conexos”, Diário da República I Série. N.º 128 (2008.07.04), pp. 4134-4196, Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 118/2001. (2001), “Altera a Lei Orgânica do Banco de Portugal”, Diário da República I-A Série. N.º 90 (2001.04.17), pp. 2182 – 2183, Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 123/2011. (2011), “Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça”, Diário da República I Série. N.º 249 (2011.12.29), pp. 5481-5490, Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 142/2013. (2013), “Procede à quinta alteração à Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro”, Diário da República I Série. N.º 202 (2013.10.18), pp. 6151 – 6161, Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 159/2009. (2009), “No uso da autorização legislativa concedida pelos n.os 1 e 2 do artigo 74.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, altera o Código do IRC, adaptando as regras de determinação do lucro tributável às normas internacionais de contabilidade tal como adoptadas pela União Europeia, bem como aos normativos contabilísticos nacionais que visam adaptar a contabilidade a essas normas”, Diário da República I Série. N.º 133 (2009.07.13), pp. 4384 – 4448, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 204/2008. (2008), “No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 15/2008, de 18 de Março, aprova o regime jurídico relativo à Central de Responsabilidades de Crédito”, Diário da República I Série. N.º 199 (2008.10.14), pp. 7381-7383, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 209/2012. (2012), “Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, bem como legislação conexa com emolumentos e taxas”, Diário da República I Série. N.º 182 (2012.09.19), pp.5266-5278, Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 250/2012. (2012), “Introduz alterações no Código do Registo Comercial, no Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, e no Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio, alterando o regime do incumprimento da obrigação do registo da prestação de contas”, Diário da República I Série. N.º227 (2012.11.23), pp.6741-6744, Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 292/2009. (2009), “No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 123.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, estabelece o regime fiscal aplicável a produtos comercializados pelas empresas seguradoras, pelas sociedades gestoras de fundos de pensões e pelas associações mutualistas, alterando também para 15 de Julho o prazo de envio, por transmissão electrónica de dados, das declarações que integram a informação empresarial simplificada”, Diário da República I Série. N.º 198 (2009.10.13), pp.7529-7533, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 298/92. (1992), “Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras”, Diário da República I Série. N.º 301 (1992.12.31), 6.º Suplemento, pp. 6056- (24) – 6056- (51), Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 318/2007. (2007), “Aprova um regime especial de aquisição imediata e de aquisição online de marca registada e altera o Código da Propriedade Industrial, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 145/85, de 8 de Maio, o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de Julho, o Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de Junho, e o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março”, Diário da República I Série. N.º 186 (2007.09.26), Ministério da Justiça, pp. 6828 – 6834.

Decreto-Lei n.º 31-A/2012. (2012), “No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 58/2011, de 28 de Novembro, confere poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, procede à criação de um Fundo de Resolução e, bem assim de um procedimento pré-judicial de liquidação para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, sendo ainda alterados outros aspectos relacionados com o processo de liquidação”, Diário da República I Série. N.º 30 (2012.02.10), 1.º Suplemento, pp. 678- (2) – 678- (101), Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 39/2007. (2007), “Procede à terceira alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Banco de Portugal”, Diário da República I Série. N.º 36 (2007.02.20), pp. 1268 – 1270, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 403/86. (1986), “Aprova o Código do Registo Comercial”, Diário da República I Série. N.º 278 (1986.12.03), pp. 3623 – 3638, Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 50/2004. (2004), “Altera os artigos 8.º a 11.º, 53.º e 55.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro”, Diário da República I-A Série. N.º 59 (2004.03.10), pp. 1295 – 1296, Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 8/2007. (2007), “Altera o regime jurídico da redução do capital social de entidades comerciais, eliminando a intervenção judicial obrigatória e promovendo a simplificação global do regime, cria a Informação Empresarial Simplificada (IES) e procede à alteração do Código das Sociedades Comerciais, do Código de Registo Comercial, do Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto, do Código de Processo Civil, do Regime Nacional de Pessoas Colectivas e do Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado”, Diário da República I Série. N.º 12 (2007.01.17), pp. 378-388, Ministério da Justiça.

Lei n.º 22/2008. (2008), “Lei do Sistema Estatístico Nacional”, Diário da República I Série. N.º 92 (2008.05.13), pp. 2617 – 2622, Assembleia da República.

Lei n.º 23-A/2015. (2015), “Transpõe as Diretivas 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro”, Diário da República I Série. N.º 60 (2015.03.26), 1.º Suplemento, pp. 1700- (2) – 1700- (247), Assembleia da República.

Lei n.º 5/98. (1998), “Altera a Lei Orgânica do Banco de Portugal, tendo em vista a sua integração no Sistema Europeu de Bancos Centrais”, Diário da República I Série. N.º 26 (1998.01.31), pp. 405 – 415, Assembleia da República.

Portaria n.º 1256/2009. (2009), “Regulamenta a disponibilização de modelos de projectos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro”, Diário da República I Série. N.º 199 (2009.10.14), pp. 7731 – 7733, Ministério da Justiça.

Portaria n.º 1416-A/2006. (2006), “Regula o regime da promoção electrónica de actos de registo comercial e cria a certidão permanente”, Diário da República I Série. N.º 242 (2006.12.19), 2.º Suplemento, pp. 8500- (38) -8500- (42), Ministério da Justiça.

Portaria n.º 286/2012. (2012),” Altera as Portarias n.os 1416-A/2006, de 19 de dezembro, 1594/2007, de 17 de dezembro, 622/2008, de 18 de julho, 1513/2008, de 23 de dezembro, 1535/2008, de 30 de dezembro, 307/2009, de 25 de março, 696/2009, de 30 de junho, e 145/2010, de 10 de março”, Diário da República I Série. N.º 183 (2012.09.20), pp.5319-5322, Ministério da Justiça.

Portaria n.º 370/2015. (2015), “Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada (IES) e revoga a Portaria n.º 499/2007, de 30 de abril”, Diário da República I Série. N.º 205 (2015.10.20), pp. 9115-9116, Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Justiça e da Economia.

Portaria n.º 499/2007. (2007), “Estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão electrónica de dados”, Diário da República I Série. N.º 83 (2007.04.30), pp. 2798-2799, Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça.

Portaria n.º 562/2007. (2007), “Altera as Portarias n.º 657-A/2006, de 29 de Junho, e 1416-A/2006, de 19 de Dezembro, fixando os termos e a taxa devida pelo registo automático e electrónico da prestação de contas, no âmbito da informação empresarial simplificada (IES), e regulando o acesso à base de dados das contas anuais”, Diário da República I Série. N.º 83 (2007.04.30), pp. 2918 – 2921, Ministério da Justiça.

Anexos

Anexo 1 – Formas Jurídicas do SCIE

Formas Jurídicas do SCIE
00. Ignorado / desconhecido
01. Pessoa coletiva de direito público
02. Pessoa coletiva internacional
06. Organismo da administração pública
09. Empresa pública empresarial
15. Entidade pública municipal, intermunicipal e regional (SIRCOM)
20. Sociedade civil
23. Sociedade civil com personalidade jurídica
31. Sociedade em nome coletivo
32. Sociedade anónima
33. Sociedade em comandita
34. Sociedade por quotas
38. Agrupamento europeu de interesse económico
39. Agrupamento complementar de empresas
40. Cooperativa
48. Cooperativa em 2º grau
60. Pessoa coletiva religiosa
61. Pessoa coletiva religiosa católica
62. Pessoa coletiva religiosa não católica
69. Pessoa coletiva de utilidade pública (SIRCOM)
70. Pessoa coletiva estrangeira
71. Entidade equiparada estrangeira-identificação
72. Representação permanente não sujeita a registo

76. Sociedade civil estrangeira
79. Representação permanente
84. Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada
90. Sociedade irregular
91. Sucursal financeira exterior
96. Representação de pessoa coletiva internacional
97. Trust
98. Entidade equiparada a pessoa coletiva
100. Associação de direito público
101. Associação de direito público e utilidade pública
102. Associação de direito privado
103. Associação de direito privado e utilidade pública
160. Fundação de direito público
161. Fundação de direito público e utilidade pública
162. Fundação de direito privado
163. Fundação de direito privado e utilidade pública

Fonte: INE, 2014, página 10.

Anexo 2 – Relação entre as secções e divisões da CAE Rev. 3

CAE – Rev. 3		
Secção	Designação	Relação Secção/Divisão
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	01+02+03
B	Indústrias extrativas	05+06+07+08+09
C	Indústrias transformadoras	10+11+12+13+ 14+15+16+ +17+18+19+20+21+22+23+ +24+25+26+27+28+29+30+ +31+32+33
D	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	35
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição.	36+37+38+39
F	Construção	41+42+43
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	45+46+47
H	Transportes e armazenagem	49+50+51+52+53
I	Alojamento, restauração e similares	55+56
J	Atividades de informação e de comunicação	58+59+60+61+62+63
K	Atividades financeiras e de seguros	64+65+66
L	Atividades imobiliárias	68
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	69+70+71+72+73+74+75
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	77+78+79+80+81+82
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	84
P	Educação	85
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	86+87+88
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	90+91+92+93
S	Outras atividades de serviços	94+95+96
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	97+98
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	99

Fonte: elaboração própria, com base na publicação do INE (2007), página 39.

**Anexo 3 – Formas Jurídicas das empresas da CB e do Sabi presentes
nos anos 2011, 2012 e 2013**

Formas Jurídicas da CB presentes nos anos 2011, 2012 e 2013
1. Agrupamento Complementar de Empresas e Agrupamento Europeu
2. Agrupamento Complementar de Empresas
3. Agrupamento Europeu de Interesse Económico
4. Associação de direito privado
5. Associação de direito público
6. Associação ou Fundação
7. Cooperativa
8. Cooperativa de 2.º grau
9. Empresa Municipal
10. Entidade Equiparada Estrangeira – Identificação
11. Entidade Equiparada a Pessoa Coletiva
12. Entidade Pública Empresarial
13. Entidade Pública Municipal, Intermunicipal e Regional
14. Fundação de direito privado
15. Fundação de direito público
16. Não residentes sem estabelecimento estável
17. Organismo de Administração Pública
18. Outras Sociedades
19. Outras Sociedades (IES)
20. Outros
21. Pessoa Coletiva Internacional
22. Pessoa Coletiva Religiosa
23. Pessoa Coletiva Religiosa Não Católica
24. Pessoa Coletiva de Direito Público
25. Pessoa Coletiva de Utilidade Pública
26. Representação Permanente Não Sujeita a Registo
27. Representação Permanente
28. Sociedade Anónima
29. Sociedade Civil
30. Sociedade Irregular
31. Sociedade Civil com personalidade jurídica
32. Sociedade em Comandita
33. Sociedade em Nome Coletivo
34. Sociedade por Quotas
35. Sucursal Financeira Exterior
36. [Desconhecido / Em atribuição]

Formas Jurídicas do Sabi presentes nos anos 2011, 2012 e 2013	
a.	Agrupamento Complementar de Empresas
b.	Associação
c.	Cooperativa
d.	Empresário em Nome Individual (ENI)
e.	Entidade Estrangeira
f.	Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL)
g.	Fundação
h.	Instituição Particular de Interesse Público
i.	Organismo de Administração Pública
j.	Sociedade Anónima
k.	Sociedade Anónima Desportiva
l.	Sociedade Civil
m.	Sociedade Unipessoal por Quotas
n.	Sociedade de Advogados
o.	Sociedade em Comandita
p.	Sociedade por Quotas
q.	n.d.

Fonte: cálculos próprios.

Anexo 4 – Análise dos microdados da CB, Sabi e SCIE em 2012 e 2013

Tabela 2.a – Distribuição do número de empresas por secções da CAE Rev.3, em 2012

2012 - Distribuição do número de empresas por CAE Rev. 3 *						
Secção da CAE	CB (dados publicados)		Sabi (dados com restrições)		SCIE (dados publicados)	
	%	N.º Empresas	%	N.º Empresas	%	N.º Empresas
A	3,1%	11 502	3,2%	10 252	3,2%	11 455
B	0,2%	904	0,2%	770	0,2%	832
C	10,7%	39 470	10,7%	34 095	10,6%	37 749
D	0,2%	790	0,2%	706	0,2%	753
E	0,3%	1 016	0,3%	880	0,3%	999
F	12,1%	44 834	11,3%	36 073	11,8%	41 795
G	26,7%	98 888	26,9%	85 566	26,7%	94 752
H	5,1%	18 810	5,2%	16 463	5,1%	18 202
I	9,1%	33 528	8,9%	28 391	9,2%	32 559
J	2,4%	9 002	2,4%	7 703	2,4%	8 580
K						
L	6,9%	25 623	7,1%	22 640	6,7%	23 873
M	9,6%	35 450	9,7%	30 898	9,6%	34 134
N	3,3%	12 275	3,3%	10 390	3,3%	11 673
O						
P	1,4%	5 073	1,4%	4 365	1,4%	4 905
Q	5,2%	19 311	5,6%	17 847	5,3%	18 962
R	1,3%	4 783	1,3%	4 004	1,3%	4 547
S	2,3%	8 618	2,2%	6 983	2,6%	9 125
T						
U						
[CAEMissing /Desconhecida]	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0
Total		369 877		318 026		354 895

* - Cálculos próprios

Tabela 2.b – Distribuição do número de empresas por secções da CAE Rev.3, em 2013

2013 - Distribuição do número de empresas por CAE Rev. 3 *						
Secção da CAE	CB (dados publicados)		Sabi (dados com restrições)		SCIE (dados publicados)	
	%	N.º Empresas	%	N.º Empresas	%	N.º Empresas
A	3,4%	12 540	3,5%	11 089	3,5%	12 510
B	0,2%	865	0,2%	732	0,2%	814
C	10,5%	39 142	10,7%	34 227	10,6%	37 583
D	0,2%	784	0,2%	718	0,2%	763
E	0,3%	1 040	0,3%	885	0,3%	1 016
F	11,6%	43 113	10,9%	34 733	11,2%	39 760
G	26,7%	98 893	26,8%	85 604	26,6%	94 634
H	5,0%	18 412	5,0%	16 071	5,0%	17 792
I	9,2%	34 073	9,0%	28 694	9,2%	32 786
J	2,5%	9 410	2,5%	8 061	2,5%	9 013
K						
L	6,9%	25 534	7,1%	22 725	6,7%	23 791
M	9,8%	36 224	9,9%	31 485	9,8%	34 942
N	3,3%	12 363	3,3%	10 512	3,3%	11 807
O						
P	1,4%	5 085	1,4%	4 454	1,4%	4 904
Q	5,4%	20 060	5,8%	18 526	5,6%	19 741
R	1,3%	4 981	1,3%	4 195	1,3%	4 727
S	2,3%	8 555	2,2%	6 908	2,6%	9 077
T						
U						
[CAEMissing /Desconhecida]	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0
Total		371 074		319 619		355 660

* - Cálculos próprios

Tabela 3.a – Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, em 2012

Distribuição das empresas por escalões de Volume de Negócios *							
2012	<div>Missing values</div> <div>0 €</div> <div>]0€, 1M€[</div> <div>[1M€, 2M€[</div> <div>[2M€, 5M€[</div> <div>[5M€, 10M€[</div> <div>[10M€, 20M€[</div> <div>[20M€, 50M€[</div> <div>[50M€, 200M€[</div> <div>[200M€, +∞[</div> <div>Total</div>	CB		Sabi		SCIE	
		0,0%	0	15,2%	48 427	0,0%	0
		18,3%	67 867	0,0%	71	12,7%	45 124
		74,0%	273 845	76,2%	242 344	79,2%	281 161
		3,4%	12 640	3,8%	12 107	3,6%	12 857
		2,3%	8 645	2,6%	8 349	2,5%	8 791
		0,9%	3 343	1,0%	3 225	1,0%	3 398
		0,5%	1 801	0,5%	1 749	0,5%	1 813
		0,3%	1 092	0,3%	1 073	0,3%	1 101
		0,1%	522	0,2%	546	0,1%	527
		0,0%	122	0,0%	135	0,0%	123
			369 877		318 026		354 895

- Cálculos próprios

Tabela 3.b – Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios, em 2013

Distribuição das empresas por escalões de Volume de Negócios *							
2013	<i>Missing values</i> 0 €]0€, 1M€[[1M€, 2M€[[2M€, 5M€[[5M€, 10M€[[10M€, 20M€[[20M€, 50M€[[50M€, 200M€[[200M€, +∞[Total	CB		Sabi		SCIE	
		0,0%	0	15,8%	50 517	0,0%	0
		19,1%	70 882	0,0%	59	13,1%	46 491
		73,3%	272 083	75,7%	241 821	78,9%	280 613
		3,4%	12 531	3,8%	12 054	3,6%	12 731
		2,3%	8 654	2,6%	8 389	2,5%	8 807
		0,9%	3 344	1,0%	3 229	1,0%	3 403
		0,5%	1 821	0,6%	1 760	0,5%	1 832
		0,3%	1 131	0,4%	1 120	0,3%	1 145
		0,1%	509	0,2%	540	0,1%	518
		0,0%	119	0,0%	130	0,0%	120
			371 074		319 619		355 660

- Cálculos próprios

Tabela 5.a – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, em 2012

Distribuição das empresas por escalões de Total do Ativo *							
2012		CB		Sabi		SCIE	
	Negativo	1,1%	3 974	0,0%	0	0,0%	0
	Missing values	0,0%	0	0,4%	1 208	0,0%	0
	0 €	0,6%	2 361	0,1%	328	1,2%	4 306
]0€, 1M€[87,0%	321 695	86,9%	276 352	86,9%	308 287
]1M€, 2M€[5,0%	18 674	5,5%	17 581	5,3%	18 838
]2M€, 5M€[3,5%	13 032	3,9%	12 470	3,7%	13 213
]5M€, 10M€[1,3%	4 865	1,5%	4 714	1,4%	4 912
]10M€, 20M€[0,7%	2 592	0,8%	2 551	0,7%	2 614
]20M€, 50M€[0,4%	1 637	0,5%	1 648	0,5%	1 645
]50M€, 200M€[0,2%	823	0,3%	905	0,2%	848
]200M€, +∞[0,1%	224	0,1%	269	0,1%	232
	Total		369 877		318 026		354 895

- Cálculos próprios

Tabela 5.b – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo, em 2013

Distribuição das empresas por escalões de Total do Ativo *							
2013		CB		Sabi		SCIE	
	Negativo	1,0%	3 590	0,0%	0	0,0%	0
	Missing values	0,0%	0	0,4%	1 156	0,0%	0
	0 €	0,6%	2 093	0,1%	393	1,1%	4 015
]0€, 1M€[87,4%	324 318	87,2%	278 737	87,2%	310 012
]1M€, 2M€[4,9%	18 364	5,4%	17 266	5,2%	18 543
]2M€, 5M€[3,4%	12 744	3,8%	12 178	3,6%	12 949
]5M€, 10M€[1,3%	4 819	1,5%	4 682	1,4%	4 919
]10M€, 20M€[0,7%	2 544	0,8%	2 487	0,7%	2 567
]20M€, 50M€[0,4%	1 584	0,5%	1 587	0,4%	1 592
]50M€, 200M€[0,2%	797	0,3%	869	0,2%	833
]200M€, +∞[0,1%	221	0,1%	264	0,1%	230
	Total		371 074		319 619		355 660

- Cálculos próprios

Tabela 7.a – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, em 2012

Distribuição das empresas por escalões de Número Médio de Pessoas ao serviço (NPS) *						
	CB		Sabi		SCIE	
<i>Missing values</i>	0,0%	0	18,3%	58 258	0,0%	0
Zero	21,1%	77 887	0,0%	0	0,0%	0
[1, 10[68,2%	252 090	69,8%	222 042	88,5%	314 027
2012 [10, 50[9,2%	34 034	10,1%	32 062	9,8%	34 880
[50, 250[1,4%	5 107	1,5%	4 883	1,5%	5 215
[250, +∞[0,2%	759	0,2%	781	0,2%	773
Total		369 877		318 026		354 895

- Cálculos próprios

Tabela 7.b – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, em 2013

Distribuição das empresas por escalões de Número Médio de Pessoas ao serviço (NPS) *						
	CB		Sabi		SCIE	
<i>Missing values</i>	0,0%	0	19,1%	61 003	0,0%	0
Zero	22,1%	82 102	0,0%	0	0,0%	0
[1, 10[67,6%	250 717	69,6%	222 367	89,0%	316 394
2013 [10, 50[8,8%	32 502	9,6%	30 697	9,4%	33 379
[50, 250[1,3%	4 995	1,5%	4 785	1,4%	5 113
[250, +∞[0,2%	758	0,2%	767	0,2%	774
Total		371 074		319 619		355 660

- Cálculos próprios

Anexo 5 – Cruzamento dos microdados da CB e do Sabi

Tabela 11.a – Cruzamento da CAE Rev. 3 das empresas incluídas na CB e no Sabi, em 2012

2012 - Cruzamento da CAE das empresas da CB e do Sabi *																										
Sabi CB	Emp. missing	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	U	Total	=	!=	Total	%
Emp. missing	n.a.	11	0	32	0	2	50	113	22	43	11	12	52	53	19	2	10	37	19	24	0	512	n.a.	n.a.		
[CAE Desc.]	96	1	0	1	0	0	4	9	0	1	0	1	2	1	1	0	0	3	1	0	0	25	0	25	121	0,03%
A	1 864	9 910	0	37	2	0	8	60	3	26	0	0	20	9	9	0	1	4	2	0	0	10 091	9 910	181	11 955	2,99%
B	151	2	753	8	0	3	2	2	3	1	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	778	753	25	929	0,23%
C	6 096	40	1	33 371	2	5	83	332	7	129	12	3	52	43	21	0	1	15	2	11	0	34 130	33 371	759	40 226	10,06%
D	106	0	0	2	685	0	4	4	0	1	0	2	1	10	1	0	0	0	0	0	0	710	685	25	816	0,20%
E	159	0	1	11	1	825	14	28	1	1	0	0	2	3	6	0	0	0	0	0	0	893	825	68	1 052	0,26%
F	9 766	39	6	83	6	3	35 538	156	25	68	3	5	198	64	30	1	0	6	8	3	0	36 242	35 538	704	46 008	11,51%
G	16 347	92	6	334	2	26	114	84 159	73	193	35	27	142	131	79	0	19	25	22	35	0	85 514	84 159	1 355	101 861	25,48%
H	2 785	10	0	8	0	4	11	69	16 269	11	1	2	8	7	20	0	1	2	7	1	0	16 431	16 269	162	19 216	4,81%
I	6 578	25	0	44	0	1	13	94	5	27 647	2	4	84	17	12	0	2	9	24	3	0	27 986	27 647	339	34 564	8,65%
J	1 690	4	0	11	0	0	13	60	1	7	7 550	2	9	51	21	0	5	2	6	2	0	7 744	7 550	194	9 434	2,36%
K	1 195	0	0	9	1	0	8	28	2	1	5	6 609	30	120	18	0	1	1	2	0	0	6 835	6 609	226	8 030	2,01%
L	3 980	50	0	31	0	1	93	92	5	147	4	17	21 862	87	27	0	6	19	7	2	0	22 450	21 862	588	26 430	6,61%
M	6 595	28	2	59	7	2	74	202	18	34	44	50	109	30 196	86	0	25	14	16	7	0	30 973	30 196	777	37 568	9,40%
N	2 464	30	1	34	0	6	29	76	28	36	17	9	21	49	10 005	1	6	9	20	3	0	10 380	10 005	375	12 844	3,21%
O	253	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	4	2	39	0	0	0	0	0	47	39	8	300	0,08%
P	1 306	5	0	4	0	0	3	11	1	5	8	1	7	12	5	0	4 214	15	6	1	0	4 298	4 214	84	5 604	1,40%
Q	3 494	3	0	9	0	0	3	21	0	14	3	4	18	15	3	0	61	17 666	1	6	0	17 827	17 666	161	21 321	5,33%
R	3 251	2	0	3	0	1	4	20	3	28	5	2	8	17	20	0	7	3	3 856	5	0	3 984	3 856	128	7 235	1,81%
S	7 224	5	0	9	0	0	6	48	1	2	3	1	14	12	5	0	6	18	5	6 881	0	7 016	6 881	135	14 240	3,56%
T	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	3	3	0,00%
U	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	4	0,00%
Total empresas comuns																		324 358	318 036	6 322	399 761	100%				
																		%	100%	98,05%	1,95%					
Total comuns	75 403	10 246	770	34 068	706	878	36 024	85 471	16 446	28 352	7 692	6 740	22 590	30 850	10 372	41	4 355	17 811	3 985	6 960	1	324 358	Total empresas comuns			
=	n.a.	9 910	753	33 371	685	825	35 538	84 159	16 269	27 647	7 550	6 609	21 862	30 196	10 005	39	4 214	17 666	3 856	6 881	1	318 036	=			
!=	n.a.	336	17	697	21	53	486	1 312	177	705	142	131	728	654	367	2	141	145	129	79	0	6 322	!=			
Total		10 257	770	34 100	706	880	36 074	85 584	16 468	28 395	7 703	6 752	22 642	30 903	10 391	43	4 365	17 848	4 004	6 984	1	324 870				
%		3,16%	0,24%	10,50%	0,22%	0,27%	11,10%	26,34%	5,07%	8,74%	2,37%	2,08%	6,97%	9,51%	3,20%	0,01%	1,34%	5,49%	1,23%	2,15%	0,00%	100%				

- Cálculos próprios

Tabela 11.b – Cruzamento da CAE Rev. 3 das empresas incluídas na CB e no Sabi, em 2013

2013 - Cruzamento da CAE das empresas da CB e do Sabi *																										
Sabi CB	Emp. missing	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	U	Total	=	!=	Total	%
Emp. missing	n.a.	33	2	73	1	2	98	256	45	100	24	41	123	117	48	2	12	129	42	75	0	1 223	n.a.	n.a.		
[CAE Desc.]	60	0	0	0	0	0	1	7	1	0	0	1	3	1	0	0	0	1	1	0	0	16	0	16	76	0,02%
A	2 019	10 796	0	30	1	0	5	42	1	15	1	1	16	9	4	0	0	3	2	0	0	10 926	10 796	130	12 945	3,29%
B	158	1	718	6	0	2	1	1	2	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	735	718	17	893	0,23%
C	5 837	29	1	33 622	1	2	66	201	7	63	8	3	31	26	14	0	1	12	2	5	0	34 094	33 622	472	39 931	10,14%
D	100	1	0	2	699	0	0	1	0	1	0	2	1	10	1	0	0	0	0	0	0	718	699	19	818	0,21%
E	178	0	1	11	1	845	9	20	3	1	0	0	0	3	6	0	0	0	0	0	0	900	845	55	1 078	0,27%
F	9 447	28	5	63	6	3	34 292	105	17	50	3	5	137	43	22	0	0	3	6	2	0	34 790	34 292	498	44 237	11,23%
G	16 481	76	4	251	1	19	88	84 470	54	129	21	15	112	99	52	0	19	21	19	23	0	85 473	84 470	1 003	101 954	25,89%
H	2 781	10	0	4	0	3	7	50	15 906	3	1	1	5	7	11	0	1	1	7	2	0	16 019	15 906	113	18 800	4,77%
I	6 808	15	0	29	0	1	9	55	3	28 118	0	3	75	11	13	0	2	7	18	2	0	28 361	28 118	243	35 169	8,93%
J	1 732	3	0	7	0	0	9	49	0	10	7 936	0	9	40	17	0	2	0	3	1	0	8 086	7 936	150	9 818	2,49%
K	804	0	0	8	0	0	7	20	3	2	3	6 896	28	115	13	0	1	1	2	1	0	7 100	6 896	204	7 904	2,01%
L	3 842	44	0	22	0	1	60	68	3	121	4	12	22 051	57	20	0	3	12	5	0	0	22 483	22 051	432	26 325	6,68%
M	6 602	30	1	52	8	2	48	148	9	31	37	35	87	30 864	74	0	20	15	15	5	0	31 481	30 864	617	38 083	9,67%
N	2 480	19	0	33	0	5	20	51	19	21	10	7	15	42	10 196	1	3	7	12	3	0	10 464	10 196	268	12 944	3,29%
O	92	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	37	0	0	0	0	0	38	37	1	130	0,03%
P	1 035	2	0	1	0	0	4	8	0	4	4	1	5	12	5	0	4 329	10	2	1	0	4 388	4 329	59	5 423	1,38%
Q	2 445	3	0	6	0	0	4	16	0	10	2	2	13	10	3	0	55	18 289	3	9	0	18 425	18 289	136	20 870	5,30%
R	1 778	0	0	3	0	0	3	12	3	17	3	1	5	13	10	0	3	2	4 051	4	0	4 130	4 051	79	5 908	1,50%
S	3 665	4	0	8	0	0	4	41	0	1	4	1	7	10	4	0	3	13	5	6 775	0	6 880	6 775	105	10 545	2,68%
T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	0,00%
U	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	4	0,00%
Total empresas comuns																					325 510	320 891	4 619	393 857	100%	
																					%	100%	98,58%	1,42%		
Total comuns	68 347	11 061	730	34 158	717	883	34 637	85 365	16 031	28 598	8 037	6 986	22 604	31 373	10 466	38	4 442	18 397	4 153	6 833	1	325 510	Total empresas comuns			
=	n.a.	10 796	718	33 622	699	845	34 292	84 470	15 906	28 118	7 936	6 896	22 051	30 864	10 196	37	4 329	18 289	4 051	6 775	1	320 891	=			
!=	n.a.	265	12	536	18	38	345	895	125	480	101	90	553	509	270	1	113	108	102	58	0	4 619	!=			
Total		11 094	732	34 231	718	885	34 735	85 621	16 076	28 698	8 061	7 027	22 727	31 490	10 514	40	4 454	18 526	4 195	6 908	1	326 733				
%		3,40%	0,22%	10,48%	0,22%	0,27%	10,63%	26,21%	4,92%	8,78%	2,47%	2,15%	6,96%	9,64%	3,22%	0,01%	1,36%	5,67%	1,28%	2,11%	0,00%	100%				

- Cálculos próprios

Tabela 12.a – Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi, em 2012

2012 - Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi *			
CB		Sabi	
Cessou definitivamente atividade	8	Ativa	251 222
Dissolvida	2 407	Aquisição	1 081
Em constituição	3 903	Dissolução	32 319
Extinta	12 441	Encerramento Legal	183
Incorporada por fusão	17	Extinção	135
Inscrita	380 534	Falência	0
Por definir	35	Insolvência/Trâmites de Composição	4 737
[Desconhecido]	0	Liquidação	1 892
[Não Especificado]	416	Temporariamente Inativa	33 301
		n.d.	0
(1) Total	399 761	(1) Total	324 870
(2) Emp. existentes apenas no Sabi	512	(2) Emp. existentes apenas na CB	75 403
(1)+(2)	400 273	(1)+(2)	400 273

- Cálculos próprios

Tabela 12.b – Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi, em 2013

2013 - Situação perante a atividade das empresas da CB e do Sabi *			
CB		Sabi	
Cessou definitivamente atividade	14	Ativa	271 330
Dissolvida	2 229	Aquisição	762
Em constituição	3 385	Dissolução	22 895
Extinta	10 914	Encerramento Legal	151
Incorporada por fusão	37	Extinção	42
Inscrita	376 979	Falência	1
Por definir	24	Insolvência/Trâmites de Composição	2 877
[Desconhecido]	1	Liquidação	1 239
[Não Especificado]	274	Temporariamente Inativa	27 436
		n.d.	0
(1) Total	393 857	(1) Total	326 733
(2) Emp. existentes apenas no Sabi	1 223	(2) Emp. existentes apenas na CB	68 347
(1)+(2)	395 080	(1)+(2)	395 080

- Cálculos próprios

Tabela 13.a – Cruzamento da situação perante a atividade, em 2012

2012 - Cruzamento da situação perante a atividade *											
CB	Sabi	Empresas missing	Ativa	Aquisição	Dissolução	Encerramento Legal	Extinção	Insolvência/ Trâm.Comp.	Liquidação	Temp. Inativa	Total
Empresas missing		n.a.	326	0	82	1	0	7	5	91	512
Cessou definitivamente atividade		7	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Dissolvida		1 502	86	0	377	0	0	158	263	21	905
Emconstituição		1 056	2 169	6	250	1	0	29	13	379	2 847
Extinta		10 892	29	17	1 473	5	23	0	1	1	1 549
Incorporada por fusão		1	13	0	1	0	0	1	0	1	16
Inscrita		61 504	248 593	1 057	30 133	175	112	4 542	1 610	32 808	319 030
Por definir		29	5	0	1	0	0	0	0	0	6
[Desconhecido]		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[Não Especificado]		412	1	1	2	0	0	0	0	0	4
Total		75 403	250 896	1 081	32 237	182	135	4 730	1 887	33 210	324 358

- Cálculos próprios

Tabela 13.b – Cruzamento da situação perante a atividade, em 2013

2013 - Cruzamento da situação perante a atividade *												
CB	Sabi	Empresas missing	Ativa	Aquisição	Dissolução	Encerramento Legal	Extinção	Falência	Insolvência/ Trâm.Comp.	Liquidação	Temp. Inativa	Total
Empresas missing		n.a.	890	0	132	1	0	0	14	5	181	1 223
Cessou definitivamente atividade		13	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Dissolvida		1 342	93	0	307	0	2	0	153	311	21	887
Em constituição		708	2 157	4	161	1	0	0	25	10	319	2 677
Extinta		9 667	15	16	1 195	5	12	0	1	1	2	1 247
Incorporada por fusão		6	29	0	2	0	0	0	0	0	0	31
Inscrita		56 319	268 140	742	21 097	143	28	1	2 684	912	26 913	320 660
Por definir		19	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
[Desconhecido]		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[Não Especificado]		272	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Total		68 347	270 440	762	22 763	150	42	1	2 863	1 234	27 255	325 510

- Cálculos próprios

Tabela 14.a – Distribuição das empresas na CB por Forma Jurídica, em 2012

2012 - Distribuição das empresas da CB por Forma Jurídica (FJ) *			
	FJ apenas na CB	CB	Empresas só na CB
1 Agrup. Complem. Empresas e Agrup. Europeu	✓	6	6
2 Agrupamento Complementar de Empresas		559	555
3 Agrupamento Europeu de Interesse Económico	✓	8	8
4 Associação de direito privado	✓	835	835
5 Associação de direito público	✓	8	8
6 Associação ou Fundação	✓	74	74
7 Cooperativa		2 038	1 992
8 Cooperativa de 2º grau		53	51
9 Empresa Municipal		1	0
10 Entidade Equiparada Estrangeira - Identificação	✓	53	53
11 Entidade Equiparada a Pessoa Colectiva	✓	348	348
12 Entidade Pública Empresarial		99	16
13 Entidade Pública Municipal, Intermunicipal		207	18
14 Fundação de direito privado		22	21
15 Fundação de direito público		1	0
16 Não residentes, sem estabelecimento estável	✓	1	1
17 Organismo da Administração Pública	✓	42	42
18 Outras Sociedades		5	1
19 Outras Sociedades (IES)	✓	66	66
20 Outros	✓	1	1
21 Pessoa Colectiva Internacional	✓	2	2
22 Pessoa Colectiva Religiosa		603	599
23 Pessoa Colectiva Religiosa Não Católica	✓	67	67
24 Pessoa Colectiva de Direito Público		90	88
25 Pessoa Colectiva de Utilidade Pública		8 228	8 158
26 Representação Permanente Não Sujeita a Registo	✓	36	36
27 Representação permanente		1 487	416
28 Sociedade Anónima		25 583	2 421
29 Sociedade Civil		26	25
30 Sociedade Irregular	✓	1 054	1 054
31 Sociedade civil com personalidade jurídica		1 255	1 210
32 Sociedade em Comandita		24	2
33 Sociedade em nome colectivo		124	29
34 Sociedade por Quotas		337 478	52 621
35 Sucursal Financeira Exterior		0	0
36 [Desconhecido / Em atribuição]		19 277	4 579
Total de entidades cuja FJ existe apenas na CB		2 601	
(1) Total		399 761	75 403
(2) N.º de empresas só no SABI		512	
(1)+(2)		400 273	

- Cálculos próprios

Tabela 14.b – Distribuição das empresas na CB por Forma Jurídica, em 2013

2013 - Distribuição das empresas da CB por Forma Jurídica (FJ) *			
	FJ apenas na CB	CB	Empresas só na CB
1 Agrup. Complem. Empresas e Agrup. Europeu	✓	5	5
2 Agrupamento Complementar de Empresas		556	552
3 Agrupamento Europeu de Interesse Económico		9	8
4 Associação de direito privado		325	324
5 Associação de direito público	✓	4	4
6 Associação ou Fundação	✓	42	42
7 Cooperativa		1 739	1 698
8 Cooperativa de 2º grau		47	45
9 Empresa Municipal		1	0
10 Entidade Equiparada Estrangeira - Identificação	✓	48	48
11 Entidade Equiparada a Pessoa Colectiva	✓	200	200
12 Entidade Pública Empresarial		90	18
13 Entidade Pública Municipal, Intermunicipal		200	20
14 Fundação de direito privado	✓	6	6
15 Fundação de direito público		1	0
16 Não residentes, sem estabelecimento estável	✓	1	1
17 Organismo da Administração Pública	✓	28	28
18 Outras Sociedades		4	1
19 Outras Sociedades (IES)	✓	50	50
20 Outros	✓	1	1
21 Pessoa Colectiva Internacional	✓	2	2
22 Pessoa Colectiva Religiosa	✓	175	175
23 Pessoa Colectiva Religiosa Não Católica	✓	12	12
24 Pessoa Colectiva de Direito Público		28	27
25 Pessoa Colectiva de Utilidade Pública		2 464	2 442
26 Representação Permanente Não Sujeita a Registo	✓	35	35
27 Representação permanente		1 429	331
28 Sociedade Anónima		25 080	2 297
29 Sociedade Civil		26	25
30 Sociedade Irregular	✓	927	927
31 Sociedade civil com personalidade jurídica		1 274	1 234
32 Sociedade em Comandita		23	2
33 Sociedade em nome colectivo		117	34
34 Sociedade por Quotas		336 146	52 506
35 Sucursal Financeira Exterior		0	0
36 [Desconhecido / Em atribuição]		22 762	5 247
Total de entidades cuja FJ existe apenas na CB		1 536	
(1) Total		393 857	68 347
(2) N.º de empresas só no SABI		1 223	
(1)+(2)		395 080	

- Cálculos próprios

Tabela 15.a – Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica, em 2012

2012 - Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica (FJ) *			
	FJ apenas no Sabi	Sabi	Empresas só no Sabi
a Agrupamento Complementar de Empresas		4	0
b Associação		95	32
c Cooperativa		51	3
d Empresário em Nome Individual (ENI)	✓	21	21
e Entidade Estrangeira		1 073	4
f Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL)	✓	28	28
g Fundação		18	4
h Instituição Particular de Interesse Público		1	0
i Organismo de Administração Pública	✓	1	1
j Sociedade Anónima		24 223	74
k Sociedade Anónima Desportiva		22	0
l Sociedade Civil		1	0
m Sociedade Unipessoal por Quotas		73 400	116
n Sociedade de Advogados		1	0
o Sociedade em Comandita		29	1
p Sociedade por Quotas		225 565	227
q n.d.		337	1
Total de entidades cuja FJ apenas existe no SABI		50	
(1) Total		324 870	512
(2) N.º de empresas apenas na CB		75 403	
(1)+(2)		400 273	

- Cálculos próprios

Tabela 15.b – Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica, em 2013

2013 - Distribuição das empresas do Sabi por Forma Jurídica (FJ) *			
	FJ apenas no Sabi	Sabi	Empresas só no Sabi
a Agrupamento Complementar de Empresas		4	0
b Associação		149	128
c Cooperativa		50	7
d Empresário em Nome Individual (ENI)	✓	23	23
e Entidade Estrangeira		1 103	6
f Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL)	✓	24	24
g Fundação		24	20
h Instituição Particular de Interesse Público		1	1
j Sociedade Anónima		23 901	138
k Sociedade Anónima Desportiva		24	2
l Sociedade Civil		1	0
m Sociedade Unipessoal por Quotas		79 441	270
n Sociedade de Advogados		1	0
o Sociedade em Comandita		26	1
p Sociedade por Quotas		221 653	600
q n.d.		308	3
Total de entidades cuja FJ apenas existe no SABI		47	
(1) Total		326 733	1 223
(2) N.º de empresas apenas na CB		68 347	
(1)+(2)		395 080	

- Cálculos próprios

Tabela 16.a – Cruzamento das formas jurídicas para as empresas comuns, em 2012

2012 - Classificação da Forma Jurídica para as empresas comuns *																
CB	Sabi	a - Agrupamento Complementar de Empresas	b - Associação	c - Cooperativa	e - Entidade Estrangeira	g - Fundação	h - Inst. Particular Interesse Púb	j - Soc. Anónima	k - Soc. Anónima Desportiva	l - Soc. Civil	m - Soc. Unipessoal por Quotas	n - Soc. Advogados	o - Soc. em Comandita	p - Soc. por Quotas	q - n.d.	Total
2	Agrupamento Complementar de Empresas	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
7	Cooperativa	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46
8	Cooperativa de 2º grau	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
9	Empresa Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
12	Entidade Pública Empresarial	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	82	83
13	Entidade Pública Municipal, Intermunicipal	0	0	0	0	0	0	7	0	0	2	0	0	2	178	189
14	Fundação de direito privado	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
15	Fundação de direito público	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
18	Outras Sociedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
22	Pessoa Colectiva Religiosa	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
24	Pessoa Colectiva Direito Público	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
25	Pessoa Colectiva Utilidade Pública	0	59	0	0	10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	70
27	Representação permanente	0	1	0	1 069	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1 071
28	Sociedade Anónima	0	0	0	0	0	0	22 463	22	0	146	0	0	519	12	23 162
29	Sociedade civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
31	Sociedade civil com personalidade jurídica	0	0	0	0	0	0	1	0	1	17	1	0	25	0	45
32	Sociedade em Comandita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	22
33	Sociedade em nome colectivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37	58	95
34	Sociedade por Quotas	0	0	0	0	0	0	1 211	0	0	66 089	0	2	217 550	5	284 857
36	[Desconhecido / Em atribuição]	0	0	0	0	0	0	465	0	0	7 030	0	0	7 203	0	14 698
Total		4	63	48	1 069	14	1	24 149	22	1	73 284	1	28	225 338	336	324 358

- Cálculos próprios

Tabela 16.b – Cruzamento das formas jurídicas para as empresas comuns, em 2013

2013 - Cruzamento da classificação da Forma Jurídica para as empresas comuns *															
CB	Sabi	a - Agrupamento Complementar de Empresas	b - Associação	c - Cooperativa	e - Entidade Estrangeira	g - Fundação	j - Soc. Anónima	k - Soc. Anónima Desportiva	l - Soc. Civil	m - Soc. Unipessoal por Quotas	n - Soc. Advogados	o - Soc. em Comandita	p - Soc. por Quotas	q - n.d.	Total
2	Agrupamento Complementar de Empresas	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
3	Agrupamento Europeu de Interesse Económico	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
4	Associação de direito privado	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
7	Cooperativa	0	0	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41
8	Cooperativa de 2º grau	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
9	Empresa Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
12	Entidade Pública Empresarial	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	71	72
13	Entidade Pública Municipal, Intermunicipal	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	1	174	180
15	Fundação de direito público	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
18	Outras Sociedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
24	Pessoa Colectiva de Direito Público	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
25	Pessoa Colectiva de Utilidade Pública	0	19	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	22
27	Representação permanente	0	1	0	1 096	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1 098
28	Sociedade Anónima	0	0	0	0	0	22 325	22	0	108	0	0	321	7	22 783
29	Sociedade civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
31	Sociedade civil com personalidade jurídica	0	0	0	0	0	2	0	1	13	1	0	23	0	40
32	Sociedade em Comandita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	0	21
33	Sociedade em nome colectivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	49	83
34	Sociedade por Quotas	0	0	0	0	0	876	0	0	70 422	0	1	212 338	3	283 640
36	[Desconhecido / Em atribuição]	0	0	0	0	0	555	0	0	8 626	0	0	8 334	0	17 515
Total		4	21	43	1 097	4	23 763	22	1	79 171	1	25	221 053	305	325 510

- Cálculos próprios

Tabela 17.a – Distribuição do número de empresas na CB e no Sabi por escalões de Volume de Negócios, em 2012

Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios *					
2012	<i>Missing values</i> 0 €]0€, 1M€[[1M€, 2M€[[2M€, 5M€[[5M€, 10M€[[10M€, 20M€[[20M€, 50M€[[50M€, 200M€[[200M€, +∞[Total	CB		Sabi	
		0,00%	11	15,91%	51 195
		21,36%	85 553	0,02%	73
		71,19%	285 125	76,54%	246 237
		3,24%	12 961	3,79%	12 181
		2,22%	8 908	2,61%	8 407
		0,86%	3 434	1,01%	3 247
		0,47%	1 877	0,55%	1 766
		0,29%	1 145	0,34%	1 082
		0,15%	596	0,17%	546
		0,04%	151	0,04%	136
		399 761		324 870	

- Cálculos próprios

Tabela 17.b – Distribuição do número de empresas na CB e no Sabi por escalões de Volume de Negócios, em 2013

Distribuição do número de empresas por escalões de Volume de Negócios *					
2013	<i>Missing values</i> 0 €]0€, 1M€[[1M€, 2M€[[2M€, 5M€[[5M€, 10M€[[10M€, 20M€[[20M€, 50M€[[50M€, 200M€[[200M€, +∞[Total	CB		Sabi	
		0,00%	1	16,57%	53 312
		21,44%	85 854	0,02%	61
		69,75%	279 349	76,45%	245 959
		3,17%	12 711	3,77%	12 130
		2,20%	8 821	2,63%	8 446
		0,85%	3 400	1,01%	3 251
		0,46%	1 855	0,55%	1 773
		0,29%	1 170	0,35%	1 128
		0,14%	560	0,17%	541
		0,03%	136	0,04%	132
		393 857		326 733	

- Cálculos próprios

Tabela 18.a – Cruzamento dos valores de Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2012

2012 - Cruzamento dos valores de Volume de Negócios *														
Sabi CB	Emp. Missing	VN Missing	0 €]0€, 1M€]	[1M€, 2M€]	[2M€, 5M€]	[5M€, 10M€]	[10M€, 20M€]	[20M€, 50M€]	[50M€, 200M€]	[200M€, +∞[Total	==	!=
Emp. Missing	n.a.	205	0	269	11	16	7	2	0	1	1	512		
VN Missing	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 €	34 566	50 965	0	20	0	1	0	0	1	0	0	50 987	0	50 987
]0, 1M€]	39 082	21	73	245 943	4	2	0	0	0	0	0	246 043	245 943	100
[1M€, 2M€]	791	2	0	3	12 165	0	0	0	0	0	0	12 170	12 165	5
[2M€, 5M€]	514	0	0	1	1	8 388	3	1	0	0	0	8 394	8 388	6
[5M€, 10M€]	196	1	0	0	0	0	3 237	0	0	0	0	3 238	3 237	1
[10M€, 20M€]	113	0	0	1	0	0	0	1 762	1	0	0	1 764	1 762	2
[20M€, 50M€]	63	1	0	0	0	0	0	1	1 079	1	0	1 082	1 079	3
[50M€, 200M€]	51	0	0	0	0	0	0	0	0	544	1	545	544	1
[200M€, +∞[16	0	0	0	0	0	0	0	1	0	134	135	134	1
Total	75 403	50 990	73	245 968	12 170	8 391	3 240	1 764	1 082	545	135	324 358	273 252	51 106
==		0	0	245 943	12 165	8 388	3 237	1 762	1 079	544	134	100%	84,24%	15,76%
!=		50 990	73	25	5	3	3	2	3	1	1			

- Cálculos próprios

Tabela 18.b – Cruzamento dos valores de Volume de Negócios na CB e no Sabi, em 2013

2013 - Cruzamento dos valores de Volume de Negócios *														
Sabi CB	Emp. Missing	VN Missing	0 €]0€, 1M€]	[1M€, 2M€]	[2M€, 5M€]	[5M€, 10M€]	[10M€, 20M€]	[20M€, 50M€]	[50M€, 200M€]	[200M€, +∞]	Total	==	!=
Emp. Missing	n.a.	452	0	691	30	30	8	7	3	1	1	1 223		
VN Missing	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 €	33 150	52 687	0	15	0	1	0	0	1	0	0	52 704	0	52 704
]0, 1M€]	33 883	154	60	245 239	11	2	0	0	0	0	0	245 466	245 239	227
[1M€, 2M€]	603	10	1	8	12 085	4	0	0	0	0	0	12 108	12 085	23
[2M€, 5M€]	396	6	0	5	4	8 408	2	0	0	0	0	8 425	8 408	17
[5M€, 10M€]	154	3	0	1	0	1	3 241	0	0	0	0	3 246	3 241	5
[10M€, 20M€]	88	0	0	0	0	0	0	1 766	0	1	0	1 767	1 766	1
[20M€, 50M€]	44	0	0	0	0	0	0	0	1 124	2	0	1 126	1 124	2
[50M€, 200M€]	24	0	0	0	0	0	0	0	0	536	0	536	536	0
[200M€, +∞]	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	131	132	131	1
Total	68 347	52 860	61	245 268	12 100	8 416	3 243	1 766	1 125	540	131	325 510	272 530	52 980
==		0	0	245 239	12 085	8 408	3 241	1 766	1 124	536	131	100%	83,72%	16,28%
!=		52 860	61	29	15	8	2	0	1	4	0			

- Cálculos próprios

Tabela 20.a – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2012

Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo *					
2012		CB		Sabi	
	Negativo	1,1%	4 227	0,0%	0
	Missing values	0,0%	11	0,4%	1 222
	0 €	4,1%	16 308	0,1%	335
]0€, 1M€[83,2%	333 349	87,2%	280 592
	[1M€, 2M€[4,8%	19 348	5,6%	17 941
	[2M€, 5M€[3,5%	13 986	4,1%	13 036
	[5M€, 10M€[1,4%	5 533	1,6%	5 172
	[10M€, 20M€[0,8%	3 130	0,9%	2 899
	[20M€, 50M€[0,5%	2 181	0,6%	2 050
	[50M€, 200M€[0,3%	1 249	0,4%	1 203
	[200M€, +∞[0,1%	439	0,1%	420
	Total		399 761		324 870

- Cálculos próprios

Tabela 20.b – Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2013

Distribuição do número de empresas por escalões de Total do Ativo *					
2013		CB		Sabi	
	Negativo	1,0%	3 816	0,0%	0
	Missing values	0,0%	1	0,4%	1 173
	0 €	2,2%	8 909	0,1%	404
]0€, 1M€[84,0%	336 294	88,1%	283 271
	[1M€, 2M€[4,7%	19 016	5,5%	17 640
	[2M€, 5M€[3,4%	13 597	4,0%	12 742
	[5M€, 10M€[1,4%	5 452	1,6%	5 138
	[10M€, 20M€[0,8%	3 048	0,9%	2 822
	[20M€, 50M€[0,5%	2 087	0,6%	1 966
	[50M€, 200M€[0,3%	1 207	0,4%	1 163
	[200M€, +∞[0,1%	430	0,1%	414
	Total		393 857		326 733

- Cálculos próprios

Tabela 21.a – Cruzamento dos valores de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2012

2012 - Cruzamento dos valores de Total do Ativo *														
Sabi CB	Emp. Missing	T. Ativo Missing	0 €]0€,1Me[[1Me,2Me[[2Me,5Me[[5Me,10Me[[10Me,20Me[[20Me,50Me[[50Me,200Me[[200Me,+∞[Total	=	!=
Emp. Missing	n.a.	2	9	401	27	31	21	6	10	4	1	512		
T. At. Missing	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 €	15 075	1 164	2	30	12	14	6	3	1	1	0	1 233	2	1 231
]0€,1Me[55 692	11	323	277 049	249	22	1	1	1	0	0	277 657	277 049	608
[1Me,2Me[1 575	4	0	78	17 605	82	4	0	0	0	0	17 773	17 605	168
[2Me,5Me[1 060	1	0	2	41	12 858	22	1	0	1	0	12 926	12 858	68
[5Me,10Me[402	0	0	0	0	20	5 106	5	0	0	0	5 131	5 106	25
[10Me,20Me[236	0	0	0	0	0	12	2 879	3	0	0	2 894	2 879	15
[20Me,50Me[137	0	0	0	0	0	0	4	2 032	8	0	2 044	2 032	12
[50Me,200Me[60	0	0	0	0	0	0	0	3	1 186	0	1 189	1 186	3
[200Me,+∞[19	0	0	0	0	0	0	0	0	1	419	420	419	1
Negativo	1 136	40	1	3 032	7	9	0	0	0	2	0	3 091	0	3 091
Total	75 403	1 220	326	280 191	17 914	13 005	5 151	2 893	2 040	1 199	419	324 358	319 136	5 222
=		0	2	277 049	17 605	12 858	5 106	2 879	2 032	1 186	419	100%	98,39%	1,61%
!=		1 220	324	3 142	309	147	45	14	8	13	0			

- Cálculos próprios

Tabela 21.b – Cruzamento dos valores de Total do Ativo na CB e no Sabi, em 2013

2013 - Cruzamento dos valores de Total do Ativo *														
Sabi CB	Emp. Missing	T. Ativo Missing	0 €]0€,1M€]	[1M€,2M€]	[2M€,5M€]	[5M€,10M€]	[10M€,20M€]	[20M€,50M€]	[50M€,200M€]	[200M€,+∞]	Total	==	!=
Emp. Missing	n.a.	6	17	948	71	80	52	21	19	7	2	1 223		
T. At. Missing	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 €	7 776	1 108	2	9	4	5	3	2	0	0	0	1 133	2	1 131
]0€,1M€]	56 218	16	377	279 448	211	23	1	0	0	0	0	280 076	279 448	628
[1M€,2M€]	1 550	1	5	86	17 309	61	2	2	0	0	0	17 466	17 309	157
[2M€,5M€]	983	0	1	6	39	12 550	17	1	0	0	0	12 614	12 550	64
[5M€,10M€]	381	3	0	2	0	15	5 049	2	0	0	0	5 071	5 049	22
[10M€,20M€]	243	0	1	0	0	0	13	2 787	3	1	0	2 805	2 787	18
[20M€,50M€]	131	0	0	1	0	0	0	7	1 942	6	0	1 956	1 942	14
[50M€,200M€]	55	0	0	0	0	0	0	0	2	1 148	2	1 152	1 148	4
[200M€,+∞]	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	410	410	410	0
Negativo	989	39	1	2 771	6	8	1	0	0	1	0	2 827	0	2 827
Total	68 347	1 167	387	282 323	17 569	12 662	5 086	2 801	1 947	1 156	412	325 510	320 645	4 865
==		0	2	279 448	17 309	12 550	5 049	2 787	1 942	1 148	410	100%	98,51%	1,49%
!=		1 167	385	2 875	260	112	37	14	5	8	2			

- Cálculos próprios

Tabela 23.a – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, na CB e no Sabi, em 2012

Distribuição das empresas por escalões de Número Médio de Pessoas ao serviço da empresa (NPS)*				
2012	CB		Sabi	
	<i>Missing values</i>	0,0% 11	18,9% 60 804	
	Zero	23,9% 95 897	0,0% 0	
	[1,10[65,2% 261 016	70,3% 226 102	
	[10,50[9,0% 36 172	10,0% 32 270	
	[50,250[1,4% 5 796	1,5% 4 910	
	[250,+∞[0,2% 869	0,2% 784	
	Total	399 761	324 870	

- Cálculos próprios

Tabela 23.b – Distribuição do número de empresas por escalões de NPS, na CB e no Sabi, em 2013

Distribuição das empresas por escalões de Número Médio de Pessoas ao serviço da empresa (NPS)*				
2013	CB		Sabi	
	<i>Missing values</i>	0,0% 1	19,8% 63 590	
	Zero	24,2% 96 820	0,0% 0	
	[1,10[64,3% 257 684	70,5% 226 653	
	[10,50[8,3% 33 312	9,6% 30 907	
	[50,250[1,3% 5 212	1,5% 4 814	
	[250,+∞[0,2% 828	0,2% 769	
	Total	393 857	326 733	

- Cálculos próprios

Tabela 24.a – Cruzamento dos valores de NPS, em 2012

2012 - Cruzamento dos valores de NPS *									
Sabi CB	Emp. Missing	[1, 10[[10, 50[[50, 250[[250, +∞[NPS Missing	Total	==	!=
Emp. Missing	n.a.	195	20	7	0	290	512		
[1, 10[35 041	225 878	3	5	1	88	225 975	225 878	97
[10, 50[3 855	11	32 247	10	2	47	32 317	32 247	70
[50, 250[875	1	0	4 885	6	29	4 921	4 885	36
[250, +∞[78	1	0	3	775	12	791	775	16
NPS Missing	11	0	0	0	0	0	0	0	0
Zero	35 543	16	0	0	0	60 338	60 354	0	60 354
Total	75 403	225 907	32 250	4 903	784	60 514	324 358	263 785	60 573
==		225 878	32 247	4 885	775	0	100%	81,33%	18,67%
!=		29	3	18	9	60 514			

- Cálculos próprios

Tabela 24.b – Cruzamento dos valores de NPS, em 2013

2013 - Cruzamento dos valores de NPS *									
Sabi CB	Emp. Missing	[1, 10[[10, 50[[50, 250[[250, +∞[NPS Missing	Total	==	!=
Emp. Missing	n.a.	524	47	10	2	640	1 223		
[1, 10[32 322	225 190	18	0	0	154	225 362	225 190	172
[10, 50[2 387	23	30 831	8	1	62	30 925	30 831	94
[50, 250[381	3	4	4 796	2	26	4 831	4 796	35
[250, +∞[51	1	3	0	764	9	777	764	13
NPS Missing	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Zero	33 205	912	4	0	0	62 699	63 615	0	63 615
Total	68 347	226 129	30 860	4 804	767	62 950	325 510	261 581	63 929
==		225 190	30 831	4 796	764	0	100%	80,36%	19,64%
!=		939	29	8	3	62 950			

- Cálculos próprios